



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO E MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ARNOBSON DOS SANTOS COSTA

**LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:**

**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS BAIANOS DE
PINTADAS E SERRA PRETA DE 1988 À 2008.**

Salvador

2009

ARNOBSON DOS SANTOS COSTA

**LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:**

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS BAIANOS DE
PINTADAS E SERRA PRETA DE 1988 À 2008.

Dissertação apresentada ao Mestrado de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Supervisão do Professor Dr. Rubens de Toledo Júnior.

Salvador

2009

— C837 Costa, Arnobson dos Santos.

Limites e possibilidades para o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios baianos de Pintadas e Serra Preta de 1988 à 2008 / Arnobson dos Santos Costa. - Salvador, 2009.
xxf.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Toledo Junior.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009.

1. Municípios Baianos – Política e Governo. 2. Pintadas (BA.).
3. Serra Preta (BA.). 3. Territorialidade urbana. Municípios - Brasil.
I. Toledo Junior, Rubens de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:32(813.8)

ARNOBSON DOS SANTOS COSTA

**LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:**

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS BAIANOS DE
PINTADAS E SERRA PRETA DE 1988 À 2008.

Dissertação apresentada ao Mestrado de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Supervisão do Professor Dr. Rubens de Toledo Júnior.

Aprovada em ____ de _____ 2009.

Banca Examinadora:

.....
Prof. Dr. Rubens de Toledo Junior – Orientador- UFBA

.....
Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho – UFBA

.....
Prof. Dr. Alcides Santos Caldas - UNIFACS

Aos meus pais (Arnaldo e Graciete) pelo amor, vida e educação dedicados a mim, aos meus irmãos pelo incentivo e exemplo e, a minha namorada/esposa (Carla Rocha) pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um árduo processo de produção de conhecimentos, que contou com a colaboração de pessoas nobres, dentre as quais quero destacar inicialmente e de forma especial a participação do meu orientador o Professor Doutor Rubens de Toledo Junior pelas valiosas contribuições, paciência, inteligência e muita sabedoria esbanjada ao longo da orientação.

Ao longo dos 30 (Trinta) meses, tempo em que estive envolvido com a pesquisa percebi que, se pudesse, continuaria a desenvolvê-lo, (pois se trata de um tema bastante amplo), mas os prazos são uma imposição, o que não é uma escolha nossa. Por isso é chegado o momento de apresentar nosso trabalho, mesmo sabendo que muitas lacunas podem estar presentes.

Um trabalho de pesquisa além de envolver o orientador e o orientando, envolve todos aqueles que nos rodeiam, tanto na universidade quanto fora dela. Por isso, gostaria de agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho pudesse ser realizado;

- Aos meus colegas da turma de 2007 do mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia.
- Aos meus Professores Doutores do Mestrado em Geografia da UFBA.
- As lideranças sociais e políticas dos municípios de Serra Preta e Pintadas pelas valiosas informações, pois, sem elas este trabalho não seria possível.
- Aos amigos David, Fabiano, Sergio, Carine, Miguel e outros tantos que através de sugestões, colocações e apoio logístico contribuíram para a realização deste trabalho.
- A minha mãe e a meu pai, a primeira professora primária que me ensinou a fazer os primeiros rabiscos e ao segundo um homem analfabeto de leitura e escrita, mas um sábio com as palavras e que deu-me a maior lição da minha vida “nunca parar de estudar”. Por fim aos meus irmãos Adenildo, Américo e Murilo pela constante atenção e carinho.

- A todos que direta e indiretamente contribuíram para a viabilização deste trabalho.
- E por fim, a Deus fonte de inspiração, a ele toda honra e toda glória.

RESUMO

O presente trabalho buscou realizar um estudo sobre os municípios baianos de Serra Preta e Pintadas, a partir da constituição de 1988, com vistas ao desenvolvimento territorial, onde estes passaram a ter novas atribuições e autonomias: política, administrativa e financeira. O município é um espaço dialeticamente contraditório, ele é o lugar do aprendizado, da cidadania e da democracia – do exercício do direito político e do acesso às políticas públicas, ao mesmo tempo, é nele que resistem e tem visibilidade os redutos da “política clientelista”, do populismo, e das oligarquias. Escolhemos os municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, com o objetivo de refletir comparativamente sobre as ações institucionais, com vistas ao desenvolvimento territorial. Para isto, fizemos uma abordagem sobre o conceito de território, analisamos a formação e evolução dos municípios no Brasil, enfocamos os conteúdos do território, ou seja, o potencial endógeno local disponível às instituições municipais, no sentido de promover o desenvolvimento territorial local, enfocamos também as estratégias institucionais territoriais, ou seja, os variados procedimentos políticos utilizados pelos governos locais e sociedade civil para viabilizar a melhoria na qualidade de vida da população mais carente. Um enfoque especial foi dado à participação cidadã no poder local e a importância do Capital Social como principal recurso do território e agente promotor do desenvolvimento territorial. O resultado deste estudo é que a permanência do clientelismo, do coronelismo e do assistencialismo no município de Serra Preta constitui-se como fortes elementos retrógrados de práticas de desenvolvimento, enquanto em Pintadas a formação do Capital Social possibilitou a ruptura com heranças e modelos autoritários de formas de governar e permitiu ao município estabelecer formas de gestão participativa, tornando-os criativos na busca de alternativas para superação dos problemas sociais.

PALAVRAS CHAVE: Território; Desenvolvimento; Municípios e Instituição.

ABSTRACT

This study attempts to make a study of the municipalities of Bahia and Serra Black Painted from the 1988 constitution, aimed at territorial development, where they had new powers and autonomy: political, administrative and financial. The city is a space dialectically contradictory, it is the place of learning, citizenship and democracy - the exercise of political rights and access to public policies at the same time, it is resisting and has visibility into the strongholds of the "patronage politics" populism, and oligarchy. We chose the cities of Bahia and Serra Painted Black, with the aim of reflecting on the comparatively institutional actions aimed at territorial development. For this, we made an approach to the concept of territory, we analyze the formation and evolution of the municipalities in Brazil, we focus on the contents of the territory, ie the local potential available to local municipal institutions to promote the local territorial development, we focused also territorial institutional strategies, ie, the various political procedures used by local governments and civil society to enable better quality of life of the needy population. Special attention is given to citizen participation in local government and importance of social capital as the main resource of the territory and promoter of regional development. The result of this study is that the permanence of the patronage of Colonel and welfare in the municipality of Serra Preta is as strong backward elements of development practices, while Painted in the formation of social capital enables the rupture with authoritarian legacies and models forms of government and allowed the municipality to establish forms of participatory management, making them creative in finding alternatives to overcome social problems.

KEY WORDS: Planning, Development, Municipalities and institution.

ÍNDICE DE MAPAS

| | |
|--|----|
| 1 – TERRITÓRIOS DA IDENTIDADE DA BAHIA..... | 25 |
| 2 – ESTADO DA BAHIA DESTACANDO OS MUNICIPIOS DA PESQUISA.. | 26 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| 1 – PERIODIZAÇÃO PARA A ESCALA DO MUNDO: UMA PROPOSTA..... | 45 |
| 2 – PERIODIZAÇÃO PARA AS INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO..... | 56 |
| 3 – PERIODIZAÇÃO PARA AS MODERNIZAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO..... | 57 |
| 4 – INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA REDE PINTADAS..... | 160 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| 1 – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS..... | 65 |
| 2 – CAMINHOS DE GADO DA BAHIA..... | 67 |
| 3 – REDE PINTADAS, MUNICÍPIO DE PINTADAS..... | 158 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| 1 – AS EMENCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL..... | 86 |
| 2 – AS EMENCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO DA BAHIA..... | 87 |
| 3 – IDEBs OBSERVADOS EM 2005, 2007 E PROJEÇÕES PARA O BRASIL..... | 118 |
| 4 - IDEBs OBSERVADOS EM 2005, 2007 E METAS PARA A REDE MUNICIPAL – SERRA PRETA..... | 118 |
| 5 - IDEBs OBSERVADOS EM 2005, 2007 E METAS PARA A REDE MUNICIPAL – PINTADAS..... | 119 |
| 6 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM SERRA PRETA..... | 122 |
| 7 - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM PINTADAS..... | 124 |
| 8 – EFETIVO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SERRA PRETA..... | 127 |
| 9 - EFETIVO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE PINTADAS..... | 127 |
| 10 – DESENVOLVIMENTO HUMANO EM PINTADAS E SERRA PRETA..... | 166 |

ÍNDICE DE FOTOS

| | |
|---|-----|
| 1 – DISTRITO DO PONTO DE SERRA PRETA, MUNICÍPIO DE SERRA PRETA-BA..... | 92 |
| 2 – CIDADE DE PINTADAS, MUNICÍPIO DE PINTADAS-BA..... | 92 |
| 3 – AÇUDE PRÓXIMO A CIDADE DE PINTADAS..... | 98 |
| 4 – MODELO DE CISTERNAS DE PLACAS UTILIZADAS EM PINTADAS E SERRA PRETA..... | 100 |
| 5 – PLANTAÇÃO IRRIGADA A BASE DE DUCTOS – A POSSIBILIDADE DE PLANTIO NO SERTÃO..... | 101 |
| 6 – ABATEDOURO E FRIGORIFICO DO SERTÃO – PINTADAS..... | 130 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| 1 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PODER LOCAL.... | 174 |
| 2 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DAS GESTÕES MUNICIPAIS..... | 175 |
| 3 - AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 1988 A 1996..... | 175 |
| 4 - AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 1996 A 2004..... | 176 |
| 5 - AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 2004 A 2008..... | 178 |
| 6 - AVALIANDO O NÍVEL DE OFERECIMENTO DE SERVIÇOS BÁSICOS À POPULAÇÃO..... | 179 |
| 7 - AVALIANDO O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS..... | 181 |
| 8 - AVALIANDO A EXISTÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS PARA O MUNICÍPIO..... | 182 |
| 9 - VERIFICANDO A QUANTIDADE DE BENEFICIADOS POR ALGUM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA PREFEITURA..... | 183 |
| 10 - AVALIANDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO A RESPEITO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMEN- TO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO..... | 184 |
| 11 - AVALIANDO SE A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULA- ÇÃO CARENTE MELHOROU NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS..... | 185 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Índice de Mapas | |
| Índice de Quadros | |
| Índice de Figuras | |
| Índice de Tabelas | |
| Índice de fotos | |
| Índice de Gráficos | |
| | |
| Apresentação..... | 19 |
| | |
| 1. TECENDO UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA..... | 30 |
| 1.1 -Introdução..... | 30 |
| 1.2 - As Categorias de análise do Território – redes, escala, poder e fronteiras..... | 33 |
| 1.3 - O conceito de território – enquanto multidimensionalidade..... | 38 |
| | |
| 2. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO BRASILEIRO E SEUS MEIOS GEOGRÁFICOS..... | 54 |
| 2.1 - Introdução..... | 54 |
| 2.2 - O município brasileiro no meio técnico..... | 58 |
| 2.2.1 - Os municípios de Pintadas e Serra Preta no meio técnico..... | 63 |
| 2.3 - O município brasileiro no meio técnico-científico..... | 70 |
| 2.3.1 - O município como instrumento do Coronelismo..... | 74 |

| | |
|---|------------|
| 2.3.2 - O Município brasileiro de 1934 – 1945..... | 76 |
| 2.3.3 - Os municípios de Pintadas e Serra Preta no meio técnico-científico..... | 79 |
| 2.4 - O Município no período técnico-científico e informacional..... | 80 |
| 2.4.1 - O Município de 1946 à 1988..... | 80 |
| 2.4.2 - O Município brasileiro e a Constituição de 1988..... | 82 |
| 2.4.3 - Os municípios de Pintadas e Serra Preta no período técnico - científico e informacional..... | 84 |
| | |
| 3. TERRITÓRIO E INSTITUCIONALISMO..... | 90 |
| 3.1 - Introdução..... | 90 |
| 3.2 - Caracterização sócio-espacial dos municípios de Pintadas e Serra Preta..... | 91 |
| 3.3 - O enfoque de sub-utilização de Recursos..... | 94 |
| 3.3.1 - Os arranjos físico-naturais..... | 95 |
| 3.3.2 - Arranjos Humanos e Sociais..... | 104 |
| 3.4 - Conteúdos econômicos dos municípios de Serra Preta e Pintadas..... | 121 |
| | |
| 4. SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PODER LOCAL..... | 134 |
| 4.1 - O Município de Serra Preta: uma análise da sociedade civil e da participação cidadã nos governos municípios..... | 137 |
| 4.2 - O Município de Pintadas e a evolução da sua rede de solidariedade social..... | 148 |
| 4.2.1 - A Rede Pintadas..... | 156 |
| 4.3 – Implicações territoriais nos municípios de Pintadas e Serra Preta..... | 163 |
| 4.4 - Pintadas e Serra Preta, dinâmicas diferentes: Por que?..... | 168 |

| | |
|--|------------|
| 5. COMPARANDO AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DAS AÇÕES LOCAIS NOS MUNICÍPIOS DE PINTADAS E SERRA PRETA...173 | |
| 5.1 - O desempenho das gestões municipais..... | 174 |
| 5.2 - Desenvolvimento socioeconômico..... | 180 |
| Conclusão..... | 187 |
| Referências..... | 196 |

APRESENTAÇÃO

Atualmente no Brasil, tem aumentado o debate sobre o município, e, isto é oportuno e necessário à medida que permite levantar alguns pontos importantes para uma agenda de discussão sobre o mesmo. Em primeiro lugar, este é um ente federado da União, (uma exclusividade do Brasil), um recorte administrativo e institucionalmente fixado sob uma base territorial; em segundo, trata-se de um território político por excelência; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos e deveres da cidadania, é onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos. Para dar uma sustentação teórica ao conceito de cidadania, recorreremos a Dallari (1998, p. 14) afirma que:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Também é nele que são concretizadas as políticas públicas, tomaremos como ponto de partida para este trabalho o conceito de Políticas Públicas desenvolvido por Bucci, (2002, p. 241), onde afirma que as políticas públicas são "*programas de ação*

governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados". Tais políticas são resultados de um longo processo, onde se inicia com a identificação de problemas, geralmente detectados pela sociedade, formulação de alternativas de solução, esta envolve sociedade civil, agentes públicos e órgãos públicos, tomada de decisões, na maioria dos casos, de responsabilidade dos agentes políticos, e, por fim, implementação das decisões de responsabilidade dos órgãos do governo, que podem ocorrer, envolvendo apenas uma esfera do governo (local, estadual ou nacional) ou através de parcerias entre as mesmas.

O município é um espaço dialeticamente contraditório, é nele que resistem e tem visibilidade os redutos da “política clientelista”, do populismo, das oligarquias etc., ao mesmo tempo, este é também o lugar do aprendizado, da cidadania e da democracia – do exercício do direito político e do acesso às políticas públicas.

O processo de organização do território, a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar muitos traços e características da própria sociedade brasileira.

Penso que um novo olhar sobre os municípios brasileiros permitirá perceber melhor, tanto as diferenças territoriais e sociais no país como algumas das suas causas, obscurecidas em um debate que teima em não ver o espaço mais banal e mais fundamental da nossa sociedade - o município.

A presente pesquisa situa-se em um contexto de redemocratização do Brasil e de descentralização política do município. Iniciado na década de 1980, através das campanhas pelas “*diretas já*”, tal processo de redemocratização resultou na elaboração da Constituição Federal de 1988, onde houve um avanço no processo

de descentralização política e foram ampliadas as esferas de participação cidadã nos municípios, estes passaram a ter maior autonomia política, administrativa e financeira.

Na Carta de 1988 o Município passou a integrar o texto constitucional como ente federado, foi reconhecido com uma peça essencial da organização político-administrativa brasileira. No art. 29 da Constituição de 1988¹ houve ampliação da autonomia municipal, outorgando-se aos municípios o poder de elaborar sua própria Lei Orgânica. E conforme art. 29, inciso I da Constituição de 1988, foram proibidas nomeações de Prefeitos para quaisquer Municípios, independentemente de serem considerados área de interesse para a segurança nacional ou estância hidromineral. Agora, também os Prefeitos passaram a ser eleitos pelo voto direto e simultâneo, realizado em todo o país, a exemplo do que já ocorria com os vereadores.

O Município recebeu algumas competências comuns (art. 23) com a União, os Estados e o Distrito Federal como, por exemplo: zelar pela guarda da Constituição e das instituições democrática; cuidar da saúde e assistência públicas; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; proteger o meio ambiente, etc.; mas, também conquistou competências privativas (art. 30), dentre elas, a de legislar em *assuntos de interesse local*, nova redação dada à antiga expressão *peculiar interesse*. A receita municipal foi ampliada com a Constituição de 1988. Além dos impostos municipais: predial e territorial urbano; sobre transmissão *inter vivos*; e sobre serviços de qualquer natureza, conforme art. 156 da Constituição de 1988 e de acordo com o art. 157 à 162 da Constituição de 1988 o município passou a ter participação maior nos impostos federais e estaduais.

¹ "O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo estado e os seguintes preceitos: [...]"

A partir da Constituição de 1988, os municípios assumiram um novo papel no contexto decisório, e passaram a ser independentes no âmbito das políticas públicas locais, podendo definir suas estratégias de ação na escala local e assim avançar na óptica da resolução dos graves problemas sociais (deficiência nos sistemas de: saúde, educação, segurança, emprego, saneamento básico, Práticas econômicas e inclusão social, etc.) que afetam as coletividades locais.

O tema-título deste trabalho – limites e possibilidades para o desenvolvimento territorial -, exige duas atitudes inter-relacionadas: a) compreensão clara do conceito de território e das categorias de análise do mesmo, que são: redes, escala, poder e fronteiras que foram selecionadas para buscar compreender a realidade; b) maior inserção do pesquisador na realidade dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, buscando entender as dinâmicas destes municípios e, como decorrência, a escolha de uma metodologia adequada que lhe permita realizar a pesquisa em sua essência.

Um dos primeiros desafios que nossa pesquisa tem que resolver, é o de constituir um quadro teórico-conceitual adequado que possa dar conta dessa problemática. Como assegura Haesbaert (2005), todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a um determinado problema. Assim o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre política e espaço.

Isnard (1982, p. 40) observa que:

...o próprio método geográfico consiste em partir, não da sociedade para atingir o espaço, mas do espaço para atingir a sociedade, exactamente da mesma maneira como compreender o autor através da sua obra.

Por isso, acreditamos na possibilidade de análise social a partir de um elemento que tem um papel ativo na organização do espaço geográfico, que é o território, e, mais especificamente, os territórios municipais.

Entendemos que o referencial teórico vem a reboque da problemática, ou seja, primeiro definimos o problema e posteriormente construímos nosso referencial teórico-conceitual para ser o sustentáculo da pesquisa em Geografia.

Desta forma, a **questão central da nossa pesquisa** é responder a seguinte pergunta: A diferente articulação política, econômica e social nos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, tem como consequência diferenças e/ou desigualdades territoriais?

O conceito de território adotado nesta pesquisa busca a sua compreensão em toda sua totalidade, assim, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder institucional, onde há uma dimensão simbólica e mais subjetiva, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporando o embate entre classes sociais, apresenta também recursos naturais como base para o desenvolvimento de atividades econômicas, processos institucionais que respondem à necessidade de reassegurar normas, valores e crenças adquiridas ao longo do tempo, estas são frutos de processos altamente dinâmicos e sensíveis a estímulos do ambiente circundante, que possibilitam a manutenção da ordem na vida política.

E, por fim, a sua geograficidade e historicidade que tratam de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinados períodos, grupos sociais e/ou espaços geográficos.

Levando em consideração a compreensão da totalidade do território, objetivamos fugir da sua dimensão “parcial” e tratá-lo numa perspectiva “integradora”, na resposta à problemática que, “condensada” através do espaço, envolvem conjuntamente todas as esferas supracitadas acima.

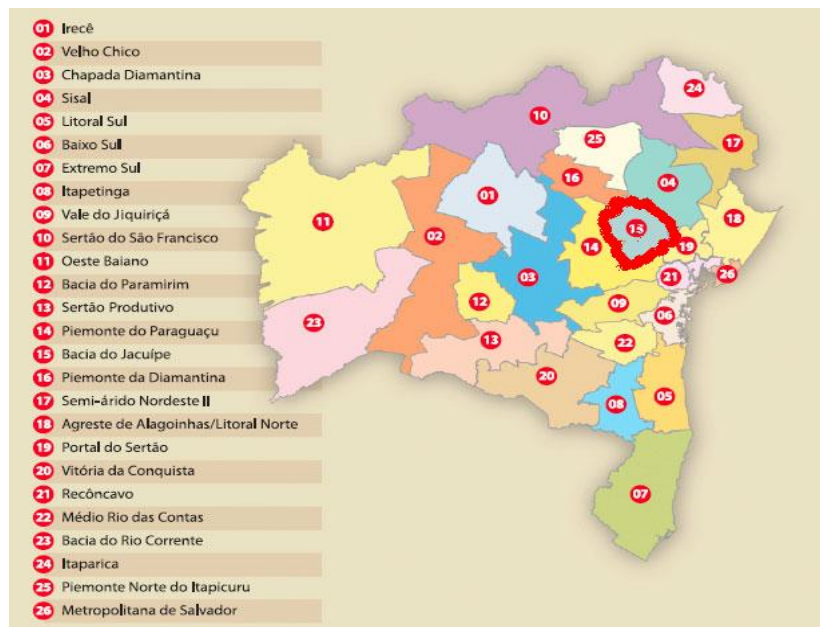
Neste sentido, os municípios estudados nesta pesquisa apresentam uma realidade contraditória e bastante complexa, suas configurações territoriais atual são resultado “*da acumulação desigual de tempos*” Santos (1982), que foram se consolidando numa determinada base territorial. Desta forma, estudamos os municípios não parcialmente, levando em consideração um ou outro aspecto, mas sim, numa perspectiva integradora, reunindo todos os aspectos.

A conformação de um dado território apresenta uma multidimensionalidade de aspectos (político, econômico, social, cultural, institucional, histórico etc.) que estão intimamente relacionados e imbricados através das redes técnicas e solidárias.

Refletir sobre as ações institucionais dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta com vistas ao desenvolvimento territorial é nosso objetivo (grifo nosso) neste trabalho de pesquisa que tem como marco inicial o ano de 1988 (Mais recente Constituição Federal).

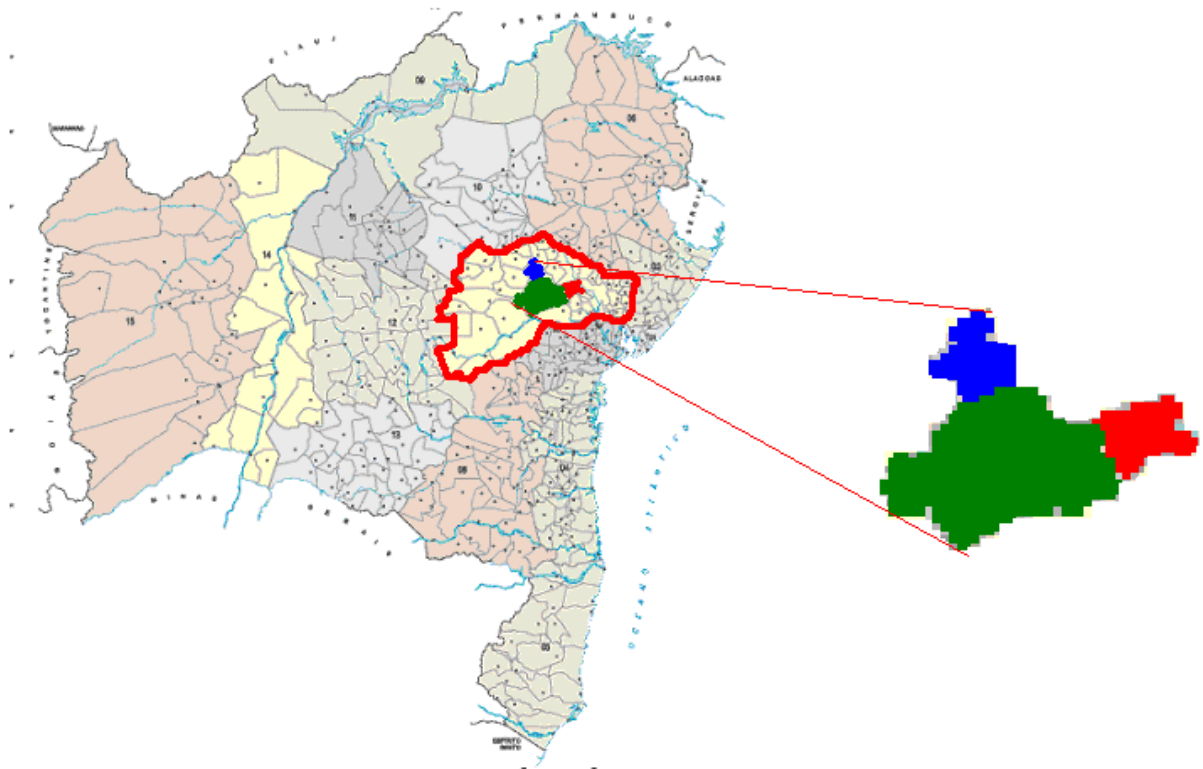
A escolha destes municípios como recorte de estudo ocorreu por dois motivos: primeiro, por terem a mesma origem, ambos foram criados na segunda metade do século XX, ou seja, no período técnico, científico e informacional e ambos se amanciparam do mesmo município (Ipirá); segundo, por que permite comparar se estes municípios de pequeno porte, com uma população equivalente e localizada na mesma subregião geográfica (semiárido), estão apresentando dinâmicas diferentes (ou não) na gestão das políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

MAPA 1 - TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA



Os municípios de Serra Preta e Pintadas, sujeitos de nossa pesquisa fazem parte do Território do Jacuípe juntamente com outros 12 (doze) municípios, são eles: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

MAPA -2. ESTADO DA BAHIA DESTACANDO OS MUNICÍPIOS DA NOSSA PESQUISA.



- Município de Ipirá que deu origem aos municípios de Pintadas e Serra Preta
- Município de Serra Preta, emancipado de Ipirá em 1953.
- Município de Pintadas, emancipado de Ipirá em 1985.
- Região econômica do Paraguassu

Diante do exposto acima, esta dissertação justifica-se porque busca abordar uma temática bastante cara a geografia, principalmente a geografia política, que é o problema das relações entre a política e o território e, ao mesmo tempo busca contribuir na ampliação da sua agenda de pesquisa e na maior compreensão dos limites e possibilidades para o desenvolvimento dos territórios municipais. As principais justificativas são:

- Valorização da escala local. Para John Agnew (2002) é a escala na qual o fenômeno geográfico é moldado que importa a escala geográfica é a chave para explicar as diferentes dinâmicas dos municípios e superar a polêmica entre as perspectivas da redução e, especificamente do município, que é um recorte explicativo fundamental para a compreensão da gestão e organização do território nacional no contexto do recente processo de descentralização.
- Resgate dos estudos comparativos que ultimamente têm sido esquecidos pela Geografia;
- Incorporação dos enfoques: político e institucional, que há muito tempo estiveram relegados pela Geografia de seus estudos e pesquisas.
- Enfoque no município como sendo um território institucionalizado e objeto de conhecimento.

Visando alcançar o objetivo proposto, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, mais a conclusão (exposta em forma de análise). Na parte introdutória do trabalho, estão expostos a temática da pesquisa, o objetivo geral,

justificativas e a questão central. O primeiro capítulo que é denominado de *Referencial teórico: Tecendo um diálogo entre a teoria e os sujeitos da pesquisa*, são expostas as bases conceituais e teóricas da pesquisa, começando com a discussão da multidimensionalidade do território, levando em consideração os aspectos econômicos, políticos institucionais, históricos, sociais e culturais relacionando-os com os conceitos de território dos autores que exploramos nesta pesquisa e com a realidade dos municípios sujeitos da nossa pesquisa. Dessa forma buscar-se-á apontar o enquadramento teórico do problema a ser estudado, pois, o mesmo, irá demonstrar as linhas mestras por onde a pesquisa deve trilhar.

No segundo capítulo, *Formação e evolução do município brasileiro e seus meios geográficos*, é feito um resgate da origem e trajetória do município brasileiro no contexto da organização política, administrativa, jurídica e territorial do Estado, do período colonial até os dias atuais, com a mais nova Constituição do Brasil, sempre enfocando a construção histórica dos municípios de Serra Preta e Pintadas. Além disso, o capítulo também apresenta uma discussão sobre a descentralização e expõe as características do município brasileiro.

No terceiro capítulo, *Território e institucionalismo* realizamos um levantamento dos conteúdos do território, analisando o seu potencial endógeno disponível à instituição municipal e entidades da sociedade civil no sentido de promover o desenvolvimento territorial. Analisaremos também as estratégias institucionais territoriais, que devem ser entendidas nesta pesquisa como, os variados procedimentos políticos utilizados pelos governos locais e sociedade civil para viabilizar a melhoria na qualidade de vida da população mais carente dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta.

Em termos gerais, neste capítulo tentaremos responder a pergunta que se deve fazer em cada município que é a seguinte: quais os recursos disponíveis e como estão sendo utilizados?

No quarto capítulo, intitulado *Sociedade civil e participação cidadã no poder local* dar-se-á um enfoque nos aspectos históricos, sociais e políticos que ajudam à compreensão do território nos municípios de Pintadas e Serra Preta, que interferem no desempenho institucional, ou seja, verificar como estes municípios estão gerindo as políticas públicas para o desenvolvimento do território, até que ponto estão sendo eficientes, se realmente estão conseguindo responder aos anseios da parcela mais pobre, isto é claro, levando em consideração o nível da participação cidadã nos municípios da pesquisa.

No quinto capítulo deste trabalho denominado: comparando as implicações territoriais das ações locais nos municípios de pintadas e serra preta, buscou-se avaliar o nível de desempenho das gestões municipais de 1988 à 2008, bem como o desenvolvimento socioeconômico alcançado por estes municípios.

A última parte da dissertação (conclusão), denominada *Mudanças e Permanências nos territórios municipais de Serra Preta e Pintadas*, tem como objetivo concluir a pesquisa fazendo uma análise sobre os avanços alcançados pelos municípios a partir de 1988, as mudanças e as permanências percebidas após 20 (vinte) anos de descentralização política.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: TECENDO UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA.

1.1 - Introdução.

“A história começa no momento em que o homem adquire a possibilidade de se libertar da ordem imposta pela natureza, e com ela começa também a organização do espaço geográfico”.
(ISNARD, H. 1982:82).

A transformação do meio natural se dá desde que a espécie humana se diferenciou dos outros animais por portar um projeto, abandonando a programação biológica para dotar-se de potencialidades que lhe deixam toda iniciativa para produzir o meio geográfico.

A ação do homem modificando a natureza é viabilizada pela utilização das técnicas e pelo trabalho, isto é, através de instrumentos materiais (naturais e artificiais) e sociais (língua, costumes, etc.), o homem realiza sua vida.

Os objetos técnicos difundidos como base material, juntamente com as ações humanas difundidas como base social, forma o espaço geográfico. Santos (1996, p.19) propõe o conceito de espaço geográfico como *“um sistema indissociável de objetos e ações, um híbrido de materialidade e ações”*. No município esse espaço geográfico ganha concreção e, portanto, pode ser facilitador, ou dificultador de pretensões ou projetos.

No começo da história, os elementos naturais condicionaram os homens nas suas atividades, impondo-lhes limites. Pela técnica e pelo trabalho o homem venceu os limites que a natureza impôs. Cataia (2001, p.13) *“à medida que caíam as barreiras naturais, erigiam-se barreiras políticas, as fronteiras”*. Quanto mais limites naturais eram rompidos e o mundo era ocupado, mais limites políticos eram produzidos.

A ocupação do território brasileiro e sua integração é também a história da superação das barreiras naturais e da produção de outras artificiais. A cada dia que passa aprofunda-se mais o conhecimento sobre o território brasileiro, mas também se produz mais fronteiras. A cada novo subespaço conquistado, novas fronteiras são produzidas, novos limites são demarcados no território, novos municípios são criados: por isso o território é a memória da história.

O aumento do número de municípios no Brasil denuncia um território que se impõe aos homens e às atividades. Quando alguma coisa se impõe é porque se transformou em norma. Esta mesmo não sendo legal, possui uma vigência.

No início da ocupação do território brasileiro, as fronteiras municipais possuíam a coerência do lugar. Era a partir do lugar que se instituíam os limites políticos da ação do poder local, poder esse que informava, por meio das fronteiras até onde se dava sua ação.

Hoje, os municípios não possuem só ligações horizontais, contíguas com seus vizinhos, mas também ligações verticais, distantes. Antes, no início da colonização do Brasil, todo território, então conhecido, era normatizado pelas ordenações do Reino de Portugal. Hoje a normatização do território é dada por leis da Constituição do Brasil. Perante a lei todos os municípios possuem as mesmas condições.

O que, antes como hoje, distingue os municípios uns dos outros é o território como norma, ou seja, suas densidades técnicas que, quanto mais desenvolvidos são, maior é a inserção dos municípios no contexto global e, portanto, maiores os vetores verticais, longínquos a agir sobre um subespaço do território nacional.

As fronteiras municipais ao mesmo tempo em que recortam antigos territórios, cria novos espaços definidos e delimitados por e a partir de relações institucionais e, por isso, são sujeitos da relação entre o território normatizado e o território como norma. A produção de novos municípios modifica essa relação na medida em que novas fronteiras significam novas normatizações do território a partir de novos poderes estatais, mas também a partir da preparação de um território apropriado ao exercício do poder: obras da sede municipal, da câmara de vereadores e outros equipamentos públicos que condicionarão as atividades das novas municipalidades.

Imediatamente ao pós-guerra o Brasil possuía 1.889 municípios, hoje (2008) são 5.564. Em quatrocentos e cinquenta anos (1500-1945), produziram-se 1.889 compartimentos municipais; e em menos de setenta anos (1945-2008) outros 3.675

foram produzidos. É exatamente nestes últimos sessenta e três anos que os municípios de Pintadas e Serra Preta foram criados, justamente no período técnico, científico e informacional, período de intensa compartimentação municipal.

Neste sentido abordaremos autores da geografia que trabalham com o conceito de Território, buscando as definições conceituais que mais se adequam a nossa pesquisa. Este capítulo tem como objetivo expor a discussão teórica da pesquisa tomando como ponto de partida, o conceito de território e as categorias de análise do mesmo, que são: redes, escala, poder, e fronteiras, ao mesmo tempo construir uma ponte, ou seja, um diálogo entre a teoria e os municípios alvo de estudo desta pesquisa.

1.2 - As Categorias de análise do Território – redes, escala, poder e fronteiras.

Antes de iniciarmos de fato a discussão conceitual sobre Território, faz-se necessário uma pequena introdução às categorias de análise do mesmo. Neste sentido para compreender o território em sua dinamicidade é necessário destacar a idéia de redes de movimento de Scherer-Warren (1993, p. 158) a:

Análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo.

Esta articulação acontece nos mais diversos recortes escalares local, estadual, regional, nacional e internacional, assim, a escala é abordada por Castro (2001) como uma estratégia de apreensão da realidade, onde as escalas geográficas não se colocam com hierárquicas, mas sim, em recortes interescares.

Os municípios, são produto dos diversos atores sociais que atuam no território, eles podem estar localizados dentro do território, como a prefeitura, empresas, câmara de vereadores, sindicatos rurais, de servidores públicos, associações de bairros, de povoados, rurais etc., como podem estar fixadas em outros locais como empresas transnacionais, ONGs., (Organizações Não-Governamentais) de atuação internacional, Movimentos Sociais Organizados e Entidades Privadas com sede em outros municípios. Assim, como afirma Raffestin (1993), quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, há, portanto, um “processo” de território, onde o poder está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo.

A questão do Poder está indissociada do território, Raffestin (1993, p. 7-8) afirma que:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” de território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Castro (2005, págs. 97-98) *“considera o poder como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim”*. A idéia de Poder tem intrinsecamente um componente de relação e de assimetria, ou seja, o poder se manifesta em situações relacionais assimétricas. Foucault (1977, págs. 88-92) faz algumas proposições sobre esta condição do poder:

1. Que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou se deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos em meio a relações desiguais e imóveis;
2. Que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade a outras relações – como econômicas ou de

conhecimento -, são efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas relações entre desiguais;

3. Que o poder vem de baixo; isto é, não há no princípio das relações de poder uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos sociais e nas instituições;

4. Que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. São atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Estes não são individuais, mas estão na base da rede de poderes que funciona em uma sociedade;

5. Que lá onde há poder, há resistência; as correlações de poder só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio. As resistências são o outro termo das relações de poder, inscrevem-se nestas relações como um interlocutor irreduzível.

O poder engloba, portanto, sempre a esfera da ação, ele designa uma capacidade de agir, direta ou indiretamente, sobre as coisas ou sobre as pessoas, sobre os objetos ou sobre as vontades.

Em relação às fronteiras, estas só tomam sua forma atual a partir de fins do século XIX, com a formação do Estado Moderno, assim o mundo passa a ser dividido por fronteiras institucionais.

Para Foucher (1991) Apud (CATAIA, 2001), essa concepção jurídica das fronteiras foi produzido pelo direito público internacional: *“toda ordem jurídica tem uma função elementar, delimitar a esfera de atividade dos sujeitos do direito”*. A fronteira marca o ponto onde expira a competência territorial.

Avançando nesta discussão Martin (1995) Apud (CATAIA 2001) destaca que as fronteiras têm seu desenvolvimento ligado ao processo de centralização do poder político. As fronteiras internas (marco político-administrativo) teriam se originado das trocas entre os núcleos urbanos e os seus cinturões vizinhos, então a divisão territorial do trabalho teria originado as fronteiras internas.

As fronteiras internas (CATAIA 2001) traçam limites que permitem ao Estado Classista sustentar a divisão conflituosa das classes sociais ao mesmo tempo em que este Estado exerce um efeito polarizador para o conjunto das classes sociais.

A produção do território, seja ele nacional, estadual ou municipal acontece (CATAIA 2001, págs. 62-63) a partir de elementos que sugerem o papel ativo das fronteiras, sejam elas externas (nacionais), sejam elas internas (municipais), quais sejam:

- a) As fronteiras estabelecem regimes jurídico-políticos distintos na figura do Estado;
- b) Todo território nacional é dividido por fronteiras internas;
- c) As fronteiras, internas e externas, constituem um dos fatores condicionantes da distribuição dos homens e das coisas no espaço;
- d) As fronteiras constituem-se em elementos ativos na organização das relações dos homens entre si e destes com seu meio.

A organização do território obedece a duas lógicas, fazendo com que homens e coisas se distribuam desigualmente pelos territórios: Uma externa ao território nacional e outra interna a ele, as duas coexistindo.

Uma lógica dominante externa, comandada por grupos empresariais, age sobre pontos do território e não sobre toda sua extensão. A expansão do capital, escolhendo este ou aquele lugar, vai aprofundar as diferenças entre as regiões.

Já a organização interna está diretamente ligada à sua configuração, ou seja, como o espaço construído foi ganhando uma dada feição em função dos projetos desenvolvidos pela formação sócioespacial, por meio dos homens e das coisas, ou dito de outra maneira, ações e objetos, nunca se dão isoladamente, mas sempre num conjunto.

Para confirmar estas duas lógicas Santos (1979, p. 144)

De um lado, a mundialização da economia, possibilitada pela presença universal das multinacionais da produção material e da cultura; de outro lado, a integração interna do país por meio dos transportes, das comunicações, do mercado e da presença do Estado.

Assim (CATAIA 2001, p. 67) definiu a fronteira como:

Uma linha claramente demarcada no território e que envelopa um poder institucionalmente constituído e com poderes permanentes de produção e execução de leis que digam respeito ao seu território, portanto, quando falamos de fronteiras falamos dos Municípios, dos Estados Federais e da União.

As categorias de análise do território são instrumentos importantes para entender a organização dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, veremos nos capítulos seguintes que as redes são mecanismos flexíveis que interligam e/ou integram os municípios a outros espaços, podendo estabelecer redes de solidariedade entre o território local (municípios) e os territórios mundiais (grandes centros econômicos mundiais).

A idéia de escala está intrínseca, e podemos constata-la no momento em que analisamos as relações institucionais entre Municípios, Estados, União e parcerias entre o poder público local e as entidades de sociedade civil organizada à nível regional, nacional e internacional, estas relações interescares entre os municípios de Serra Preta e Pintadas e outros agentes ocorrem basicamente de duas formas: 1º, a partir de relações verticais, onde o mundo externo, através do mercado e da violência do capital, determina as lógicas de atuação no território municipal; 2º, a partir de relações horizontais, onde há uma cooperação mutua entre os agentes locais e os agentes externos no sentido de promover um desenvolvimento territorial planejado de baixo para cima, ou seja, ações discutidas e desenvolvidas no local,

tendo os parceiros externos, como agentes viabilizadores destes projetos de desenvolvimento municipal.

O Poder é outra categoria que estará intrínseca ao longo da nossa pesquisa, serão relações institucionais de poder, permeadas por conflitos e disputas entre grupos políticos rivais pelo poder público local, estas relações de poder se evidenciaram também ao longo da pesquisa quando instituições organizadas da sociedade civil começarem a ampliar sua esfera de atuação e passarem a ocupar outras esferas de decisão que não mais os espaços restritos destas entidades e sim os espaços públicos do poder local (prefeitura e câmara de vereadores).

Por fim, as fronteiras que são instrumentos políticos e inerentes no processo de compartimentação municipal, são delimitadoras de territórios municipais e atuam moldando a organização dos agentes a partir do momento que limita e delimita a atuação dos agentes sobre os territórios.

Assim as categorias de análise do território estarão presentes nos municípios estudados e verificaremos isto ao longo da construção desta dissertação, a compreensão destas categorias faz-se de fundamental importância, pois, permite entender melhor o processo de organização e estruturação dos municípios de Serra Preta e Pintadas.

1.3 - O conceito de território – enquanto multidimensionalidade

A Geografia, como ciência social, busca compreender a sociedade a partir da forma como esta se organiza no espaço. Para isto utiliza conceitos geográficos básicos como paisagem, região, espaço, lugar, território, dentre outros. Esses conceitos *“guardam entre si forte grau de parentesco, pois, todos se referem à ação*

humana modelando a superfície terrestre” (CORRÊA, 1995, p. 16). Neste sentido, o conceito de Território é um dos mais utilizados pelos geógrafos para analisar e entender a forma como a sociedade produz, intervém, modifica e se apropria do espaço geográfico.

A discussão sobre o conceito de território na Geografia aparece na chamada Geografia Tradicional, mais especificamente na *Politische Geographie* (1897), livro de Ratzel, onde trata o Território como “determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990, p. 23). Esta definição tomou como base o conceito de Território utilizado pelas ciências naturais, principalmente da zoologia e da botânica, pois, a idéia relaciona-se à apropriação do espaço como forma de luta pela sobrevivência. Ao tratar mais profundamente o conceito de território, ele faz referência à ligação entre Estado e solo, Ratzel apud Souza (2005, p. 85):

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [*Boden*] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir.

Numa segunda citação de Ratzel apud Souza (2005, p. 85):

Exclusivamente o solo [*Boden*] dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação, sobretudo da organização política de naquele se apoiar, como se ele pudesse forçar os homens, que de toda sorte permanecem separados, a uma coesão. Quanto maior for a possibilidade de fragmentação, tanto mais importante se torna o solo [*Boden*], que significa tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade.

O Território para Ratzel seria sinônimo de solo. Mais que isso: dimensão eminentemente política cujo centro de poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania

se revelariam na figura do Estado-Nação em sua forma plena. O Território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo [*Boden*] e do povo, na qual se organizaria a sociedade.

Ratzel coloca, ainda, a idéia de conquista de novos territórios para as sociedades que alcançaram um nível de “desenvolvimento superior”, contrapondo-se à perda do território o que representaria sua decadência. A partir dessas concepções este autor formula o conceito de Espaço Vital afirmando que “este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, assim, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 1987, p. 56). Suas idéias expressam, portanto, a necessidade de expansão territorial como um importante recurso para o equilíbrio e o desenvolvimento das sociedades.

Ratzel lançou as bases para o estudo do território, e sua contribuição para a nossa pesquisa reside na dimensão política e na importância de reconhecer a legitimação do poder institucionalizado no território. Ele vai além, quando coloca que a conjunção do solo (*Boden*) e do povo, na qual se organizaria a sociedade seria a expressão legal e moral do território.

O território a partir da contribuição de Ratzel são instrumentos que dão coerência material a um município, assim, toda estruturação política, econômica, social e cultural se apóia neste. É no município que se organizam as instituições políticas (prefeitura municipal, câmara de vereadores, secretárias municipais, conselhos municipais etc.) organizações da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores rurais, de servidores públicos, patronal, operários etc., associações de moradores de bairros, de pequenos agricultores, de artesãos etc., cooperativas) e

outras entidades (bancos, cooperativas de créditos, sedes de empresas etc.), a partir dessas organizações fixadas sob uma base territorial - o município - é que são construídas as articulações territoriais, que por sua vez são ditadas pelo exercício do poder. Assim como afirma Raffestin (1993) o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada.

O Território é um compartimento político do espaço geográfico, que define a existência física das entidades jurídicas, administrativas, econômicas e políticas, por isso todo município é o *locus* do poder.

No intuito de elucidar uma questão muitas vezes confusa para nos geógrafos que estamos iniciando uma pesquisa geográfica, que é a diferença entre espaço e território, trouxemos a contribuição de Raffestin (1993, p. 143) que afirma:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator 'territorializa' o espaço.

Quando nos propusemos a analisar o território, nos deparamos com uma questão bastante disseminada na geografia, a idéia de território sempre referida aos limites do Território Nacional. Este autor afirma que *o território é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível*, (grifos nossos), assim podemos ter território dos mais diversos tamanhos, nas mais diversas escalas, rompendo com a exclusividade da idéia de território nacional, dessa forma esclarecendo e afastando qualquer dúvida em relação a nossa pesquisa, onde abordaremos o território, com base em Cataia (2001) dentro das fronteiras municipais, onde há diversos atores sintagmáticos que territorializam o espaço.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...].

O espaço é anterior ao território e o território é a projeção do trabalho, seja energia e informação, que por sua vez envolve relações marcadas por forças de poder, o território se apóia no espaço, é uma produção a partir do espaço. Para ser mais claro Raffestin coloca que o *“Espaço é a prisão original”* e *“Território é a prisão que os homens constroem para si”*. Dessa forma fica claro que nossa pesquisa tem como conceito chave o território, que é a projeção do trabalho, das ações, dos projetos, das articulações dos mais diversos agentes internos e externos, envolvidos por disputas e relações de poder no território.

Sack (1986) é outro autor importante para a nossa pesquisa, pois aborda a questão da territorialidade como uma estratégia de dominação através de grupos que podem ser políticos, econômicos, sociais ou culturais. A tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área e determinando o que devemos e podemos fazer, e como fazer, condicionando nossa vida cotidiana. Este autor vai mais além afirmando que a territorialidade é uma *expressão geográfica* do exercício do poder em um território, e este deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente, pela atuação do Estado que condiciona *comportamentos* através da comunicação e de relações de poder.

Devemos acrescentar na contribuição de Sack que, o Estado não é o único agente capaz de criar territórios, a atuação coordenada de diversos agentes numa escala regional ou local pode dar origem a territórios. Como são os casos das emancipações a nível Regional, criando novos países, ou os casos das emancipações a nível municipal, criando novos municípios (Como foram os casos dos municípios de Serra Preta e Pintadas). Tanto a nível regional, quanto a nível local a constituição de novos territórios depende em parte dos agentes internos, ou seja, das organizações políticas, sociais, econômicas e culturais de âmbito regional, ou local.

Os municípios, sujeitos da nossa pesquisa são frutos de dois movimentos: 1º de demandas e anseios dos agentes políticos, econômicos, sociais e culturais destes lugares, pois estes só se constituíram em territórios, ou seja, em municípios a partir a mobilização dos seus agentes que desejavam criar estes territórios para um melhor gerenciamento; 2º a criação destes municípios também perpassa pela manipulação da sociedade por grupos políticos e econômicos, que visam o próprio interesse na criação do novo território.

Sobre a criação de novos municípios Cataia (2001, p. 74) afirma que:

A criação de um poder político institucional – produção de governos, portanto produção de fronteiras – é o fundamento da proteção dos povos. Proteção que é territorial, ou seja, é por meio de políticas territoriais que se alcança – dependendo da escala de poder de que se trata – a soberania ou a autonomia: se nacional, soberania; se do lugar, autonomia.

Sobre a produção de novos municípios no Brasil e a polêmica que o cerca, iremos discutir com maior profundidade no capítulo seguinte.

Santos (2002) afirma que o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do

próprio espaço. Pelas técnicas o homem modifica o meio, isto é, através de instrumentos materiais (naturais e artificiais) e sociais (língua, costumes, etc.), o homem realiza sua vida.

Santos (1999, p. 6), coloca que *“como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou ainda a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço”*. Trata-se de produzir um território apropriado a cada período histórico, a cada modo de produção, ou seja, uma ortopedia territorial.

Santos (1996), ao tratar das distinções entre os vários períodos lembra-se que cada período corresponde um dado meio geográfico, assim sendo, tem-se: meio técnico; meio técnico científico e; meio técnico - científico e informacional. Estes meios todos correspondem ao espaço geográfico sendo que antes do advento do espaço geográfico, o meio pré-técnico ou natural tinha destaque.

A noção de meio geográfico está estreitamente ligada à noção de período. Santos (1992, p. 5) assim define a noção de meio:

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo o século XIX vêm a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer, junto com Max. Sorre (1948) e André Siegfried (1995), que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural.

Todavia, as modernizações que um período planta num meio não suprime as modernizações do período precedente, por que como afirma Santos (1982) *“o espaço é a acumulação desigual de tempos”*.

Assim, Cataia (2001) propõe a seguinte periodização para conformação dos diferentes meios (quadro 1):

QUADRO Nº 1

PERIODIZAÇÃO PARA A ESCALA DO MUNDO: UMA PROPOSTA

| Espaço Ecológico (Teleonomia) | Espaço Geográfico (Intencionalidade) | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------|---|
| Meio natural/orgânico/pré-agrícola. | Meio técnico | Meio técnico-científico | Meio técnico-científico e informacional |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>Há uma lógica natural, uma coerência biológica. A regulação é dada pelas estações do ano. O tempo é cíclico: aquele das estações do ano.</p> | <p>A lógica natural é suplantada pela lógica instrumental. Passa a haver um tempo social.</p> | <p>Os objetos técnicos passam a receber uma carga de ciência, de uma explicação que pode ser reproduzida em laboratórios, por exemplo a agronomia e o cruzamento de espécies vegetais.</p> | <p>Completa-se tecnicamente a separação entre energia e informação em escala planetária. Tudo toma a forma de informação, sendo esta o motor deste novo período.</p> |
| <p>A passagem se dá há 10 mil anos, ou seja, a 8.000 A.C. quando a 1ª Revolução Agrícola no Oriente Médio.</p> | <p>A passagem se dá com a Revolução Industrial (século XVIII) na Europa.</p> | <p>Tem início nos EUA e Europa. O marco é a 2ª Guerra Mundial.</p> | |

Os modos de produção hoje tendem a convergir. Essa tendência à convergência faz com que os territórios passem a experimentar um movimento unificador, uma história comum. Novos conteúdos de técnica, de ciência e de informação constituem uma nova variável motora que permite reconhecer um novo sistema temporal que se diferencia dos anteriores, qualificando assim um novo modo de produção global. (SANTOS, 1999).

Salienta-se que as passagens de um espaço a outro, de um meio a outro não é estanque, não se dá de chofre, há um lento trabalho - hoje, cada vez mais

acelerado – gestado por gerações e gerações, até que as inovações se imponham como uso. Este assunto será retomado no capítulo seguinte quando discutiremos a evolução dos municípios brasileiros nos diferentes meios geográficos.

Ainda em relação ao território Santos (2002) coloca-o enquanto norma para o exercício das ações. Assim no mundo atual as normas são fundamentais para ampliação das ações nos diversos níveis escalares.

O que distingue os municípios uns dos outros é o território como norma, ou seja, suas densidades técnicas que, quanto mais desenvolvidos são, maior é a inserção do lugar no mundo e, portanto, maiores os vetores verticais, longínquos a agir sobre um subespaço do território nacional.

Os municípios são o resultado da relação entre o território normatizado, ou seja, a regulação política que visa garantir o funcionamento e aplicação da legislação, e o território como norma, ou seja, as suas densidades técnicas.

Para acolher atividades econômicas, canalizar recursos, projetos e investimentos para os municípios, os lugares competem entre si, valendo-se de seu território como norma, mas também normatizando-o. A normatização do território possibilita a qualquer município atrair empresas, mas há pouca eficácia na produção de leis se o território como norma não estiver apto a receber uma nova técnica. A partir do capítulo 3 (três) discutiremos as normas e as normatizações do território municipal, para o desenvolvimento territorial local.

Sposito (2006), afirma que não se pode pensar o território a - historicamente, pois sempre que ele é estudado, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária.

Assim este autor nos acrescenta a importância de levarmos em consideração nas nossas investigações geográficas, a categoria tempo como meio para explicar a

configuração do território, uma vez que tal configuração é resultado de um processo que se iniciou no tempo passado, por isso, não devemos pensar o território à-historicamente. No capítulo seguinte iremos tratar justamente da evolução do município no Brasil com o enfoque nos municípios sujeitos da nossa pesquisa, inserindo-os na periodização proposta por Cataia (2001).

Fonseca (2005), define o território a partir de relações institucionais de poder e sua contribuição para nossa pesquisa reside em atribuir às instituições um papel importante, pois os municípios em estudo nessa pesquisa desenvolvem um exercício de poder empreendido pelos atores organizados sob uma base política e social onde existem regras e normas de condução das relações de poder, ou seja, essas relações se configuram em âmbito institucional, onde estas, são entendidas como:

Criações humanas com o objetivo de dar forma as interações sociais. São originadas formalmente ou espontaneamente, no âmbito social ou estatal, seja como for, reduzem as incertezas e os riscos, pois são guias, marcos para vida diária (FONSECA, 2003, p.11).

Portanto nos municípios, as instituições repousam no fato de que são estruturas na forma de propiciar um leque de regras e formalidades que são arranjadas de tal modo que seus ditames e prerrogativas são seguidos pela sociedade, a fim de possibilitar a condução de interesses que viabilize a realização de determinado objetivo, ou seja, a utilização de interesses sociais e do aparato técnico disponibilizado pelas instituições.

O município é entendido também como um espaço onde se estabelecem relações de poder e mando. Souza (2001, p. 11) salienta que “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o

conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação. Visto que Souza (2001) identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Assim reafirmamos que o território não está restrito aos limites do Estado-Nação, e que o poder não pertence apenas ao Estado, mas que é exercido também pelos agentes sociais. *“Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”*. (SOUZA, 2001, p.11). Neste sentido reafirmamos que os municípios em estudo são espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, poder este, que é institucional, político, social, econômico ou cultural.

Souza (2001), após retrabalhar o conceito de território, propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento:

Onde uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um ‘Estado’ enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Os sujeitos de estudo desta pesquisa são os municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, eles estão sendo estudados dentro do contexto de descentralização política iniciado a partir de 1988, com a nova constituição brasileira, esta conferiu-lhes autonomia política, administrativa, financeira e institucional para enfrentar os graves problemas sociais que afligem suas populações.

É nesse sentido que Souza (2001), contribui para a nossa pesquisa ao afirmar que a plena autonomia é incompatível com a existência de um ‘Estado’ enquanto

instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. Dessa forma quando nos propomos estudar a descentralização política como meio para o desenvolvimento territorial local, percebemos que estamos no caminho certo. Pois a autonomia constitui, no entender do autor, a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade.

Comumente, o território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Fernandes (2005) chama a atenção para o conceito de território enquanto multidimensionalidade e critica a visão unidimensional do território, onde este é estudado a partir de um único viés, econômico, político ou cultural, coloca que muitos geógrafos trabalham com o conceito de território numa visão unidimensional, trata-o como setor, chamando equivocadamente de território, para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional.

Fernandes (2005, p. 277) afirma que:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que espaço e território são fundamentais para realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas.

Para Fernandes (2005), território pode ser o espaço nacional, como pode ser um município, uma cidade, um bairro, uma rua, enfim, o território enquanto algo intermitente que se constroem e se desfaz continuamente.

O município é resultado de uma conjunção de fatores, étnicos, políticos sociais, culturais, econômicos, institucionais etc., este é dotado de uma totalidade que se evidencia como resultado de formas contraditórias, solidárias e conflitivas,

que por sua vez, são seus vínculos indissociáveis. Veremos tais formas a partir do capítulo 3 (três), onde trataremos dos conteúdos do território, do espaço público enquanto exercício da cidadania e da relação entre o poder público/sociedade civil e entidades privadas.

Haesbaert (2004) analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) *jurídico-política*, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

O território para Haesbaert (2004) deve ser analisado na sua multidimensionalidade política, econômica e cultural, e acrescenta ainda que estes territórios são dialeticamente articulados e simbolicamente apropriados. Tal articulação dialética do território se viabiliza por intermédio das redes. Haesbaert (2004), destaca as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas.

O cenário geográfico dos municípios da nossa pesquisa trata-se de territórios que são produtos de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

O Professor Silvio Bandeira de Melo e Silva trás uma definição completa e multidimensional do território, (SILVA, 2003, p. 118) este:

Compreende que o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental.

Em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas. Os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a implementar laços de coesão e solidariedade.

Silva (2003) considera o território como sendo a dimensão política do espaço, e as políticas territoriais como sendo um conjunto de estratégias e ações engendradas pelos variados agentes, nas mais diversas escalas e setores, com repercussões diretas no espaço, entende que as políticas territoriais que buscam o fortalecimento dos municípios devem contemplar, também, o fortalecimento da densidade institucional local e a criação de um novo arranjo institucional onde a descentralização das decisões e ações seja valorizada, permitindo, com isso, o fortalecimento de relações mais horizontais e, conseqüentemente, o estímulo à ampliação do capital social.

Para Putnam (1995) Capital Social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.

O Capital Social que é entendido aqui como um conjunto de relações sociais e institucionais, que articuladas em torno de estratégias comuns podem ampliar o

potencial de desenvolvimento econômico, valorizando as potencialidades, os valores e as normas locais, que são construídos no decorrer da organização sócio-espacial local. É o principal meio pelo qual os municípios fortalecem sua identidade territorial e define suas políticas públicas para atração de recursos.

Os municípios apresentam uma complexidade e dinamicidade. Deve-se levar em consideração as relações historicamente desenvolvidas, o envolvimento de diferentes escalas e, por fim Silva (2003) coloca que os municípios com Capital Social podem ampliar o potencial de desenvolvimento econômico, valorizando as potencialidades, os valores e as normas locais, enquanto que os municípios que não possuem e/ou não valorizam seu Capital Social ficam a mercê das especulações externas ao território e não oferecem respostas eficientes aos problemas que afligem as coletividades locais.

Para (CASTRO, 2000, p. 50):

Cada território possui, pois, uma ambiência vinculada a um sistema territorial de produção, ou seja, a uma configuração de agentes e de elementos econômicos, socioculturais, políticos e institucionais, que possuem modos de organização e de regulação específicos.

A autora identificou este novo conteúdo institucional do território ao analisar a fruticultura irrigada no oeste do Estado do Rio Grande do Norte, considerada uma “ilha de tecnologia”, uma vez que no seu entorno está a contrastante vastidão semi-árida do sertão nordestino. Nesta “ilha de tecnologia” (ou território inovador), ocorreram mudanças significativas e positivas em relação ao seu entorno. Os capítulos três, quatro e cinco irão analisar as inovações institucionais apresentadas nos municípios sujeitos da nossa pesquisa.

Castro (2000), além de ressaltar a importância do território numa perspectiva multidimensional, levanta um importante e valioso conteúdo territorial, que se

encaixa como uma luva em nossa pesquisa que é a configuração de agentes e de elementos econômicos, socioculturais, políticos e institucionais, que possuem modos de organização e de regulação específicos, onde o mais importante hoje para suscitar inovações são as ações dos meios disponíveis nos territórios, capazes de gerar relações de cooperações entre os variados agentes locais e regionais. Sobre os conteúdos do território veremos com mais detalhe no capítulo três.

Dessa forma, não pretendemos encerrar aqui nossa discussão conceitual, mas, discutir e continuar avançando na óptica do território enquanto sujeito ativo no processo de descentralização e inovação política nos municípios da Bahia.

2 - FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO BRASILEIRO E SEUS MEIOS GEOGRÁFICOS.

2.1 - Introdução.

“No mundo compartimentado da geografia, a unidade política é o

território. Quer seja o conjunto do território nacional de um Estado, ou o conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de autoridade comum e goza de um dado regime, o território é um compartimento do espaço politicamente distinto daqueles que o cercam". (GOTTMANN, 1952:70)

O município² brasileiro é uma antiga instituição que remonta ao início do período colonial, mas, só recentemente sua importância tem sido mais reconhecida na geografia devido ao recente pacto federativo, instituído no Brasil em 1988. Fonseca (2005) afirma que:

O Brasil nasceu local, pois antes mesmo deste país se constituir como Estado e como Nação, o município já era utilizado aqui pelos portugueses como principal estratégia de organização político-administrativa e territorial de posse e domínio das novas terras descobertas.

Entender as principais características do processo de formação e evolução do município brasileiro no contexto da organização territorial do Estado brasileiro, é nosso objetivo neste capítulo. Para isto, mesmo correndo o risco de praticar uma arbitrariedade, buscamos apreender a sua gênese e evolução histórica, propondo uma periodização para as inovações institucionais (Quadro 2) e adotando também a

² Só com a lei de 28 de Outubro de 1828, chamada *Regimento das Cammaras Municipaes* (Lei Orgânica dos Municípios) é que aparece, pela primeira vez, constitucionalmente, a palavra município no Brasil. Até então a referencia era as cidades, villas e parochias. (TAVARES, 1998).

periodização de Cataia (2001) sobre as modernizações no território brasileiro (Quadro 3). Ambas as periodizações colocam para o Brasil como um todo, três períodos:

QUADRO Nº 2
PERIODIZAÇÃO PARA AS INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS
NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

| | | |
|---------------------------------|---|---|
| 1500 ao começo do século XVIII. | Início do século XIX até 2 ^o guerra mundial. | Pós-guerra a nossos dias |
| Meio técnico | Meio técnico-científico | Meio técnico-científico e informacional |

| | | |
|---|--|---|
| <p>-Ordenações do Reino 1521 (Ordenações Manuelinas) 1603 (Ordenações Philipinas) (Transplante das normas portuguesas para o Brasil);</p> <p>-Cartas Régias 1677 e 1693 (Adoção de medidas restritivas aplicadas por Portugal sobre a colônia).</p> | <p>-Constituição do Império 1824 (Maior centralização política e perda da autonomia dos municípios para as províncias);</p> <p>-Constituição da República 1891 (O município se mantém subordinado, desta feita, aos Estados e a União);</p> <p>-Constituição de 1934 (Maior autonomia aos municípios);</p> <p>-Constituição do Estado Novo 1937 (Os municípios perderam suas conquistas presentes na constituição de 34).</p> | <p>-Constituição de 1946 (O município aparece como ente federativo, dotado de autonomia política, administrativa e financeira);</p> <p>-Ditadura Militar 1964 (O município perdeu parte de sua autonomia e ficou dependente dos recursos repassados da União e dos Estados);</p> <p>-Constituição de 1967 (mantida eleição direta para municípios pequenos, ressaltando a obrigatoriedade de nomeação dos prefeitos das capitais e dos municípios considerados como de segurança nacional);</p> <p>-Constituição de 1988 (Concedeu aos municípios autonomia política, administrativa e financeira no contexto do processo de redemocratização do país).</p> |
|---|--|---|

QUADRO Nº 3

PERIODIZAÇÃO PARA AS MODERNIZAÇÕES

NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

| | | |
|---|--|---|
| 1500 ao começo do século XVIII. | Início do século XIX até 2 ^o guerra mundial. | Pós-guerra à nossos dias |
| Meio técnico | Meio técnico-científico | Meio técnico-científico e informacional |
| Transplante das normas portuguesas para o Brasil; 1824 – 1 ^a Constituição brasileira. | 1828 – 1 ^a Lei Orgânica dos Municípios; 1840 – começam os serviços telegráficos; 1850 - Lei de Terras; 1874 – Inaugurado o cabo telegráfico submarino entre o Brasil e a Europa; 1891 – Fundação da Federação brasileira; 1937-45 – Estado Novo. | 1946 – pela 1 ^a vez o município aparece como ente federativo; 1964-85- regime militar; 1988 – Constituição “municipalista”; 1996 – Emenda nº 15. 1997 – Alguns estados se “rebelam” e instalam novos municípios. |

Cataia (2001) coloca que a adoção do federalismo no Brasil impôs a presença do município como um ente constitucionalmente participante dessa forma de governo. Em 1946, os municípios ganharam esse *status* de ente federativo, e é justamente nesse momento que se inicia o atual período – o pós-guerra – que o território brasileiro vai conhecer uma aceleração na sua apropriação, quando então passa a acolher vetores de modernização que provocam uma mais intensa fragmentação do território.

Os municípios de Pintadas e Serra Preta são frutos dessa aceleração na forma de apropriação do território, quando então passa a acolher vetores de modernização que provocam uma mais intensa fragmentação do território. Ambos os municípios foram criados no período técnico-científico e informacional, e ao longo do

tempo receberam uma densa camada de normas e normatizações, que possibilitam a estes, (hoje) atuar como agentes institucionais de promoção do desenvolvimento territorial.

Com base nas periodizações propostas, os municípios serão tratados segundo cada um dos períodos.

2.2 - O município brasileiro no meio técnico.

O Território brasileiro começa a ser definido e delimitado na Europa entre os espanhóis e os portugueses, através do Tratado de Tordesilhas (1494), mas, o Brasil se constituirá como país, como Estado Nacional independente de fato e de direito, apenas no século XIX.

A colonização portuguesa no território brasileiro desenvolveu-se inicialmente com a atividade extrativa no período de 1500-1530, em seguida, iniciou-se um projeto de ocupação e exploração do território brasileiro.

Martin Afonso de Souza (1530) nomeado pelo Rei de Portugal, 1º Governador Geral do Brasil, inicia-se um processo de transplante institucional, ou seja, as leis utilizadas em Portugal e sua organização política, são implantadas no Brasil.

Os municípios vão nascer com o direito romano que se expande por boa parte da Europa atingindo Portugal e deste é transplantado para o Brasil. A organização modelar de Lisboa vai se projetar nas cidades das colônias portuguesas. Essa organização será regulada pelas Ordenações do Reino.(CATAIA, 2001, p. 105).

O município brasileiro também não foge a esta herança, pois foi trazido e implantado no Brasil - Colônia pelos portugueses, no contexto das estratégias de

apropriação e uso do território “... a história da organização municipal do Brasil - Colônia é a própria história da legislação portuguesa sobre a administração dos conselhos no mesmo período”. (GARCIA, 1956, p. 91).

As estratégias de organização político-administrativa e territorial de Portugal com relação à posse e domínio do Brasil - Colônia começaram a ser implantadas de forma regular, a partir de 1530 por intermédio de Martin Afonso de Souza. Este determinou o povoamento, concedeu terras para cultivo, proveu os cargos que eram necessários e instalou municípios ou vilas, como foi o caso de São Vicente, instalado em 1532.

Martin Afonso construiu os alicerces do governo local no Brasil, contudo, a transferência do município não ocorreu de forma completa, pois ele não trouxe uma estrutura municipal pronta, pré-moldada de Portugal, mas, princípios legais abrangentes, definidos pelas: Ordenação Manuelina (1521-1603) onde vigorou um regime legal e; Ordenação Philipina (1603) onde modificou a forma da organização, competência, sistema eleitoral e atribuições pertencentes às Câmaras Municipais.

[As Câmaras] nomeavam representantes seus, procuradores perante as Côrtes, influndo assim na alta política do Estado; organizavam, de conformidade com os juizes e homens bons da terra, as posturas municipaes. (FLEIUSS, 1923, p. 43)

O surgimento dos municípios brasileiros parece não ter ocorrido de forma única, apenas por decisões legais *a priori* e de cima para baixo. Muitas vezes, surgiram de forma natural, espontaneamente e à revelia de Portugal, em decorrência dos condicionantes naturais, das necessidades das populações que se concentravam em núcleos isolados uns dos outros e que careciam de governo para a manutenção da ordem interna. Diante disso, “ o povo se reunia, elegia a Câmara e

implantava o - pelourinho –símbolo da autoridade. Tacitamente, ou por alvará confirmatório, a Metrópole referendava a decisão” (NETO,1958, p.1)

Apesar de toda uma normatização já existente no território brasileiro através das Ordenações que buscava regulamentar o poder de cima para baixo, as especificidades geográficas do Brasil naquela época – grandes distâncias sem conexão; territórios desconhecidos; dificuldades de locomoção e comunicação – faziam com que cada lugar definisse sua própria organização política, tratava-se de uma presença indireta do poder central no local. Devido a estas especificidades, muitos municípios brasileiros, (Campos, Parati e Pindamonhangaba) se constituíram a partir do imperativo da ordem geográfica.

Enquanto, por um lado, a administração portuguesa introduziu no Brasil o sistema de divisão territorial, por outro lado, as necessidades de ordem geográfica, evidentemente desfavoráveis à centralização, impunham a criação de povoações e vilas, primeiros núcleos de nossa vida municipal. O município, no Brasil, não é, portanto, simples decorrência de um processo histórico de evolução administrativa, mas uma realidade geográfica, compreendida bem cedo pela organização colonial portuguesa. (AMORIN, 1949, p.460).

O município³ não era um simples órgão administrativo, ele participava diretamente das decisões do Estado. As “Ordenações Afonsinas” de 1446 tinham como leis regular os municípios os costumes e forais da terra, isto é, cada lugar possuía de fato sua autonomia frente ao rei. Cada lugar podia produzir suas próprias leis: *“Pequenos estados no Estado, repúblicas independentes sob o protetorado do rei...”* (GARCIA, 1956, p. 93).

Só com as “Ordenações Filipinas” de 1603 é que se fixaram as atribuições gerais das vilas e cidades e foi estabelecido um sistema eleitoral, no entanto ainda

³ Só com a lei de 28 de Outubro de 1828, chamada *Regimento das Cammaras Municipaes* (Lei Orgânica dos Municípios) é que aparece, pela primeira vez, constitucionalmente, a palavra município no Brasil. Até então a referencia era a cidades, villas e parochias. (TAVARES, 1998).

perduravam alguns resquícios dos costumes e forais. É essa normatização que vai provocar um embate que é travado até hoje, entre a centralização e a descentralização do poder político.

O governo municipal nas *vilas e cidades*⁴ coloniais era a Câmara Municipal quem assumia destacado papel de decisão. Como inexistia a figura do prefeito, todo o poder do governo local era concentrado nas Câmaras, que exerciam dentre outras atribuições, a taxaço de impostos, a determinação de preços de comida e medicamentos, a regulaço do valor da terra, a deliberaço para criaço de arraiais e povoaço. Além de desempenharem funço de policia e de inspeço da higiene pública, elegiam funcionários e denunciavam crimes e abusos aos juizes. Havia uma superposiço de poderes – político, policial, judicial e administrativo – nas câmaras, compostas por dois juizes ordinários, três vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão, diretamente influênciados pela força da nobreza rural.

Somente os considerados *homens bons* – constituídos geralmente por proprietários rurais ou nobreza – tinham direito ao voto. Com estes privilégios, os proprietários de terras adquiriram imensa força, exercida através das próprias administraçoes municipais, que se tornaram seu principal instrumento de poder. Para Leal (1997, p. 86), as causas desse amplo leque de atribuiçoes das câmaras e do poder dos senhores rurais se deveu, principalmente:

À insuficiêcia do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, à fraqueza do poder público. Em outras palavras, o fator básico dessa situaço era o isolamento em que viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade. Além disso, como constituíam

⁴ Não havia nenhuma hierarquia no sentido político-administrativo entre vilas e cidades. A diferença entre as duas era mais de ordem eclesiástica, pois o Vaticano não permitia que bispados fossem instalados em vilas, porque os bispos eram considerados como nobres de primeira grandeza e só poderiam ser criados bispados em cidades. Portanto, todas as vezes que se buscou criar bispados, as vilas eram elevadas a categoria de cidade, que era um atributo exclusivo da Coroa. Os donatários só podiam criar vilas.

a vanguarda da Coroa na ocupação da terra nova, defendida pelo gentio belicoso e ameaçada por outras potências européias, não era muito considerável a margem de conflito entre o poder privado na nobreza territorial e o poder público, encarnado no Rei e em seus agentes.

Esta situação de autonomia municipal se prolongou até a metade do século XVII quando a Metrópole através das Cartas Régias (1677 e 1693), adotou medidas restritivas sobre a colônia. A Metrópole começou a engendrar novas estratégias de poder *infra-estrutural* com o intuito de exercer um controle mais efetivo e rígido sobre a Colônia. Para tanto, aumentou a fiscalização do comércio, da extração e da condução do ouro das minas recém descobertas em Minas Gerais, diminuiu o poder das Câmaras Municipais, suspendeu as prerrogativas concedidas à nobreza rural e fortaleceu, em contrapartida, o poder dos governadores das províncias, que aos poucos, passaram a prevalecer no contexto da estrutura de poder na Colônia.

A adoção dessas medidas restritivas deve-se a fatores, exógeno e endógeno:

O fator exógeno à colônia refere-se a crise do comércio oriental português que afetou profundamente a economia do reino de Portugal, com isso, restou apenas a colônia brasileira para o desenvolvimento das atividades mercantis da metrópole.

Enquanto que os fatores endógenos, o destaque recai sobre o desenvolvimento econômico da colônia, sobretudo através da agricultura e, posteriormente, da extração de ouro. Diante dessas perspectivas positivas, o Reino começou a adotar com extremo vigor, uma variedade de medidas restritivas.

As Cartas Régias (1677 e 1693) ordenavam a submissão das câmaras aos governadores. Segundo Prado Junior (1999, p. 43):

As prerrogativas de que tinham até então gozado as administrações municipais vão sendo, aos poucos, reduzidas. Proíbe-se às câmaras

convocarem juntas, chamarem governadores ao Senado, recusarem-se as convocações destes para, em palácio, comparecerem incorporadas, desobedecerem-nos em quaisquer ordens etc.

À proporção que o tempo foi passando, os governadores se fortaleceram e os municípios se enfraqueceram. Desde então, a vida do município brasileiro é marcada por momentos de recuos e avanços quanto ao seu papel funcional no contexto da organização administrativa e territorial do Estado.

O fim do século XVIII e início do século XIX, com toda a conturbação política da época, (movimentos de independência, movimentos imperialistas na colônia), constituição imperial em 1824 e modernizações ocorrendo no território brasileiro, marca a passagem do período técnico para o período técnico-científico no Brasil.

2.2.1 - Os municípios de Pintadas e Serra Preta no meio técnico.

Antes de começarmos a análise dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta, torna-se necessário esclarecer que estas duas instituições políticas municipais, apenas se constituíram como tal, a partir da 2ª metade do século XX, no período do pós-guerra, mas, sendo sua atual configuração territorial resultado da *“acumulação desigual de tempos”* Santos (1982), faz-se necessário um resgate temporo-espacial, para melhor compreensão da atual organização destes dois territórios municipais.

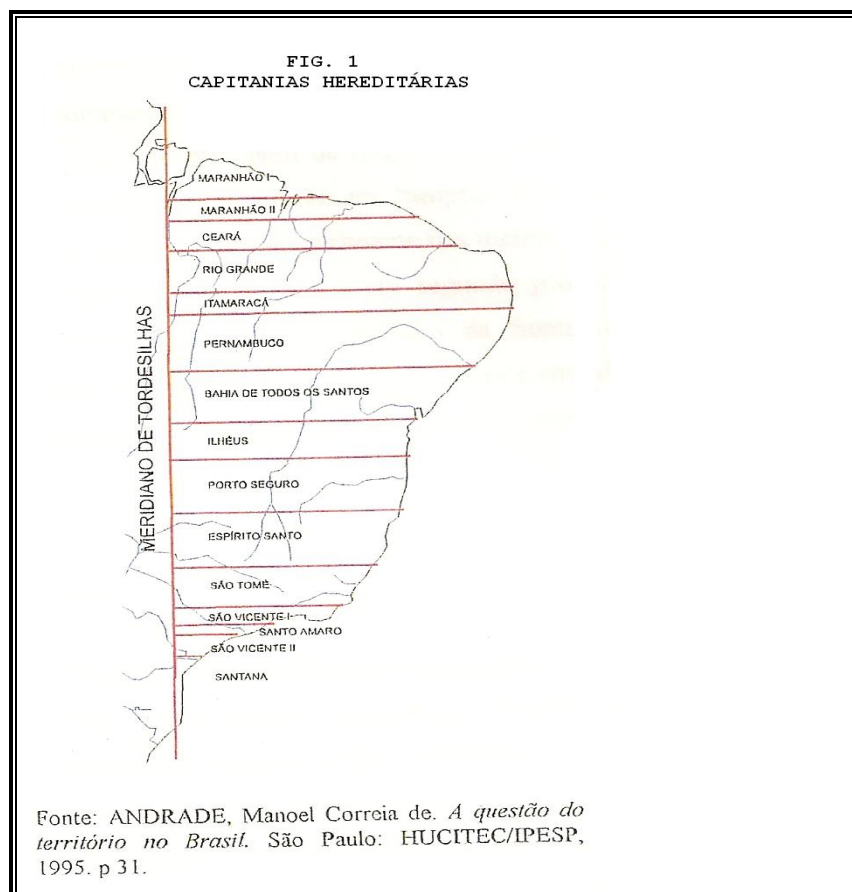
Com a finalidade de organizar o estudo destes municípios, que são nossos sujeitos de pesquisa, dividiremos esta análise em três períodos, procurando seguir a periodização proposta por Cataia (2001), feita no início deste capítulo. Cada período será estudado dentro de cada meio geográfico.

Os três períodos são: 1º, colonial brasileiro (do século XVI ao início do século XIX); 2º, do período Imperial, à República Velha e o Estado Novo (de 1824 a meados do século XX) e; 3º e último, o período do pós-guerra (1946 até os dias atuais).

O primeiro período refere-se à conquista do território brasileiro no século XVI até a independência do Brasil no século XIX. Segundo Santos (1999) a colonização do Brasil foi resultado da expansão de empresas comerciais européias que se lançaram pelo oceano Atlântico em busca de novas rotas que as levassem às costas da Índia em busca dos produtos tropicais e minerais valiosos no comércio europeu.

A atuação dos portugueses se desenvolveu nos primeiros anos através da atividade extrativa com os produtos da floresta, principalmente o pau-brasil. Foram estabelecidas pequenas feitorias ao longo da costa, *“na verdade pequenos e dispersos entrepostos de escambo e comercialização de pau-brasil”* (COSTA, 1988, págs. 27-28).

É em meados do século XVI, que se inicia a colonização efetiva através do estabelecimento das Capitânicas Hereditárias (ver fig. 1) e, mais tarde, de forma mais dinâmica, com a introdução da cultura da cana-de-açúcar. A colonização desenvolvida pelos portugueses no Brasil, foi eminentemente mercantil e expropriadora.



Inicialmente a ocupação do território se deu no litoral, principalmente da região Nordeste. Nessa pequena faixa de terra a cultura da cana-de-açúcar desenvolveu-se rapidamente nos solos férteis de massapé, produzida em grandes propriedades, - com base no sistema de sesmarias, - por colonos ricos e influentes ligados à Coroa Portuguesa.

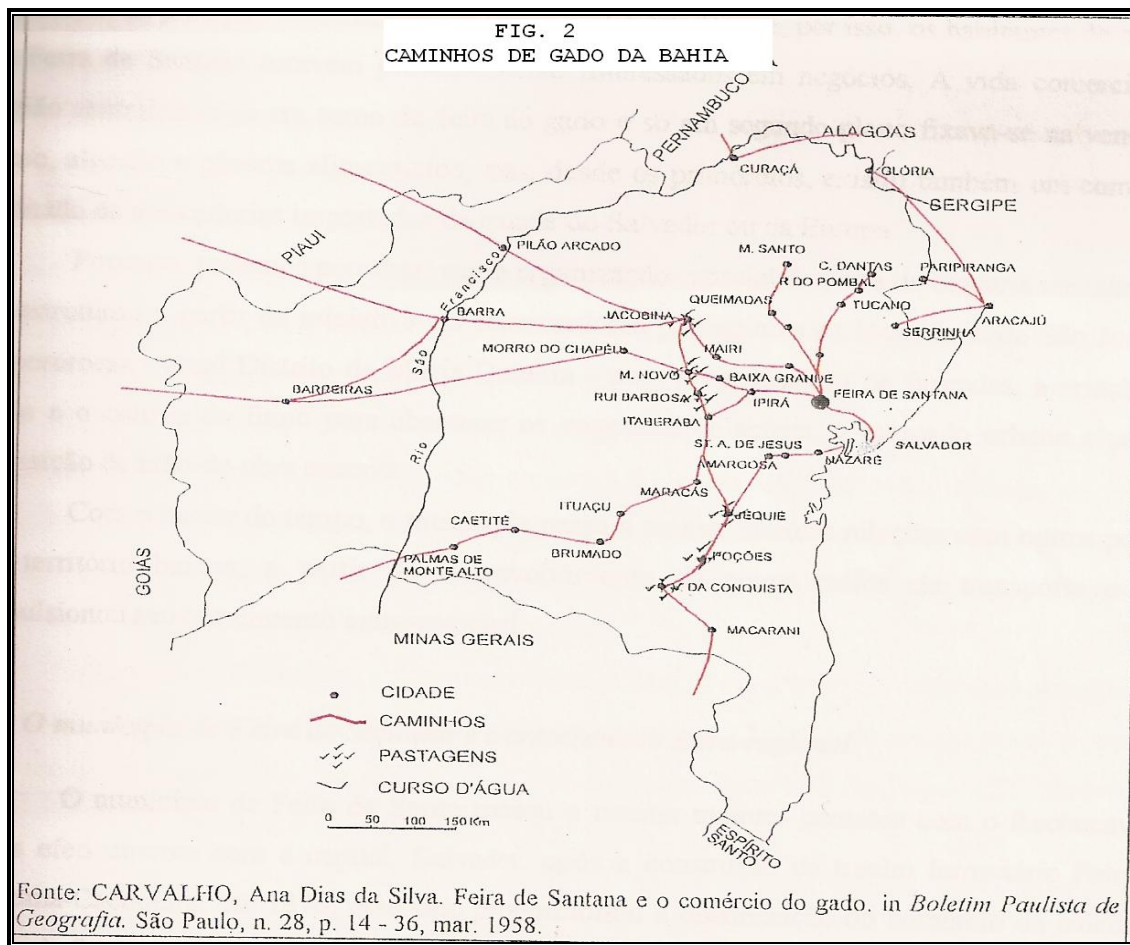
Somente no final do século XVI, com a expansão da cultura canavieira e temerosos em perder as terras para as outras potências européias, os portugueses investiram na conquista de novos espaços e começaram a penetrar no interior da colônia. É nesse momento que se inicia o processo de interiorização do território brasileiro e, conseqüentemente do território baiano.

Andrade (1995) coloca que a ocupação do interior do Nordeste foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa – Pernambuco e Bahia – visando à redução dos índios, a sua escravização e a procura de pastagens para o gado.

No Nordeste, a pecuária foi utilizada como eficiente meio de ocupação de espaços vazios. Segundo Guimarães (1989) a intenção da metrópole era ampliar os seus objetivos colonizadores, reservando à faixa litorânea para fincar, principalmente nas melhores e mais próximas terras, a exploração açucareira e fazendo da pecuária o seu segundo grande instrumento de ocupação, sem dúvida o mais indicado para o alargamento da fronteira econômica. Esta estratégia de ocupação possibilitou (talvez) a primeira Divisão Territorial do Trabalho no Brasil, ou seja, o litoral como produtor de cana-de-açúcar destinado ao mercado externo, e o interior criador de gado e animais de carga para o consumo interno.

É a partir dessa primeira divisão territorial do trabalho que, os municípios de Pintadas e Serra Preta, localizados no interior do nordeste, mais especificamente na sub-região semi-árida da Bahia, apresentam nos dias atuais uma economia (ainda) fortemente baseada na atividade pecuarista.

A expansão da pecuária pelo interior do Nordeste foi impulsionada pela proibição do criatório de gado na costa, pela Coroa Portuguesa, o que gerou a constituição de grandes fazendas através de sesmarias influêntes que se apossaram de vastas extensões de terras.



Os primeiros povoadores que se fixaram na região dos municípios de Serra Preta e Pintadas, segundo documentos históricos, foi a família dos Peixoto Viegas, que chegaram ao Brasil em meados do século XVII, o patriarca João Peixoto Viegas, segundo Santos (1999) esteve sempre ligado às elites administrativas da colônia, devido ao fato de ter se destacado na conquista do território brasileiro em diversas lutas contra os índios. Segundo Andrade (1990) sua figura está associada à história da Bahia colonial, por ter desempenhado várias atividades públicas e se destacado nas atividades econômicas mais proeminentes, podendo ser apontado como um dos responsáveis pela defesa e desenvolvimento da parte mais ao norte de Recôncavo baiano.

Segundo historiadores, João Peixoto Viegas foi, juntamente com os Guedes de Brito, os d'Ávila e outros importantes sesmeiros, um dos grandes proprietários de terras na Bahia.

Com a finalidade de legitimar a compra da sesmaria de Tocós, segundo Santos (1999) João Peixoto Viegas lançou pedido de reconhecimento em Salvador, no livro das sesmarias, nas cartas de 9 de julho de 1653 e de 10 de abril de 1655. Finalmente, em 1664, João Peixoto Viegas recebeu do Rei de Portugal a confirmação do título de propriedade da sesmaria de Tocós e, ainda, a doação de terras vizinhas.

Estima-se que as terras da sesmaria de Tocós abrangiam a área que hoje pertence aos municípios de Feira de Santana, Anguera, Serra Preta, Pintadas, Ipirá, Baixa Grande, Santo Estevão, Riachão do Jacuípe dentre outros.

A efetiva ocupação dos territórios de Pintadas e Serra Preta, se consuma no final do século XVIII e início do século XIX, quando o neto de João Peixoto Viegas, o Coronel João Peixoto Viegas Neto dá início ao processo de interiorização e ocupação de toda a terra da família Viegas. O Coronel João Peixoto Viegas Neto juntamente com a Igreja Católica empreendeu uma ação colonizadora numa ramificação Tupi Guarani denominada de índios *paiaiais*, que estavam fixadas no atual município de Ipirá, ao longo desse conflito, os bandeirantes chefiados por Brás Reis do Arção se fixaram nas atuais terras da fazenda queimadas no município de Serra Preta.

No transcorrer do século XVIII, expandiu-se a criação de gado pelo sertão e onde hoje são os municípios de Pintadas e Serra Preta, naquela época estas localidades fixaram-se como importantes rotas de tropeiros e vendedores de mercadorias que andavam pelo sertão.

O primeiro núcleo de povoamento no município de Serra Preta originou-se nas atuais terras da Fazenda Taquari e Queimadas. O lugar era utilizado como pouso de bandeirantes, tropeiros e vendedores de mercadorias que percorriam o sertão vendendo seus produtos, o local inicialmente foi denominado de Boa Vista, pelo fato de servir de pouso de tropas com destino ao sertão. Mas em 1722, quando erguida uma capela em louvor a Nossa Senhora do Bom Conselho, o povoado passou a se chamar Boa Vista do Bom Conselho.

O povoado de Boa Vista do Bom Conselho viveu um curto período de prosperidade econômica na segunda metade do século XVIII com a instalação de um Engenho de Cana-de-açúcar-, onde hoje é a fazenda Taquari.

Em pesquisas de campo, através da história oral, podemos verificar através de depoimentos, que este período foi marcado por uma efervescência econômica e cultural, onde vários escravos foram trazidos para trabalhar nas lavouras. Ainda hoje, existem restos de construções de engenhos de açúcar na Fazenda Taquari, conservando troncos pelos quais os escravos eram chicoteados e torturados. Nesse período, Serra Preta ficou marcada pelo trabalho escravo, deixando heranças do processo de escravidão já que parcela significativa da sua população é de origem africana. Os descendentes desses escravos ainda hoje sofrem as conseqüências desse regime, vivendo nos dias atuais em condições precárias, num elevado grau de pobreza e baixa escolaridade.

Enquanto que Pintadas, primitivamente uma aldeia de índios, até meados do século XVIII, passou a abrigar núcleos católicos, sendo criada neste local a capela do Bom Jesus de Pintadas, que desenvolveram nesta localidade os princípios cristãos do catolicismo. Esta herança cristã no município de Pintadas foi fundamental, para a atual configuração política deste município, pois, a partir do

estudo religioso desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas décadas de 1960, 1970 e 1980 as pessoas foram estimuladas à uma participação cidadão a nível local. Veremos com mais detalhes esse momento da história de Pintadas, no decorrer deste capítulo e quando discutirmos a Rede Pintadas.

Tanto em Serra Preta, quanto em Pintadas as capelas construídas no século XVIII, ficaram subordinadas a freguesia de Santa Anna da Comissão, atual município de Feira de Santana.

2.3 - O município brasileiro no meio técnico-científico.

Em 1824, o Brasil deixa de ser colônia de Portugal, e passa a “gerir-se” livremente. Na questão municipal é dada continuidade a política orientada pelas Cartas Régias (1677 e 1693), que é a retirada da autonomia das Câmaras Municipais e fortalecimento das províncias.

O Império diante da necessidade de criar uma unidade nacional promoveu uma reestruturação político-administrativa e territorial, onde buscava conciliar o fortalecimento do governo central com os interesses presentes nas antigas estruturas locais e regionais, fundamentadas na grande propriedade privada e no trabalho escravo.

Para isto, adotou a estratégia de maior centralização política no governo central e retirada da autonomia dos municípios, delegando esta, às províncias, ou seja, procurou conciliar a centralização das decisões do governo central com a descentralização das decisões das províncias, permitindo às oligarquias regionais o domínio do aparelho governamental e relegando o município ao terceiro plano,

inclusive perdendo boa parte das atribuições e poder que detinha no período colonial.

Fleius (1923) afirma que os municípios viveram francamente autônomos, até ser promulgadas a Lei de 1º de Outubro de 1828, que acabou por retirar grande parte do poder dos municípios.

A lei de 1º de Outubro de 1828, segundo Cataia (2001, p. 117)

É na verdade a primeira Lei Orgânica dos Municípios, estabelecendo as atribuições municipais: a presidência (equivalente ao executivo de hoje) ficava com o vereador mais votado. As Câmaras passam a ter funções meramente administrativas, subordinadas aos Conselhos Gerais, aos presidentes de Província e ao Governo Geral. Este regime restritivo ficou conhecido, à época, como “Doutrina da Tutela”. Em 1834 são criadas as Assembléias Provinciais que passaram a ter autoridade sobre as Câmaras Municipais. Além disso, também em 1834, as Câmaras perdem o Poder Executivo (o prefeito de hoje), que passa ser nomeado pelos presidentes provinciais.

A Lei de Terras de 1850, foi outro elemento que contribuiu para a perda da autonomia municipal.

Nas cidades, até 1822, a distribuição de terras ficava a cargo da Câmara Municipal, mas a resolução de 17 de julho de 1822 suspendeu o antigo sistema de concessão de terras, sendo regulamentado em 1850 pela Lei de Terras, fato que fez com que o município deixasse de ser o único fornecedor de terra, surgindo também a figura do particular. (MARX, 1991).

Tentando justificar essas medidas Rodrigues (1947, p. 54) afirmou *que* “O Brasil colonial cedeu completamente aos fatores geográficos, mas, o Brasil imperial não poderia ceder de modo algum, sob pena de sacrificar a integridade territorial do país”.

Até então a reestruturação político-administrativa do Império vinha caminhando bem, o primeiro obstáculo havia sido superado e/ou contornado de maneira artificial com o Imperador, mas a solução definitiva para o problema da unidade nacional era resolver o problema da circulação do país, “*unidade política exige circulação intensa, numerosa, rápida, perfeita; daí o esforço dos estadistas imperiais para alcançá-los*”. (RODRIGUES, 1947, p. 54).

A navegação costeira que era um meio de transporte restrito as cidades litorâneas, era o mais importante meio de transporte do período, apresentava entraves à integração territorial. Vargas (1994, p. 189) afirma que: “... *os portos eram quase todos construídos com trapiches e pontões dos quais pequenas embarcações ou balsas levavam as mercadorias aos navios de maior porte fundeados ao largo*”.

Cataia (2001, p. 118) afirma:

No Brasil a primeira ferrovia data de 1854, a Estrada de Ferro Petrópolis, com 14,5 Km de extensão, que dependia de carvão importado. A instalação da rede telegráfica nacional só se inicia após a segunda metade do século XIX, em 1852, mesmo assim com o problema da extensão dos cabos num território do tamanho do Brasil. No período colonial o único meio de transporte de rodas, que era comum a todo território, foi o carro de boi. As estradas eram caminhos tributários de picadas abertas por índios e bandeirantes, percorridas por cavaleiros e pedestres.

Nos últimos anos do Império as energias se voltaram para a aquisição de instrumentos técnicos à disposição, de uso efetivo, que poderiam integrar o território como: ferrovias, telegrafo, telefone, cabo submarino, rodovias e as companhias de navegação marítima e fluviais.

Estas são mudanças engendradas pelo Império, objetivando se fazer onipresente por todo o território e, conseqüentemente, construir a unidade nacional.

Com o fim do Império e conseqüentemente instalação do sistema federativo, primeira fase da República, denominada de República Velha, aumentou a expectativa dos municípios a aquisição dos maiores poderes para a gestão do território local, no entanto:

A primeira constituição republicana do Brasil, promulgada a 1º de janeiro de 1891, introduziu, no seu texto, o Título III, intitulado Do Município, no qual se insere um único artigo: Art.68 “Os Estados organizar-se-ão de forma a que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeita ao seu particular interesse”. A constituição não esclareceu o que fosse o particular interesse tornando assim a autonomia (que na verdade não existia) mero dispositivo constitucional. (...) não eleva sequer à categoria de princípio constitucional a autonomia do município, dada a larga amplitude do conceito do termo aí empregado. (TAVARES, 1998, págs. 92-93).

A instalação do sistema federativo brasileiro na primeira fase da República, não trouxe os resultados esperados para os municípios, uma vez que a política de compromisso estabelecida entre o governo central e as elites regionais, favoreceu os Estados-Membros e, conseqüentemente, a política dos governadores.

A Constituição de 1891, na medida em que determinou aos Estados-Membros a competência de delimitar a autonomia dos municípios e de definir o seu peculiar interesse local, sem esclarecer o que significava de fato esse peculiar interesse local, tornou a autonomia local um mero dispositivo constitucional.

A situação do município republicano nada mudou na prática em relação ao período Imperial, apesar de os estados (antigas províncias) terem conseguido maiores poderes.

Com base em Neto (1958), outro aspecto prejudicial para o governo local foi a ausência, na Constituição de 1891, de regras quanto às rendas municipais, uma vez que no contexto da arrecadação total de impostos, o percentual da União era de

63%, dos Estados 28%, e dos municípios, 9%. Esta desigual distribuição das rendas ampliou a penúria econômica local, e comprometeu, ainda mais, sua autonomia. Este fator, aliado a outros, como a rarefação do poder infra-estrutural do Estado pelo território, devido a frágil infra-estrutura técnica, permitiu a ascensão dos coronéis.

2.3.1 - O município como instrumento do Coronelismo.

Da subestima forçada e do imobilismo imposto, sob o Império, o Município vai ser objeto de manipulação ostensiva por parte das oligarquias estaduais, visto que o poder político se concentra nas mãos dos velhos caciques, que dominavam, por gerações, a política estadual, a ponto de a União ser débil diante deles, assim eram débeis os Municípios. Para se manterem no poder ou para continuarem a ter o poder em suas mãos, Governadores ou Presidentes estaduais usava os Municípios como massa de manobra para as eleições, o que garantia a permanência dos oligarcas e do *status quo*.

O coronelismo representou as relações abrangentes de compromissos recíprocos envolvendo o coronel⁵, governo do estado e, até mesmo, o governo central, durante o período de transição do Império para a República, tal prática se consolidou na instauração da República.

O coronelismo é o principal traço característico do regime republicano, apesar da percepção originária de diversos elementos que o compõem no regime

⁵ Com base em Sobrinho (1997), a patente de coronel era destinada à pessoas que gozavam de prestígio econômico e social, e representavam, no contexto da hierarquia da Guarda Nacional criada em 1831, um comando municipal e regional. Quem conseguisse adquirir esta patente passava a gozar de grande prestígio. Foram os proprietários de terras quem mais adquiriram estas patentes, até porque passaram a ser vendidas pelo poder público, para aqueles que tinham dinheiro para pagar.

colonial, pois ele consiste num sistema político de compromisso entre o poder público e o poder privado, tendo como base de sustentação econômica uma estrutura agrária decadente. Nesse sentido, Leal (1986, p. 17) afirma que conceitualmente:

(...) o 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, dos senhores de terras”

Tal compromisso reside, sobretudo num certo grau de fraqueza de ambos os lados, principalmente do poder público, que, diante da debilidade de constituir-se frente ao alargamento do regime representativo por meio da ampliação do sufrágio, incapaz de exercer a plenitude das suas funções, compõe-se com o poder privado dos donos de terras. Leal (1986, p. 18) avança na análise afirmando que:

A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o leva a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do 'coronelismo'.

A situação de dependência do eleitorado rural (massa de assalariados, parceiros, posseiros e pequenos proprietários) em relação aos donos de terras e à falta de consciência política dos eleitores faz, com que o coronelismo se estabeleça num sistema de reciprocidade, de “*troca de favores*” entre os políticos locais e o poder público estadual. De um lado, os chefes municipais e os coronéis conduzem uma quantidade de eleitores, de outro lado, a situação política dominante no

Estado, que utiliza o erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, segundo Leal o “cofre das graças e o poder da desgraça”.

Com a reciprocidade entre os coronéis locais, as oligarquias estaduais (governo estadual) e o governo central, o município se transformou em palco de violência, desmando e truculências por parte de políticos locais, isentos de qualquer penalidade, devido a proteção dos governos estaduais, que fingiam não ver os desmandos, em troca de apoio político e votos nas eleições.

Em decorrência disso Fonseca (2001, p.78) afirma que:

... a descentralização municipal ficou sufocada na República Velha: de um lado, pelos próprios estados e, de outro, pelos coronéis que mandavam e desmandavam nos municípios, considerando-os como se fossem propriedades particulares.

Estas rugosidades sociais, ou seja, a herança coronelista e oligárquica dos períodos imperial e da 1ª República fazem-se presentes nos municípios do Brasil até os dias atuais, principalmente nos municípios do Nordeste. Em relação a esta questão iremos analisar nos capítulos seguintes até que ponto podemos atribuir o atraso municipal atual a estas heranças? Há alguma relação? Quais?

2.3.2 - O Município brasileiro de 1934 – 1945.

Com o fim da República Velha em 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o município passa por um redimensionamento. O Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, determina no seu art.11 § 4º a nomeação, por um interventor:

... de um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções. (TAVARES, 1998, p. 95).

Começa a ocorrer um renascimento dos anseios descentralizadores de base municipalista. Tais anseios vão se concretizar na Constituição de 1934, que estabelece a autonomia financeira municipal: ao município:

Caberia metade do imposto sobre indústrias e profissões (art. 8º § 2º) e a participação no imposto previsto no art. 19, inc VII, parágrafo único – imposto futuro, criado pela União ou pelo Estado. (TAVARES, 1998, p. 96).

A Constituição de 1934 restringia os poderes que os Estados desfrutavam durante a República Velha, definia a autonomia municipal e o fortalecimento do poder da União, não só político, mas também tributário. Os impostos de competência municipal segundo Fonseca (2001, p. 79) foram os seguintes: *“Imposto de licenças, imposto predial e territorial urbano, imposto sobre diversões públicas, imposto sobre rendas de imóveis rurais e taxas sobre serviços municipais”*.

A curta vigência da Constituição de 34 não permitiu análises mais seguras das inovações descentralizadoras introduzidas neste período nos municípios.

Com o advento do estado Novo (1937-1945), assiste-se a uma ampla centralização do poder e retrocedem-se os anseios descentralizadores, pois o município perde suas atribuições executivas e é cassada a eletividade dos prefeitos.

O projeto político getulista, refletindo as tendências dos anos 1930 a 1950, enfatizava as benesses do planejamento centralizado e do controle estatal sobre todos os aspectos da vida nacional. O novo regime impôs uma ordem policial, baseada na censura, na propaganda e na perseguição implacável aos adversários. (SEVCENKO, 2000, p. 98).

Pontes de Miranda Apud Tavares (1998, p. 98) na Constituição de 1937:

...tirou-se do Município a escolha de seu Prefeito, com o que, em verdade, se deu ao Governo do Estado-membro a disposição de todas as rendas do Estado, que estaduais, quer municipais. O Município é, hoje, um elemento de grande significação; todavia, como a execução em matéria econômica é que dá poder, o Município é um grande peiado, um tanto, o espantinho que se põe nas roças para afugentar os passarinhos.

No período do Estado Novo (1937-1945) houve uma perda considerável nas receitas locais. Neto (1958, p. 54) afirma que:

Em termos percentuais, em 1942, as rendas arrecadadas no país foram as seguintes: União, 48,39%; Estados, 39,86%; e Municípios, 11,75%, sendo que deste último percentual, 42,4% eram oriundos das capitais dos Estados.

Com isso, mais uma vez, o centralismo reduziu a autonomia dos municípios e, dessa feita, a um nível inferior ao alcançado no período imperial.

As dificuldades impostas pela 2ª Guerra Mundial, evidenciaram a fragilidade da integração do território nacional, pesando ao Brasil a *nossa situação de arquipélago social*. (RODRIGUES, 1947, p. 57).

Cataia (2001) coloca que não havia possibilidades materiais de estabelecer uma rede de rodovias e ferrovias, fez-se rapidamente uma rede de aerovias, a dificuldade de se colocar fios telegráficos por todo o país é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda a parte; organizam-se os planos nacionais ferroviário e rodoviário. Ao mesmo tempo é estabelecida uma enérgica “centralização do poder”.

O pós-guerra indica um novo pacto territorial e marca o início do período técnico-científico e informacional, onde os municípios no Brasil com a Constituição

de 1946 passaram a ter prerrogativas constitucionais que até então lhes fora negadas.

2.3.3 - Os municípios de Pintadas e Serra Preta no meio técnico-científico.

No século XIX, tem-se a expansão a atividade pecuarista nos municípios de Pintadas e Serra Preta, que tem sua economia fortemente baseada na criação de bovinos.

No âmbito político-institucional ocorreram alguns eventos que ajudam a compreender a atual configuração dos municípios de Pintadas e Serra Preta. No século XIX, mais especificamente no dia 20 (vinte) de outubro de 1831, com a criação do Cartório de Paz (no atual município de Serra Preta), o povoado deixa de ser chamado de Boa Vista do Bom Conselho e passa a se chamar Serra Preta.

Em meados do século XIX, (1855), o distrito de Santana da Comissão (atual município de Ipirá), que pertencia ao Município de Feira de Santana é elevado à categoria de cidade. Nesta divisão administrativa e territorial para emancipação de Santana da Comissão (atual município de Ipirá), o Distrito de Serra Preta (atual município de Serra Preta) e o povoado de Pintadas (atual município de Pintadas) passam a pertencer ao município de Ipirá.

Serra Preta no século XIX, se configura como distrito de Ipirá, fato que perdurará até sua emancipação política em 1953, enquanto que Pintadas irá se tornar Distrito na primeira metade do século XX, sendo criado pela lei Estadual 1.205 de 31 (trinta e um) de Setembro de 1937, ocorrendo sua instalação a 1º de Janeiro de 1939. Ficando Pintadas como o segundo distrito de Ipirá.

2.4 - O Município no período técnico-científico e informacional.

O meio técnico-científico- informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia, e informação que fazem parte dos afazeres humanos, do cotidiano – são a base técnica da vida social atual.

A partir da década de 70 temos o surgimento do meio geográfico atual, o meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1996; 2001), em que a informação passa a ser variável fundamental no período de globalização, de constituição de um mercado global e de uma unicidade técnica planetária (SANTOS, 1994). Os fluxos imateriais dão uma nova lógica de funcionamento ao território e intensificam o processo de alienação do espaço, pois, mais do que nunca, as novas acelerações são seletivas. *“Definem-se agora densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez”* (SANTOS, 2001, p. 21).

Esse novo funcionamento tem como base técnica a fusão das tecnologias da informação com as telecomunicações gerando as Novas Tecnologias da Informação.

2.4.1 - O Município de 1946 à 1988.

Com o fim da II Guerra Mundial e do regime ditatorial de Getúlio Vargas no Brasil, denominado de *“Estado Novo”* no ano de 1945, o mundo passa a viver o período do pós-guerra, *“onde tudo toma a forma da informação, sendo esta o motor deste novo período”* Santos (1996, p. 34) e no Brasil renasce os anseios pela democratização, refletidos na Constituição de 1946, que promoveu a redistribuição

do poder e fortaleceu o município, através da descentralização política, administrativa e financeira.

Pela primeira vez o município consta como um ente federativo e pela primeira vez é fixada com clareza as atribuições dos municípios, fato essencial à sua autonomia. (CATAIA, 2001, p. 123). Apesar de as Leis Orgânicas Municipais continuarem a ser feitas pelos estados federados.

A Constituição permitiu a administração municipal própria, no que se refere a assuntos de peculiar interesse local, inclusive em relação à organização dos serviços públicos locais, à aplicação de suas rendas e à decretação e arrecadação de tributos de sua competência. No entanto em relação à receita tributária nacional os resultados não foram tão favoráveis a favor dos municípios, segundo Neto (1995), a União arrecadou 51,76%; os Estados, 40,54%; e os municípios, 7,70%.

Apesar do município não avançar como um todo na óptica da descentralização, com a Constituição de 1946, podemos afirmar que esta constituição assegurou a autonomia político-administrativa e, com isso, a restauração das liberdades públicas na escala local, mantidas até o advento da ditadura militar (1964 – 1985).

A partir da década de 1960 na América latina, tem-se uma sucessão de golpes militares de direita. O Brasil não fica alheio a esta onda golpista, e em 1964 instala-se a ditadura militar no Brasil, marcando o retorno a centralização política.

Apesar de mantida a autonomia política do município pela eleição direta de prefeitos e vice-prefeitos e vereadores, ressaltando a obrigatoriedade de nomeação dos prefeitos das Capitais, das Estâncias Hidrominerais e dos Municípios considerados como de segurança nacional.

Em 1965 é editado, pelo governo federal, o AI-2 (Ato Institucional nº 2) reorganizando o poder municipal: o AI-2 em seu Artigo 31, *autoriza o Presidente da República a decretar, por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele, o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias legislativas e das Câmaras de Vereadores.*

2.4.2 – O Município brasileiro e a Constituição de 1988.

Como resultado do movimento de redemocratização e pelo fim do regime militar ditatorial do Brasil que ficou conhecido como “*Diretas Já*”, o Brasil conheceu a mais democrática e descentralizadora constituição federal desde o início da colonização portuguesa neste território.

O tratamento conferido aos municípios pela constituição de 1988 foi o melhor de todos os tempos. No art. 1º o município é citado como parte integrante da federação, sendo esta constituída por três entes federativos (União, Estados e Municípios).

No art. 18 tem expressada a sua autonomia, como ente da organização político-administrativa brasileira, passa a eleger vereadores, vice-prefeito e prefeito por voto direto, adquirindo a prerrogativa de auto-governo.

Competências exclusivas e partilhadas foram indicadas explicitamente nos arts. 23, 30 e 144. Quanto aos recursos financeiros destinados aos municípios as referências são encontradas nos arts. 154 e 156 (tributos) e 158 e 159 (transferências).

Castro (1996) aponta, com otimismo, para o fortalecimento do município após a constituição brasileira de 1988 porque, dentre outros aspectos, nesta escala pode ocorrer maior organização da sociedade civil e, conseqüentemente, ampliação e controle sobre o governo local.

Com a nova constituição os municípios ganham maior possibilidade diante dos processos de reestruturação econômica, política e territorial, uma vez que esta tem permitido o esboço de uma boa geopolítica, em que o local é inserido na rede internacional. Além disso, como os municípios contêm formas mais democráticas de representação, novos modelos de gestão do território baseados em maior capacidade política de articulação e cooperação, de inovação e criatividade, são mais exeqüíveis no seu interior (MACHADO, 1995).

Apesar de não aparecer de forma explícita na Constituição, o processo de descentralização acabou estimulando também outro importante papel para os municípios: o de adoção de *estratégias institucionais*, visando o fortalecimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Essas estratégias abrangem tanto as políticas de captação de recursos, de ordenamento do território, como também estímulo às atividades produtivas no meio rural e urbano a partir da valorização das potencialidades endógenas em termos naturais, técnicos e organizacionais. Tudo isso expressa o amplo campo de competência que foi conquistado pelos políticos municipalista, na medida em que passou a se configurar como ente federado.

Nos capítulos seguintes veremos com profundidade todas as estratégias institucionais desenvolvidas pelos municípios de Serra Preta e Pintadas.

2.4.3 – Os municípios de Pintadas e Serra Preta no período técnico - científico e informacional.

O terceiro período começa praticamente após a segunda guerra mundial e, sua afirmação, incluindo os países de terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. É a fase em que se distingue das anteriores, pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas. Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global.

A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica.

Para Santos (2002) o que caracteriza esse período são, os objetos técnicos que tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional.

No período técnico - científico e informacional os municípios de Pintadas e Serra Preta ganham uma nova e importante densidade técnica, que é a abertura da BA-0-52, mais conhecida como estrada do feijão que liga Feira de Santana a Irecê.

Esta estrada é a principal rota de interligação entre os Municípios sujeitos da nossa pesquisa e a capital do estado da Bahia (Salvador).

No âmbito político, no início desse período, temos a emancipação política de Serra Preta, que foi elevado à categoria de cidade no ano de 1953. E em meados da década de 1980, mais especificamente no ano de 1985, tem-se a criação do município de Pintadas.

Vale ressaltar que a partir da Constituição de 1946, os municípios obtiveram maiores autonomias, passando a constar como um ente da federação e maior clareza nas suas atribuições passou-se a ter um aumento significativo no número de municípios, entre outros motivos (SANTOS, 1996, págs. 101-102), coloca que:

A queda de Vargas e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte desembocaram na Carta Magna de 1946, uma lei maior já em busca da modernidade, restauradora dos direitos dos Estados a amplificadora das prerrogativas municipais, agora amparadas por uma maior generosidade fiscal, com a redistribuição eqüitativa entre todos os municípios de uma parcela da arrecadação federal de imposto sobre a renda. É a esse estímulo que se deve a criação de centenas de municípios em todo o território nacional. Era, também, um novo pacto territorial, fortalecedor da vida local, e que iria durar cerca de dezoito anos.

**TABELA 1 – AS EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL – 1940 –
2008.**

| ANOS | NÚMERO DE MUNICÍPIOS |
|------|----------------------|
| 1940 | 1.574 |
| 1950 | 1.889 |
| 1960 | 2.766 |
| 1970 | 3.952 |
| 1980 | 3.991 |
| 1990 | 4.491 |
| 2001 | 5.561 |
| 2008 | 5.561 |

FONTE: IBGE – Sinopse preliminar de Censo Demográfico, 1999/2008.

Nos últimos sessenta e oito anos, o número de municípios no Brasil quase quadruplicou, passando de 1.574 em 1940, para 5.561 em 01 de janeiro de 2008 (Tab. 1). Mas este processo de emancipação não ocorreu de maneira uniforme por todo o período, como podemos constatar a partir da análise da tabela 01, foi marcado por avanços e recuos, independente do grau de centralização e descentralização adotado no país.

No Estado da Bahia, em particular, a evolução das emancipações apresenta um padrão parecido ao apresentado antes sobre o Brasil.

**TABELA 02 – AS EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO DA BAHIA
– 1940 – 2008.**

| ANOS | NUMERO DE MUNICÍPIOS |
|------|----------------------|
| 1940 | 150 |
| 1950 | 150 |
| 1960 | 194 |
| 1970 | 336 |
| 1980 | 336 |
| 1990 | 415 |
| 2000 | 417 |
| 2008 | 417 |

FONTE: IBGE – Sinopse preliminar de Censo Demográfico, 1999/2008.

O numero de municípios baianos saltou de 150 em 1940, para 417 em 2008. A partir da análise da tabela 02 é possível perceber, que a maior quantidade de emancipações na Bahia também ocorreu entre os anos de 1960 e 1970 com a criação de 142 municípios, e entre 1980 e 1991, com 79 emancipações. Vale ressaltar que a emancipação do município de Pintadas ocorreu neste ultimo período (1980-1991).

Mas, a questão que nos interessa, é saber quais os motivos levantados pela população e políticos locais para as emancipações nos municípios sujeitos de nossa pesquisa (Pintadas e Serra Preta), para isso realizamos uma pesquisa de campo entrevistando estas pessoas residentes nas localidades emancipadas.

De acordo com as pesquisas realizadas no município de Serra Preta, com a população mais antiga e que exercia uma participação política mais ativa, os principais motivos da emancipação de Serra Preta foram:

1º Distância deste em relação a sede do município (Ipirá), que tornava o distrito de Serra Preta esquecido e sem a devida alocação de recursos para a dinamização econômica.

2º Estagnação econômica do Distrito de Serra Preta.

3º Maior necessidade de participação política das lideranças locais na vida do município e a necessidade dessas lideranças locais formarem núcleos de poder.

Na década de 1980, mais especificamente em 1985, tem-se a emancipação política de Pintadas que se desmembrou de Ipirá e foi elevada a categoria de cidade. Neste município também foi aplicado um questionário a lideranças políticas e agentes da sociedade civil organizada, sobre os principais motivos da emancipação, sendo os mais apontados:

1º Descaso por parte da administração do município de origem.

2º Grande extensão territorial do município de origem.

3º Necessidade de maior participação política das lideranças locais e necessidade de se formar núcleos de poder.

4º Oportunidade de desenvolver um projeto político autônomo de desenvolvimento territorial.

Portanto na década de 1950 Serra Preta adquiriu autonomia política em relação à Ipirá, enquanto que Pintadas adquiriu essa autonomia na década de 1980. Cabe-nos avaliar nos capítulos seguintes até que ponto essas emancipações ajudaram a promover a dinamização econômica e a elevação da qualidade de vida da população local.

Fruto das emancipações os municípios de Pintadas e Serra Preta receberam novas normatizações (novas leis e regulações), novas densidades técnicas (prefeitura, câmara de vereadores, bancos, órgãos estaduais etc.) e recursos financeiros (FPM - Fundo de Participação dos Municípios, Impostos próprios, e recursos provenientes de parcerias com o Estado, União e/ou instituições civis e privadas etc.) que permitiram iniciar sua organização política de forma autônoma e possibilitou uma estrutura mínima para iniciar sua nova caminhada.

Portanto, mesmo com toda desconfiança, que uma emancipação municipal traz em relação aos interesses escusos de lideranças locais, a verdade é que com uma população ativa, atuante e participativa, o novo município pode oferecer uma contribuição valiosa para a superação da estagnação econômica.

Nos capítulos seguintes analisaremos como e de que forma estes municípios estão respondendo ao novo desafio institucional, colocado pelas emancipações e pela constituição de 1988 no intuito de resolver as disparidades sociais.

3 – TERRITÓRIO E INSTITUCIONALISMO.

3.1 – Introdução.

Território e Institucionalismo são dois instrumentos importantes para compreender a organização atual do espaço local, bem como seu nível de desenvolvimento. Trataremos neste capítulo de dois enfoques que consideramos fundamentais para uma análise aprofundada da realidade dos municípios, sujeitos da nossa pesquisa.

O primeiro enfoque refere-se aos conteúdos do território, ou seja, o potencial endógeno local disponível à instituição municipal (prefeitura) e entidades da sociedade civil no sentido de promover o desenvolvimento territorial local.

O segundo enfoque diz respeito às estratégias institucionais territoriais, que devem ser entendidas nesta pesquisa como, os variados procedimentos políticos utilizados pelos governos locais e sociedade civil para viabilizar a melhoria na qualidade de vida da população mais carente dos municípios baianos de Pintadas e Serra Preta.

Pesquisar os conteúdos territoriais e as estratégias institucionais que vem sendo desenvolvidas nos municípios é nosso procedimento de pesquisa, que tem por objetivo identificar e analisar os arranjos territoriais com a finalidade de identificar os avanços e retrocessos destes municípios nas últimas duas décadas.

Pois como afirma Dowbor (1995, p. 45):

Em termos realistas, o fato de estarmos deixando de lado os discursos ideológicos, e passando a trabalhar com mecanismos flexíveis e diversificados de gestão, abre espaço para que os administradores municipais, as organizações comunitárias e outros atores do poder local passem a buscar as formas práticas mais adequadas de responder às suas necessidades, sem medo de inovar, de organizar parcerias, de mexer nas hierarquias tradicionais de decisão.

Em termos práticos, a pergunta que se deve fazer em cada município é a seguinte: quais são os recursos disponíveis e como estão sendo utilizados?

3.2 - Caracterização sócio-espacial dos municípios de Pintadas e Serra Preta.

Os municípios de Pintadas e Serra Preta, distando 250 km e 162 km, respectivamente a oeste de Salvador, situados na sub-região do semiárido baiano, com 100% de seus territórios incluído no chamado *Polígono das Secas*, com índice pluviométrico inferior a 700mm anuais, onde as chuvas distribuem-se de forma irregular durante o ano, sendo os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março considerados como períodos de chuvas e o restante do ano marcado por estiagens prolongadas, o que obriga as populações dessa região a conviver com a escassez de água.

Estimativas do IBGE de 2008 indicam que a população do município de Serra Preta é de 17.748 habitantes, sendo 32% situado na área urbana e 68% localizada na área rural. Em relação ao município de Pintadas, o IBGE em 2008 estimou uma população de 11.166 habitantes, sendo 63% vivendo na zona rural e 37% na área urbana. A título de comparação a média de ruralidade do Estado da Bahia em 2008 é de 37,6%.

FOTO – 1 Distrito do Ponto de Serra Preta, Município de Serra Preta-Ba.



FOTO – 2 Cidade de Pintadas, Município de Pintadas - Ba



Quando falamos sobre os municípios sujeitos de nossa pesquisa (Pintadas e Serra Preta), não podemos deixar de situá-los no contexto da sub-região semi-árida nordestina.

Castro (2005, págs. 283-284) sobre o semiárido nordestino, recorre a literatura e toma algumas questões como ponto de partida:

A primeira refere-se à permanência da Região, não apenas como o espaço tristemente privilegiado da pobreza nacional, mas como aquele que possui as condições mais favoráveis à sua própria reprodução... A segunda refere-se ao papel das suas elites no panorama político nacional, especialmente aquelas vinculadas à atividade agrária, apoiada no histórico monopólio das grandes propriedades, responsável pela produção açucareira, algodoeira e pecuária... A terceira refere-se às características do seu espaço geográfico, que contrasta com a natureza úmida da Zona da Mata do litoral ocidental com amplos espaços semi-áridos do Sertão, separados pelas características de transição do agreste.

Adotaremos as questões levantadas por Castro (2005-a) como ponto de partida para a análise destes territórios. No caso dos municípios de Pintadas e Serra Preta a concentração fundiária e a prática da pecuária extensiva (atividade poupadora de mão-de-obra) são marcas no meio rural destes municípios.

Segundo o Censo Agropecuário (2006) cerca de 82% dos produtores rurais possuem 18% das terras em Serra Preta; enquanto em Pintadas 80% dos produtores rurais possuem 15% das terras. Sendo que os pequenos produtores cultivam alimentos de subsistência como: milho, feijão e mandioca, altamente susceptíveis à seca.

Diante da falta de oportunidades de trabalho e renda e à precariedade das condições de sobrevivência, ocorre nos municípios de Pintadas e Serra Preta um forte fluxo migratório sazonal para o Sudeste e Centro-Oeste brasileiro de jovens que vão em busca de trabalho nas usinas de Álcool.

No caso do município de Pintadas esse fluxo migratório é tão intenso que há uma linha regular de ônibus para São Paulo, onde o mesmo não ocorre em relação à Salvador.

A sub-região semi-árida na qual estão situados os municípios de Pintadas e Serra Preta apresenta uma especificidade, ou seja, a produção de discursos regionalistas produzido pela elite regional sobre a natureza, onde se atribui a esta as dificuldades que explicam os problemas socioeconômicos dessa área, sendo o clima o enfoque como elemento das causas dos problemas vividos.

É neste contexto que a nossa pesquisa abordará as dinâmicas dos governos locais e analisará os conteúdos territoriais bem como suas estratégias para resolução das desigualdades locais.

3.3 - O enfoque de sub-utilização de Recursos.

Um município que se deixou invadir por uma monocultura qualquer, permitiu que as terras fossem esgotadas ou utilizadas apenas pela pecuária extensiva, o agricultor transformado em trabalhador temporário, a vegetação nativa destruída, o clientelismo dominando, o excesso de centralização local, o isolamento global deixando o município empobrecido e desarticulado; perguntarão apenas por que ele não teve capacidade de defender os seus interesses, de promover a sua racionalidade global.

Castro (2005, págs. 172 – 173). ressalta a importância do estudo dos conteúdos do território como elementos importantes para compreender a gestão local:

A representação proporcional expressa também a importância do papel desempenhado pelos conteúdos sociais, econômicos e

históricos dos territórios... Esses conteúdos aparecem como elementos importantes para a análise e interpretação das questões aparentemente específicas de um sistema político representativo democrático.

Defender os interesses do município é promover o desenvolvimento equilibrado, com uma base econômica variada, uma situação social mais justa. Trata-se de promover uma visão de longo prazo, entendendo-se que o município, será o lugar de vida dos filhos, dos netos, a quem é preciso deixar algo melhor.

3.3.1 Os arranjos físico-naturais.

Neste tópico iremos focar alguns recursos do ambiente físico-natural dos municípios de Pintadas e Serra Preta, com o objetivo de evidenciar as potencialidades do território, sua utilização e/ou subutilização.

Ladislau Dowdor (1995, p. 52) afirma que:

O uso racional dos recursos não pode aguardar apenas a "mão invisível". Os recursos naturais, em particular, não são renováveis, ou renováveis a longo prazo (caso das florestas) ou ainda com custos elevadíssimos (caso da água poluída ou da terra esgotada). A destruição da fauna ou dos recursos pesqueiros é também em geral definitiva, e hoje um sem número de municípios vê uma base importante de produção da sua riqueza simplesmente destruída.

O solo dos municípios sujeitos de nossa pesquisa é denominado de Planossolos e Vertissolos que são solos de origem cristalina, rasos, pedregosos,

suscetíveis à erosão, porém férteis. A degradação dos solos nos municípios da nossa pesquisa está diretamente relacionada a dois fatores um físico, outro químico:

Primeiro refere-se a degradação física através da erosão hídrica, que em virtude das chuvas torrenciais lavam o solo carreando sua matéria orgânica e o segundo a degradação química que em virtude da elevada evaporação hídrica promove o acúmulo de sais no perfil dos solos devido à presença de material de origem salina, comprometendo o balanço de energia e nutrição no complexo de relações solo, água e planta.

No município de Serra Preta a utilização do solo ocorre basicamente de duas formas: a primeira é feita por latifundiários comprometidos com o monopólio da terra, que por vez retiram a vegetação nativa e inserem gramíneas para a alimentação do rebanho essencialmente bovino voltado para o corte, a segunda se dá através de pequenos proprietários ou arrendatários⁶ que criam pequenas quantidades de animais de pequeno porte, tais como: suínos, caprinos, ovinos, galinhas e etc. e cultivam principalmente uma agricultura de subsistência baseada no milho, feijão e mandioca, como o própria nome diz, estão voltadas para sua própria subsistência.

No município de Pintadas a utilização do solo não ocorre de forma muito diferente que em Serra Preta, porém algumas diferenças são importantes. No que tange a utilização do solo no município de Pintadas podemos afirmar que este é utilizado basicamente de três formas: a primeira é feita por latifundiários que se dedicam à pecuária extensiva voltada para a produção de leite; segundo os pequenos proprietários que se dedicam à criação de caprinos, ovinos, suínos,

⁶Arrendatários são aquelas pessoas que arrendam ("alugam") a terra de um proprietário e pagam em dinheiro. é um tipo de [contrato](#) pelo qual uma das partes concede á outra o gozo temporário de uma coisa imóvel, mediante retribuição. O arrendamento rural é aquele que tem por objetivo a locação de terras para fins de exploração agrícola ou pecuária, nas condições de uma regular utilização.

galinhas etc. e cultivam feijão, milho e mandioca voltados para sua subsistência e; terceiro é uma política integrada entre prefeitura, sociedade civil e pequenos produtores que utilizam o solo e a irrigação para promover o cultivo de hortifruti voltadas para a subsistência e a venda do excedente no comércio local.

Para Dowbor (1995, p. 68):

...Um estudo aprofundado dos recursos hídricos pode apresentar um imenso potencial subutilizado em termos de acesso a água potável, promoção de irrigação, desenvolvimento de piscicultura e recuperação de terras por drenagem de várzeas. O desenvolvimento de infra-estruturas para o cinturão verde das cidades, com horticultura intensiva em pequenas propriedades, permite absorver o desemprego ou assegurar a atividade da mão-de-obra subutilizada durante certos períodos do ano, sobretudo no caso de municípios com forte proporção de monocultura, bem como promover a ação produtiva dos idosos através da jardinagem produtiva.

A água é outro recurso importante, principalmente quando falamos dos municípios de Pintadas e Serra Preta, que se encontram localizados na região mais seca do Brasil, e com baixa potencialidade hídrica subterrânea. Devido a irregularidade das chuvas e ao longo período de estiagem, a questão da água foi e é um tema bastante relevante para a população local.

FOTO – 3 AÇUDE PRÓXIMO A CIDADE DE PINTADAS.



Ladislau Dowdor (1995) afirma que:

A água é um recurso social e o seu uso racional no município deve ser planejado: devem ser estudadas as diversas fontes, confrontadas com os diversos usos. Lembremos que uma boa utilização de água potável constitui muitas vezes a forma mais rápida e mais barata de eliminar as principais doenças, e que o ordenamento racional do uso da água pode dinamizar fortemente tanto a agricultura como a indústria. A falta de controle do uso da água, por outro lado, leva em geral a problemas ambientais dificilmente reversíveis, e a problemas dramáticos da qualidade de vida.(p. 70).

No município de Serra Preta mais de 48% de sua população é abastecida por água encanada, serviço este operado pela concessionária EMBASA, cuja água é captada do Rio Paraguaçu, o fornecimento de água através deste serviço apresenta muitas falhas, uma vez que a oferta de água não é constante e não há regularidade quanto ao seu fornecimento, muitas vezes a água leva meses até chegar a torneira de muitas casas, outra reclamação muito comum refere-se a conta de água, onde muitas vezes as pessoas são obrigadas a pagar o recibo sem no entanto gozar do serviço.

Na zona rural onde não há fornecimento de água encanada, a situação é mais grave, pois, não existem açudes públicos para represar a água que cai em períodos específicos do ano e os poucos açudes que existem são de domínio privado onde é negado o acesso a água para a população carente. Outra situação na zona rural que preocupa é o fato de grande parte das famílias carentes não possuir cisternas de placas⁷, tendo que consumir água de reservatórios de procedência duvidosa onde animais muitas vezes fazem suas necessidades fisiológicas na água e até mesmo pessoas que se banham nestes reservatórios.

Constatamos através desta pesquisa que não há políticas públicas para o armazenamento de água neste município e a população rural ainda encontra-se muito vulnerável aos períodos de estiagens prolongadas.

Em Pintadas na zona urbana existe o fornecimento de água encanada fornecida pela concessionária EMBASA, cuja água é captada num reservatório

⁷ A cisterna de placas é um tipo de reservatório d'água cilíndrico, coberto e semi-enterrado, que permite a captação e o armazenamento de águas das chuvas, aproveitadas a partir do seu escoamento nos telhados das casas, através de calhas de zinco ou PVC. A cisterna de placas permite o armazenamento de água para consumo humano em reservatório protegido da evaporação e das contaminações causadas por animais e dejetos trazidos pelas enxurradas. O tamanho da cisterna varia de acordo com o número de pessoas da casa e do tamanho do telhado. A experiência tem provado que ela pode garantir água potável para a família beber e cozinhar durante 8 meses.

formado pela barragem de São José do Jacuípe, passa por tratamento no município vizinho chamado Capela do Alto Alegre e, só então chega ao município de Pintadas.

Na zona rural as soluções de suprimento de água diferenciam-se da zona urbana. No meio rural, a solução utilizada que se mostra mais condizente com a realidade é a adoção de cisternas individuais ou coletivas que armazenam a água da chuva, atualmente 100% de todas as casas da zona rural do município de Pintadas possuem no mínimo uma cisterna, em pesquisa de campo foi verificado que a atual Deputada Estadual Neuza Cadore, em 1997 quando eleita prefeita deste município iniciou um processo de discussão com a população com objetivo de levantar as prioridades.

**FOTO – 4 MODELO DE CISTERNAS DE PLACAS UTILIZADAS EM
PINTADAS E SERRA PRETA.**



Na zona rural, foram feitas assembléias e o abastecimento de água foi colocado como a ação mais importante a ser desenvolvida. A partir de então foi

adotada a construção de cisternas domiciliares para água de beber e a intensificação da construção de grandes açudes em terras particulares, mas, de utilização pública. Estas obras foram realizadas com recursos do governo municipal que por sua vez buscou diversas parcerias com países europeus tais como: Itália, França, Bélgica e Áustria, além de ONGs nacionais e de convênios com o governo federal. Tais parcerias serão abordadas de forma mais profunda nos capítulos seguintes.

O município de Pintadas recentemente foi destaque com o projeto Pintadas Solar que conquistou o prêmio pela estratégia inovadora do projeto, que promove o uso de tecnologias apropriadas de irrigação e bombeamento de água com o objetivo de fortalecer a agricultura de pequena escala.

FOTO – 5 PLANTAÇÃO IRRIGADA A BASE DE DUCTOS – A POSSIBILIDADE DE PLANTIO NO SERTÃO



O Projeto Pintadas Solar foi um dos cinco vencedores do prêmio SEED de 2008. A iniciativa SEED é uma rede global fundada pelas organizações IUCN, PNUD

e PNUMA , que tem como missão promover parcerias em prol do desenvolvimento sustentável em sintonia com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável também conhecida como Rio +10.

Selecionado entre mais de 400 projetos de várias partes do mundo, Pintadas Solar conquistou o prêmio pela estratégia inovadora do projeto que promove o uso de tecnologias apropriadas de irrigação e bombeamento de água com o objetivo de fortalecer a agricultura de pequena escala, a segurança alimentar e a geração de renda no promissor mercado brasileiro dos bio-combustíveis.

Um dos principais objetivos do projeto é desenvolver estratégias de adaptação às mudanças do clima que se fazem particularmente sentir nas regiões semi-áridas , onde a escassez de chuva e as temperaturas altas acabam por agravar a situação já muito difícil.

Apesar de algumas práticas de irrigação em Pintadas, verificamos que tanto em Serra Preta quanto em Pintadas a água é um recurso natural ainda subutilizado, pois, um estudo aprofundado dos recursos hídricos pode apresentar um imenso potencial de promoção de irrigação, desenvolvimento de piscicultura, horticultura intensiva em pequenas propriedades que permite absorver o desemprego e assegurar a atividade da mão-de-obra, sobretudo no caso destes municípios que apresentam uma prática de monocultura.

Com relação a vegetação os municípios de Pintadas e Serra Preta caracterizam-se por apresentar uma vegetação adaptada ao clima quente e seco, onde as folhas são finas ou inexistentes, para que a planta consuma o mínimo de água possível, algumas plantas como o cactus, o mandacaru, a palma e o umbuzeiro armazenam água em sua estrutura, outras se caracterizam por terem

raízes praticamente na superfície do solo para absorver o máximo de água da chuva.

A vegetação nativa nestes municípios foi substituída por uma vegetação de pastagens que serve de alimento para o gado.

A preservação da vegetação nativa se caracteriza como um recurso ambiental que facilitaria práticas econômicas eficientes como a apicultura e possibilitaria a caça de animais típicos dessa região, por outro lado, esta vegetação nativa com plantas como: leucena, algaroba, umbu, é propícia a criação de animais adaptados as condições climáticas da região como ovinos e caprinos, uma vez que estes animais se alimentam das folhas destas plantas e consomem menos água em relação ao rebanho bovino.

Percebemos, que a vegetação é um conteúdo do território importante para o desenvolvimento local, porém nestes municípios é subutilizado.

Em relação ao clima os municípios de Pintadas e Serra Preta apresentam altas temperaturas com pequena variação térmica e irregularidade na distribuição das chuvas, este elemento como afirma Castro (2005) é historicamente focado pela elite nordestina como principal fator responsável pela pobreza no sertão como forma de construção de um discurso que legitima a atual estrutura política nordestina, colocando a culpa das mazelas sócias na questão climática.

Na verdade tal questão apresenta-se como um conteúdo territorial importante, pois, a sua escassez pluviométrica dificulta a reprodução de pragas, auxilia na decomposição da matéria orgânica tornando os solos férteis, com um enorme potencial para a agricultura irrigada, ressaltando ainda o fato de haver uma pequena variação anual na temperatura, o que propícia uma prática constante durante todo o ano.

No entanto, a questão climática nos municípios da nossa pesquisa é visto como um elemento natural que dificulta o desenvolvimento do território, e isto é resultado da incorporação por parte da população carente do discurso regionalista produzido pela elite política do nordeste, mas como vimos este é um recurso territorial que poderia ser utilizado em benefício dos municípios.

3.3.2 – Arranjos Humanos e Sociais.

Dowbor (1995, p. 79) afirma que:

Nada impede um município de tomar em suas mãos a dinamização das próprias atividades produtivas. É importante notar que a intensidade e as formas de funcionamento do aparelho produtivo e das infra-estruturas econômicas dependem em grande parte de mecanismos de mercado, dos preços de fatores e dos preços de venda ao consumidor. Mas a própria criação e estruturação do aparelho produtivo e das infra-estruturas dependem em grande parte de uma intervenção consciente e de planejamento, envolvendo uma visão de longo prazo e a harmonização das decisões dos agentes econômicos, privados ou não, que o mercado por si só não pode assegurar.

Os arranjos humanos e sociais dos municípios de Pintadas e Serra Preta abordados neste capítulo de pesquisa são: Força de Trabalho, Identidade Cultural, Educação, Saúde. Os enfoques nos arranjos humanos e sociais visam entender como os municípios de Pintadas e Serra Preta estão utilizando e/ou subutilizando estes recursos, pois, a utilização destes constitui indicativos de desenvolvimento territorial local.

O primeiro arranjo a ser focado é a força de trabalho, que está intimamente relacionada com a geração de emprego e renda e ocupações produtivas, mas referindo-se aos municípios de Pintadas e Serra Preta algumas considerações precisam e devem ser feitas:

Primeiro, trata-se de dois municípios que tem como base econômica a pecuária extensiva de porte latifundiária, cuja atividade não requer muita força de trabalho.

Segundo, a agricultura tradicional que é praticada basicamente por pequenos agricultores e tem como principais produtos o milho, o feijão, a mandioca etc. são altamente susceptíveis à seca, tornando esta atividade insegura e desestimuladora.

A terceira consideração refere-se ao setor de comércio e serviços, as atividades comerciais (mercados, mercadinhos, padarias, lojas de eletrodomésticos de moveis, etc.) empregam uma pequena parcela da população. Por outro lado as prefeituras dos municípios de Pintadas e Serra Preta são as empresas que mais empregam. A colocação de pessoas empregadas na condição de prestadoras de serviços nestes municípios se dá através da indicação política e não através de concursos temporários (para pessoas) ou através de licitação (para empresas). Esta prática política existente entre a prefeitura, pessoas e empresas chamam-se⁸ Clientelismo.

A verdade é que tanto em Pintadas quanto em Serra Preta há um quadro permanente de escassez de postos de trabalho, que estão aliados com falta de formação profissional, informalidade nas relações trabalhistas e analfabetismo.

A escassez nos postos de trabalho, aliado com a concentração fundiária, o uso inadequado dos recursos naturais e o baixo nível de renda são os principais

⁸ É uma sub-sistema de relação política, em geral ligado ao coronelismo, onde se reedita uma relação análoga àquela entre suserano vassalo do Sistema feudal, com uma pessoa recebendo de outra a proteção em troca de apoio político.

motivos que levam a população ativa dos municípios de Pintadas e Serra Preta a se deslocarem para outras localidades em busca de emprego.

No caso de Serra Preta as pessoas pertencentes a famílias mais estruturadas dirigem-se principalmente para o centro econômico mais próximo, que é Feira de Santana, distando 56 Km, outro fluxo migratório desloca-se para a capital do Estado (Salvador) e um grande fluxo, em média 500 pessoas por ano deslocam-se para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul (Paraná), para trabalharem nas usinas de álcool, sendo esse contingente formado na sua maioria por jovens em idade de 18 à 30 anos que não possuem nível fundamental completo e são de famílias carentes.

Em Pintadas, o fluxo migratório ocorre diretamente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, saindo deste município a cada ano, parcela significativa de trabalhadores majoritariamente homens, estes partem para trabalhar nas usinas de álcool destas regiões, ficando no município a população de mulheres e jovens que passam a assumir todas as responsabilidades, isso afeta as interações sociais e tem uma relação direta como o papel assumido pelas mulheres e pelos jovens.

A mulher acabou assumindo todas as responsabilidades na ausência do marido/companheiro, desde as tarefas mais prosaicas até a gestão financeira de suas propriedades, o que certamente se refletiu no contexto social local, onde as relações de gênero permeou e ainda perpassa todos os movimentos sociais de Pintadas (como veremos no próximo capítulo).

Algumas iniciativas existem e merecem ser colocadas. No município de Serra Preta há um projeto que é desenvolvido pela prefeitura em parceria com o Governo do Estado e SENAI, que constitui na montagem de uma fábrica de artefatos de couro que faz o treinamento de 40 (quarenta) jovens, cujo objetivo é capacitar os

jovens para que possam assumir a direção da fábrica e passarem o produzir e a comercializar os produtos provenientes dos artefatos de couro da mesma.

Em Pintadas iniciativas voltadas para a utilização da força de Trabalho são mais antigas, começou na década de 1970 com a participação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), incentivando a criação do Conselho Pastoral de Jovens, na década seguinte o governo da Bahia traça uma parceria com Pintadas para a organização de um assentamento de jovens agricultores – o Projeto AJUP (Associação de Jovens de Pintadas), na década de 1990 uma agência holandesa cria vínculos com a cidade para formação de monitores locais, para suprir a ausência de mão-de-obra escolarizada.

A subutilização da força de trabalho constitui seguramente um dos principais problemas que os municípios de Pintadas e Serra Preta enfrentam, e a sua raiz se encontra na falta e/ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e Renda em nível local.

Outro arranjo, é a Identidade Cultural que é vista neste trabalho como uma forma de Identidade Coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e, está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes.

A função social da Identidade Cultural é assegurar a dominação de uma classe por outra, violência simbólica que, gera o dominante e dominado, com base no poder político e econômico, definindo o município segundo seus interesses.

No município de Serra Preta a identidade cultural é um elemento muito forte no âmbito político, pois ela se confunde com o respeito as práticas privadas,

mandonista, clientelista e coronelista, a ausência de um espírito público e a um patrimonialismo exarcebado.

O caminho político adotado pelos políticos de Serra Preta desde a emancipação municipal em 1953, pautou-se por uma prioridade às políticas privatistas que se constituía na marca da disputa pela conquista do poder municipal. Motivo identificado com o interesse pessoal dos chefes políticos, uma vez que essa motivação consistia na força inspiradora dos “clãs eleitorais”, formadores dos partidos políticos, vistos como organizações de interesse privado com funções no campo político.

Assim esse poder era disputado, não para que realizassem qualquer interesse geral e público da localidade (município); mas, apenas como meio de prestígio, de orgulho, de realce pessoal, ou de defesa contra os adversários locais.

Outro elemento importante para entender o município de Serra Preta é o mandonismo que segundo José Murilo de Carvalho em sua tese de doutorado refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania, que é exercido em função do controle estratégico, da posse de terra, e do dinheiro. Ambos exercem

sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso à participação política.

O mandonismo também se manifesta no favoritismo em relação aos amigos, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos, contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras “batalhas eleitorais”. Este se manifesta também na perseguição aos adversários políticos, num permanente clima de hostilidade.

Outro elemento da cultura política local presente no município de Serra Preta é o clientelismo que segundo Augusto de Franco em seu livro *Pobreza e desenvolvimento local* que se caracteriza a partir da utilização dos órgãos da administração pública com a finalidade de prestar serviços para alguns privilegiados em detrimento da grande maioria da população, através de intermediários, que podem ser filiados políticos partidários, prefeitos, vereadores, servidores públicos, deputados, secretários, pessoas influentes, etc.

Este é a porta da corrupção política e o pai e a mãe das irregularidades e do uso da "máquina administrativa" com finalidades perversas e no final da história os prejudicados são a maioria dos cidadãos e cidadãs que cumprem com seus deveres. O clientelismo é uma ferramenta muitas vezes utilizada para enfraquecer o capital social e humano de uma determinada localidade, ou de uma nação por inteiro.

O Clientelismo se expressa quando se privilegia a obtenção de benefícios oriundos de entes externos a uma localidade, ocorre o enfraquecimento das relações horizontais, homem a homem; cidadão a cidadão, diminuindo a capacidade de colaboração destes indivíduos e ampliando a competição por mais recursos

exógenos, e que não geram riquezas locais. Este processo gera um ciclo vicioso que ao longo do tempo é capaz de desmobilizar completamente uma comunidade.

A ausência de espírito público no município de Serra Preta, onde os líderes políticos se apoderam do poder público para tirarem proveitos particulares é uma constante e isso ocorre devido a inexistência de uma sociedade civil organizada. O patrimonialismo é resultado direto da ausência de espírito público, onde, não há distinções entre os limites do público e os limites do privado.

Por fim, ainda em Serra Preta outra característica da cultura política são as práticas coronelistas. Segundo, a persistência da pobreza pré-capitalista no campo gera, na verdade, as condições de um outro tipo de fenômeno político – o coronelismo. Esse define-se pela “*manifestação de fidelidade pessoal do eleitor a um chefe político – o coronel*” (LEAL, 1986, p. 25). Que apesar de ser um fenômeno social e político típico da República Velha, ainda está presente no município de Serra Preta através das ações políticas de latifundiários (chamados de coronéis) em caráter local, onde se aplica o domínio econômico e social para a manipulação eleitoral em causa própria ou de particulares e tem como base de sustentação o autoritarismo e a impunidade, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando.

No município de Pintadas as heranças do passado, ou seja, o mandonismo, clientelismo, patrimonialismo e coronelismo, começaram a ser enfraquecidas a partir do momento em que a sociedade Pintadense começou a despertar o espírito de solidariedade e ajuda mútua, tendo como base os preceitos cristãos disseminados através dos círculos bíblicos⁹ na década de 1960 e hoje tais heranças encontram-se extremamente enfraquecidas.

⁹ São reuniões promovidos pela igreja católica, e/ou por católicos que tem como finalidade promover uma discussão da bíblia e relacionar com a realidade vivida por cada membro da comunidade,

Em relação a cultura política no município de Pintadas esta apresenta uma estreita relação entre fé cristã e transformação social: as noções de cidadania e compromisso cívico, em Pintadas, passam quase sistematicamente pela relação com a Igreja.

Vários interlocutores em entrevistas realizadas afirmam que a Igreja católica é a parceira principal da disseminação das práticas de transformação social em Pintadas. Por intermédio dos valores relacionados com a solidariedade e a cooperação, a chamada *ala progressista* da Igreja Católica estimula a construção do sentimento comunitário e coletivo: são ilustrações dessa prática os projetos sócio-econômicos implicando a utilização e a gestão de equipamentos comunitários e o trabalho coletivo da Associação Padre Ricardo.

O projeto econômico comunitário é, assim, visto como um meio para organizar os pequenos produtores, oferecendo-lhes possibilidades de ampliar sua participação na sociedade, tentando estimular-lhes o senso crítico e a consciência sobre a liberdade, a responsabilidade e os direitos dos cidadãos. Da mesma forma, a ação coletiva é justificada em função de seus benefícios econômicos: os folhetos de publicidade da cooperativa de crédito SICOOB, fundado em 1997, lembram aos agricultores que, graças à responsabilidade coletiva, podem constituir fundos de aval e contrair empréstimos com que, individualmente, não poderiam contar (ou teriam de pagar taxas de juros mais elevadas praticadas por bancos sem agências em Pintadas).

Em segundo lugar, a identidade coletiva é estreitamente relacionada com o movimento social de Pintadas. O compromisso com a *res publica* tem origem, entre outros fatores, na luta histórica pela sobrevivência e no combate contra as

despertando assim o espírito de solidariedade. É importante ressaltar que especificamente em Pintadas os Círculos Bíblicos antecederam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

desigualdades no acesso à terra e à água. Pode-se dizer que a contestação é um elemento-chave para entender a consciência coletiva pintadenses. Assim construiu-se uma rede de solidariedade concretizada na Rede Pintadas que (apresenta, ainda, mecanismos e instrumentos de funcionamento bastante incipientes) busca influenciar a coordenação de estratégias de cooperação.

A Rede Pintadas não é, ainda, uma rede substântivamente operacional, nem tampouco uma rede funcional que interligue seus membros de modo sistemático, mas constitui um modelo de gestão organizacional inovador que democratiza a participação cidadã a nível local. Estudaremos melhor a Rede Pintadas no capítulo seguinte.

Fruto da Solidariedade local foi criada a Cooperativa de créditos, SICOOB SERTÃO, cuja regra fundamental é investir 70% dos fundos da cooperativa nos associados, que por sua vez são os pequenos agricultores familiares.

Acreditamos que a forma como foi construída e Identidade Cultural nos municípios de Pintadas e Serra Preta, permite entender a atual configuração territorial destes municípios e se constitui como um indicativo importante para ilustrar o atraso político, econômico e social de Serra Preta e em relação à Pintadas permite-nos ilustrar que ações democráticas de participação cidadã a nível local, perpassam fundamentalmente pela construção de uma identidade cultural solidária.

Outro elemento importante nos territórios estudados é a questão da Educação que segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a Secretária de Educação do município de Serra Preta a educação formal está distribuída sobre a seguinte estrutura: 4 (quatro) instituições públicas

estaduais localizadas na área urbana do município que trabalham com a educação fundamental e média, 39 (trinta e nove) escolas públicas municipais na zona rural e 4 (quatro) na zona urbana que trabalham com educação infantil e fundamental, e 1(uma) escola particular de ensino infantil na zona urbana.

A Secretária de Educação de Serra Preta tem como principal parceira a Universidade Estadual de Feira de Santana, que participa das semanas pedagógicas no início de cada ano letivo.

Constatamos inicialmente que não há distinção entre as políticas públicas educacionais desenvolvidas nas escolas do meio urbano e da escola do meio rural, a Secretária de Educação adota os livros didáticos enviados pelo Ministério da Educação e não acrescenta nenhum tema e/ou disciplina voltada para a realidade dos alunos, as disciplinas trabalhadas nas escolas são exatamente as mesmas que estão compartimentadas nos livros didáticos.

A escola urbana se caracteriza no município de Serra Preta, de forma inadaptada, como um campo de concentração onde se realiza o trabalho forçado da aculturação compulsória dos educandos, tendo por referência uma cultura urbana em grande parte postiça, mais ficção do ideário urbano do professor e da política educacional do que expressão da realidade urbana em que o aluno vive.

Em se tratando da educação desenvolvida na área rural a situação é mais complicada uma vez que a ideologia educacional urbana promove uma desvalorização do mundo rural e do trabalho rural. A ideologia do educador, no campo, é via de regra a ideologia que considera a cultura, os costumes, o saber da população que ele quer educar como cultura primitiva de povos ignorantes, formas incivilizadas de conhecer a vida e interpretar o mundo. O educador no meio rural em Serra Preta acaba fazendo o papel inverso que sua profissão exige, ou seja, passa

a ser o responsável por abrir um amplo abismo cultural entre as gerações do mundo rural.

As escolas rurais do município de Serra Preta partem do pressuposto de que quem vive no campo ou trabalha na agricultura é apenas trabalhador e mais nada. Raramente se pensa no homem do campo como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural. É quase sempre concebido como um passivo à espera do educador civilizador.

Os jovens vão para a escola aprender que quem é do campo é atrasado e quem é da cidade é moderno. Que sua família que mora na roça a matuta,(atrasada), e é matuta por que mora na roça, logo ele que não quer ser matuto, migra para as cidades para ser moderno, assim passando a engrossar as fileiras de desempregados existentes nas grandes cidades.

Durante a pesquisa de campo observou-se que nas instituições de ensino os conteúdos escolares não possuíam nenhuma relação direta e positiva como o cotidiano dos estudantes.

Neste sentido, as políticas educacionais urbanas para os trabalhadores do campo, tende a ser organizada numa perspectiva da educação para o capital, distante da realidade cultural, social e econômica existentes nas propriedades da agricultura familiar. A educação não oportuniza a estes sujeitos condições de mudança e sim de aceitação e submissão a essa lógica excludente. De modo contraditório, é uma educação escolar adequada às exigências da cultura urbano-industrial, que vem sendo proposta juntamente com a preocupação com a expansão de escolarização das massas trabalhadoras.

Aliado a este contexto geral e hegemônico de educação urbano-industrial, a Secretária de Educação Municipal que tem autonomia de definir as políticas

Educacionais no município e adequar o currículo a realidade rural, não está preocupada nem nunca esteve. Mas, porque?

Num município onde o clientelismo, o mandonismo, o assistencialismo, e o coronelismo gerem as instituições públicas, não há interesse em promover uma educação direcionada para a sustentabilidade dos pequenos agricultores.

Outra situação referente à educação no município de Serra Preta, diz respeito ao quadro de funcionários. De acordo com a própria Secretária de Educação do município 63% do quadro de professores não são efetivos, ou seja, são prestadores de serviço que trabalham movimentando a estrutura clientelista, e são substituídos por outros quando outro grupo político assume o poder.

No município de Pintadas podemos afirmar que a educação tem apresentado alguns avanços e esta se desenvolve tanto em escolas públicas quanto em instituições civis.

De acordo com a secretária de Educação de Pintadas a educação neste município está organizada sobre a seguinte estrutura: 44 escolas na zona rural e duas – uma municipal e outra estadual – na zona urbana, contando ainda com uma Escola Família Agrícola, creches comunitárias e trabalhos da Associação Cultural Padre Ricardo, que inclui o Projeto Renascer, atuando na educação - formação e profissionalização - de crianças que se encontram em “situação de risco”.

A Associação Cultural Padre Ricardo tem como objetivo principal prestar assistência social a crianças e jovens carentes. Para tanto, conta com oficinas de iniciação profissionalizante e de artesanato; a organização de cursos de formação humana como aulas de cidadania e religião; reforço escolar e a realização de reuniões periódicas com as mães dos beneficiados.

A Escola Família Agrícola de Pintadas - EFAP existente no município possui como modelo de organização um sistema de revezamento quinzenal entre dois grandes grupos de alunos cujas idades variam entre 11 e 20 anos. São ministradas aulas teóricas e práticas, envolvendo as diversas atividades desenvolvidas na escola: cultivo de hortas (consumo e comercialização); criação de porcos e aves (consumo e comercialização); fabricação de mel (em fase de implementação); fabricação de ração para animais (consumo e comercialização); caprinocultura extensiva (em fase de implementação); fabricação de insumos (pilhas de compostagem) a partir da fração lixo úmido que lá é produzido.

A rede pública municipal de ensino conta com a colaboração da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Clemente Mariani para capacitação de seus professores. Buscando desenvolver uma proposta autônoma e autogestionária de educação para o município, já foi posto em prática um programa de educação popular a fim de ampliar a consciência dos cidadãos em relação aos seus direitos e ao exercício da cidadania.

Há um convênio entre a Secretaria Municipal de Educação de Pintadas e a cooperativa de Créditos, Sicoob Sertão, onde as escolas públicas municipais ensinam sobre o cooperativismo, associativismo, solidariedade social e auxiliam no crescimento da região. O objetivo deste convênio é melhorar a consciência e o nível de conhecimento da comunidade a respeito dos temas. Durante as aulas, o aluno tem a oportunidade de entender melhor o sistema cooperativista, associativista e de conhecer, também, questões relacionadas ao semi-árido.

A cooperativa de créditos, Sicoob Sertão, também criou o Departamento de Educação Cooperativista que trabalha com as escolas a necessidade de incluir a disciplina na grade curricular. A iniciativa tem o objetivo de enraizar as idéias do cooperativismo, cujo segredo da harmonia, está, no entanto, na consciência de que, com base sólida, séria e democrática, é possível superar os obstáculos.

A Associação PE. Ricardo, em parceria com a Secretaria de Educação do município, GESAC e Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação, inaugurou no final de 2008 o Centro de Cidadania Digital.

A instalação do Centro Digital tem o objetivo de promover a cidadania e a melhoria das condições econômicas, sociais, culturais e políticas dos aproximadamente, 11 mil habitantes do município, através do acesso às tecnologias de informação e comunicação.

O Centro Digital tem a missão de reduzir a exclusão digital da comunidade, promover a iniciação à informática, permitir acesso aos serviços do Governo Eletrônico e cursos a distância, contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem na escola pública e capacitar a comunidade para o mundo do trabalho, além de sensibilizar a população para a importância do trabalho comunitário.

Apesar do município de Pintadas apresentar uma maior organização educacional em relação ao município de Serra Preta, de acordo com o Senso Escolar (2007) ambos apresentam índices de desenvolvimento abaixo da média nacional. A comparação foi feita levando-se em consideração apenas o ensino fundamental, que de acordo com a lei de Diretrizes e Bases (LDB) é de competência dos municípios.

Observe as tabelas abaixo:

TABELA – 3 IDEB 2005, 2007 e Projeções para o BRASIL

| | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental |
|--|--|--|
|--|--|--|

| | IDEB | | Metas | | IDEB | | Metas | |
|------------------|-----------|------------|-------|------|-----------|------------|-------|------|
| | Observado | | | | Observado | | | |
| | 2005 | 2007 | 2007 | 2021 | 2005 | 2007 | 2007 | 2021 |
| Municipal | 3,4 | 4,0 | 3,5 | 5,7 | 3,1 | 3,4 | 3,1 | 5,1 |

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

TABELA – 4 IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para a rede Municipal - SERRA PRETA

| Ensino | IDEB | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|----------------------|-----------|------------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | Observado | | | | | | | | | |
| | 2005 | 2007 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Fundamental | | | | | | | | | | |
| Anos Iniciais | 2,4 | 2,8 | 2,5 | 2,8 | 3,2 | 3,5 | 3,8 | 4,1 | 4,4 | 4,7 |
| Anos Finais | 2,1 | 2,2 | 2,1 | 2,3 | 2,5 | 2,9 | 3,2 | 3,5 | 3,8 | 4,1 |

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar.

TABELA – 5 IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - PINTADAS

| Ensino | IDEB | Metas Projetadas |
|--------|------|------------------|
|--------|------|------------------|

| Fundamental | Observado | | | | | | | | | |
|----------------------|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos Iniciais | 3,2 | 3,4 | 3,3 | 3,6 | 4,0 | 4,3 | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,5 |
| Anos Finais | 3,2 | 2,9 | 3,2 | 3,4 | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar.

Ainda de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o município de Serra Preta, confirmando o exposto acima, apresenta índices inferiores ao município de Pintadas no que tange aos anos iniciais e finais.

A Saúde Pública é outro recurso territorial bastante relevante para os municípios de Pintadas e Serra Preta. A OMS (Organização Mundial de Saúde) define Saúde Pública como “a arte e a ciência de prevenir a doença, prolongar a vida, promover a saúde e a eficiência física e mental mediante o esforço organizado da comunidade. Abrangendo o saneamento do meio, o controle das infecções, a educação dos indivíduos nos princípios de higiene pessoal, a organização de serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e pronto tratamento das doenças e o desenvolvimento de uma estrutura social que assegure a cada indivíduo na sociedade um padrão de vida adequado à manutenção da saúde”.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 deu nova forma à saúde no Brasil, estabelecendo-a como direito universal. A saúde passou a ser dever constitucional de todas as esferas de governo. O conceito de saúde foi ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas. A assistência é concebida de forma integral (preventiva e curativa). Definiu-se a gestão participativa como importante inovação, assim como comando e fundos financeiros únicos para cada esfera de governo.

As Leis 8.080/90 e a 8.142/90 são singularmente relevantes para o novo modelo, uma espécie de estatuto da saúde no Brasil. A Lei 8.080/90 sedimenta as orientações constitucionais do Sistema Único de Saúde. A Lei 8.142/90 trata do envolvimento da comunidade na condução das questões da saúde criando as conferências e os conselhos de saúde em cada esfera de governo como instâncias colegiadas orientadoras e deliberativas, respectivamente. As conferências, instaladas de quatro em quatro anos, têm a participação de vários segmentos sociais; nelas são definidas as diretrizes para a formulação da política de saúde nas respectivas esferas de governo. A Lei 8.142/90 também define as transferências de recursos financeiros diretamente de fundo a fundo sem a necessidade de convênios, como por exemplo, as transferências diretas do Fundo Nacional de Saúde para Fundos Estaduais e Municipais.

A Constituição do Brasil de 1988 e as leis (8.080/90 e a 8.142/90) descritas acima serviram como indicativo para verificarmos até que ponto as políticas de saúde implementadas nos municípios de Pintadas e Serra Preta, estão em consonância com as diretrizes nacionais.

O grande problema na questão da saúde pública em Serra Preta, diz respeito a necessidade de exames ambulatoriais e cirurgias que não são realizados no município por falta de tecnologia apropriada e médicos especialistas. O encaminhamento dos pacientes para outros municípios não é feito através da prefeitura e sim através de lideranças políticas locais que ficam responsáveis por marcar exames e encaminhar para procedimentos cirúrgicos em municípios vizinhos como Ipirá, Riachão do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Salvador, tudo isto realizado através de conchavos e acordos eleitoreiros com políticos destes municípios de maior porte.

Segundo a Secretária de Saúde de Pintadas, levantamentos recentes apontaram como principais problemas de saúde entre as crianças a desnutrição, parasitoses intestinais, infecções respiratórias agudas, diarreias e cáries dentárias; entre os adolescentes a gravidez não planejada, doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas; entre os adultos, a hipertensão arterial e doenças cardiovasculares, diabetes e câncer, com destaque para o câncer ginecológico, entre as mulheres.

3.4 - Conteúdos econômicos dos municípios de Serra Preta e Pintadas.

Os municípios de Serra Preta e Pintadas apresentam a agricultura e a pecuária como as principais atividades econômicas, e por isso enfocaremos tais atividades com o objetivo de entender como está estruturada a economia da cada município e avançar na discussão de potencialidades e possibilidades econômicas locais visando o desenvolvimento local.

A agricultura familiar é a principal prática agrícola desenvolvida no município de Serra Preta é praticada em minifúndio (ou seja, numa pequena propriedade), outra característica é a policultura, ou seja, o cultivo de vários produtos no mesmo local. Em Serra Preta são utilizadas técnicas rudimentares, artesanais e ancestrais. Tem como destino de produção o autoconsumo e subsistência das famílias que a praticam. Tem um baixo rendimento e produtividade agrícolas.

Os principais produtos agrícolas cultivados no municípios de Serra Preta são, o milho, o feijão, a batata-doce, e a mandioca. Que em virtude da ausência de tecnologias para o cultivo irrigado tornam estes produtos altamente susceptíveis as

variações climáticas. No município não há nenhum projeto agrícola que utiliza irrigação como base para a produção.

TABELA – 6 PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM SERRA PRETA.

| Cultura | Principais produtos agrícolas cultivados em Serra Preta. | | | |
|------------------|--|-------------------|--------------------------|--------------------|
| | Ano 2007 | | | |
| | Área Plantada (ha) | Área Colhida (ha) | Quantidade Produzida (t) | Valor (R\$ 1.000) |
| Batata - doce | 5 | 5 | 15 | 1 |
| Feijão (em grão) | 800 | 800 | 240 | 533 |
| Mandioca | 40 | 40 | 400 | 39 |
| Milho (em grão) | 800 | 800 | 320 | 125 |

Fonte: SEI, 2007.

Os problemas de baixa produtividade, de subutilização de fatores naturais como a água para irrigação, a ausência de estímulos em produzir um maior excedente, falta de orientação técnica, ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo irrigado são os principais problemas encontrados pelos agricultores familiares de Serra Preta.

Isto torna a agricultura familiar praticada neste município um recurso subutilizado e ao mesmo tempo mantém a população local dependente de feirantes de outros municípios e carente de frutas e verduras para complementar sua alimentação.

Em Pintadas assim como em Serra Preta predomina a agricultura familiar onde a família realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado. A agricultura praticada em Pintadas é desenvolvida fundamentalmente por pequenos agricultores em minifúndios.

Podemos abordar duas características da agricultura em Pintadas, a primeira refere-se a agricultura tradicional praticada em latifúndios e minifúndios e que promove o desmatamento, as queimadas e utiliza técnicas rudimentares e é bastante susceptível as variações climáticas e cultiva basicamente feijão, milho, mandioca e batata-doce.

**TABELA – 7 PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM
PINTADAS.**

| Cultura | Principais produtos agrícolas cultivados em Pintadas. | | | |
|---------------------|---|----------------------|-----------------------------|-----------------------|
| | Ano 2007 | | | |
| | Área Plantada (ha) | Área Colhida (ha) | Quantidade Produzida (t) | Valor (R\$ 1.000) |
| Batata - doce | 8 | 8 | 24 | 2 |
| Feijão (em grão) | 800 | 800 | 240 | 527 |
| Mandioca | 35 | 35 | 350 | 33 |
| Milho (em grão) | 800 | 800 | 192 | 75 |

Fonte: SEI, 2007.

A Segunda refere-se a um novo tipo de prática agrícola que vem sendo desenvolvida em Pintadas através do **Projeto Pintadas Solar** que tem como finalidade promover adaptação com elementos de mitigação às mudanças do clima, tendo como objetivo contribuir para o aumento da produção agrícola de **hortifruti**, ou seja, frutas, verduras e legumes cultivados na pequena propriedade familiar através do uso de tecnologias de irrigação e geração de energia (energia solar) apropriadas para a região do semi-árido do nordeste brasileiro. É sábio que a região se caracteriza por longos períodos de seca e por forte insolação.

A finalidade é alcançar efeito demonstrativo mostrando que a mudança climática, embora tenda a agravar o quadro socioeconômico e ambiental já

complexo do semi-árido, pode apresentar também oportunidades de desenvolvimento para a região ao enfatizar o uso de tecnologias renováveis, favorecer a educação e propiciar novas oportunidades de convivência com a seca, tanto em termos técnicos quanto econômicos.

O projeto tem terminado a fase piloto, mostrando a viabilidade de pequenos sistemas de irrigação. As próximas etapas do projeto serão:

- O desenvolvimento de pacotes tecnológicos que incluem sistemas de irrigação e bombeamento, fertilizantes orgânicos, cultivos adequados para o semiárido, microcrédito e capacitação técnica;
- A viabilidade da produção de biocombustíveis a partir do cultivo de oleaginosas, mandioca e batata.

O Projeto Pintadas Solar, foi um dos cinco vencedores do prêmio internacional SEED 2008. A iniciativa SEED– Supporting Entrepreneurs for Sustainable Development é uma rede global que tem como missão promover parcerias em prol do desenvolvimento sustentável em sintonia com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e os acordos da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável também conhecida como Rio+10. A SEED foi fundada pelas Nações Unidas juntamente com a União Internacional pela Preservação da Natureza (IUCN), e é apoiada por governos estrangeiros, incluindo o dos Estados Unidos. A cerimônia de entrega do prêmio SEED 2008 foi realizada no Instituto Goethe em Salvador, no dia 26 de novembro, às 14h15.

Outra iniciativa inovadora em Pintadas que está relacionada com a agricultura é a criação de abelhas para a produção de mel. Na comunidade de Pintadas, cerca de 50 (cinquenta) famílias criam abelhas para a produção de mel. A apicultura constitui uma fonte extra de renda para os agricultores, pois sabem que podem

confiar no mel, mesmo se outras culturas fracassarem nessa região árida. Há cerca de 300 colméias e as abelhas são *Apis mellifera*. Todos os produtores pertencem à Associação de Apicultores de Pintadas e entregam sua produção – cerca de quatro toneladas por ano – à Casa do Mel, neste local o produto é colocado numa centrífuga para retirar a água e depois embalado em vidros. O mel é distribuído pela Cooperativa Agroindustrial de Pintadas, com o rótulo Mel do Sertão, em todo o Brasil, e também é vendido diretamente em mercados e feiras locais.

Percebe-se que o município de Serra Preta ainda não tem buscado novas iniciativas para a agricultura no sentido de superar os problemas limitadores ao desenvolvimento da agricultura, enquanto o município de Pintadas através da mobilização social e do empenho da prefeitura tem buscado e desenvolvido novas tecnologias apropriadas ao semi-árido, reforçando a questão da segurança alimentar e melhorando a renda dos pequenos agricultores.

Outro recurso econômico é a pecuária, que pode ser entendida como conjunto de processos técnicos usados na domesticação e produção de animais (gado, (bovino), ovinos (ovelhas), cabras (caprinos), suínos (porcos), etc.) com objetivos econômicos e desenvolvida no campo. De acordo com a SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sócios da Bahia) (2007), as principais atividades pecuaristas desenvolvidas nos municípios de Serra Preta e Pintadas são

TABELA – 8 Efetivo de animais no município de Serra Preta. Fonte: SEI, 2007.

| Efetivo de Animais no Município de Serra Preta. | |
|--|----------------------------|
| Tipo de Animal | Ano |
| | 2007 |
| | Quantidade (Cabeça) |
| Bovinos | 25.186 |
| Caprinos | 1.238 |
| Galinhas | 2.568 |
| Galos, Frangas, Frangos e Pintos | 5.571 |
| Ovinos | 7.725 |
| Suínos | 2.178 |

TABELA – 9 Efetivo de animais no município de Pintadas. Fonte: SEI, 2007

| Efetivo de Animais no Município de Pintadas. | |
|---|----------------------------|
| Tipo de Animal | Ano |
| | 2007 |
| | Quantidade (Cabeça) |
| Bovinos | 23.488 |
| Caprinos | 2.999 |
| Galinhas | 5.998 |
| Galos, Frangas, Frangos e Pintos | 12.679 |
| Ovinos | 12.516 |
| Suínos | 2.276 |

Dowbor (1995, p. 77) afirma que :

Ninguém vai pedir desculpas a um município que se deixou invadir por uma monocultura qualquer, permitiu que as terras fossem esgotadas ou utilizadas apenas pela pecuária extensiva, o agricultor transformado em trabalhador temporário, a cidade tensionada por um cinturão de bóias frias, deixando o município empobrecido e desarticulado; perguntarão apenas por que ele não teve capacidade de defender os seus interesses, de promover a sua racionalidade global.

No caso dos municípios de Serra Preta e Pintadas a criação de gado é extensiva, ou seja, o gado é criado solto no pasto, sem técnicas especializadas o que gera baixa produtividade e é praticada principalmente por latifundiários (fazendeiros) havendo também pequenos criadores, vale a ressalva. Mas há uma diferença básica na criação de gado entre os dois municípios.

Enquanto em Serra Preta a criação de gado está voltada para o corte, ou seja, para a comercialização da carne, em Pintadas sua criação está voltada para a produção de leite.

Em Serra Preta não há uma organização entre criadores e o poder público para investir em infraestrutura para melhorar o preço da carne e da comercialização, o comércio da carne de gado neste município é realizado de forma clandestina, uma vez que o município não possui abatedouros que atendam as exigências da vigilância sanitária e a população local consome a carne de gado sem saber as condições em que o animal foi abatido e/ou se o animal estava apto para o abate.

O município de Pintadas no que tange a criação de gado apresenta um diferencial em relação a Serra Preta, há uma organização local que diante dos

sérios problemas encontrados ao longo do tempo procurou alternativas para continuaram comercializando o leite por um preço justo.

A economia de Pintadas, em que a atividade leiteira tem grande participação, entra em crise nos anos 1999/2000. Esse período corresponde ao encerramento das compras das firmas transnacionais Nestlé e Parmalat, cujas empresas operavam no município. O preço do leite despensa para R\$ 0,14 centavos por litro e alguns produtores preferem descartar a produção ou doar leite aos suinocultores locais. A saída daquelas empresas é atribuída à pequena escala de produção, inviabilizando investimentos em inovações.

O esgotamento daquele canal de comercialização e a crise decorrente tornam-se o grande desafio para os produtores que buscam alternativas para se manterem na atividade. A primeira solução vincula-se ao esforço estatal de revitalização da Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB). A cooperativa passa a comprar o leite que antes era vendido às empresas, fato que anima os produtores. Esse canal de comercialização, bem como a demanda das fabriquetas de requeijão, promovem a recuperação do preço do litro de leite, que logo alcança R\$ 0,22 centavos.

Paralelamente, desenvolvem-se o trabalho de assistência aos produtores, compreendendo a orientação para o melhoramento genético do rebanho, técnicas de manejo, silagens e armazenamento da alimentação animal durante a seca. No período da década de 1990 a construção de um laticínio local era apenas plano da cooperativa de produtores.

Mas a partir do ano 2000 o Centro Comunitário de Produção de Leite em Pintadas (BA): Em parceria com a Eletrobrás e a Prefeitura Municipal de Pintadas, a Coelba construiu e equipou o centro, que hoje é responsável pelo

resfriamento, armazenamento e comercialização da produção de leite da cidade, beneficiando a mais de 40 pequenos e grandes produtores de leite da cidade. O centro de resfriamento de leite em Pintadas – Ba. possui dois tanques: 3.000 litros e 4.500 litros, isso fez com que o preço do leite aumentasse de 0,35 litro in natura para 0,50 litro resfriado.

FOTO – 6 ABATEDOURO E FRIGORÍFICO DO SERTÃO – PINTADAS.



Bárbara e os administradores da COOAP em frente ao Abatedouro do Sertão

A Ovinocaprinocultura, que é a criação de ovelhas e cabras, é a segunda atividade pecuarista mais importante nos municípios de Serra Preta e Pintadas, trata-se de animais resistentes as condições climáticas da região e se adaptam com facilidade as adversidades locais. A ovinocaprinocultura é uma atividade que exige menos investimento em relação à bovinocultura.

No município de Serra Preta são 1.238 caprinos e 7.725 ovinos, são animais criados basicamente por pequenos minifundiários, que utilizam a sua

propriedade para criar ovinos e caprinos junto com o gado. Trata-se de uma atividade que tem grande potencial de desenvolvimento, pois diante das mudanças climáticas que estão ocorrendo em todo o mundo a seletividade de animais adaptados as condições climática do semi-árido serão cada vez mais necessárias.

Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Ciriema - ACTRC. Desenvolve um projeto que visa promover o desenvolvimento auto-sustentável da ovinocultura em pequenas propriedades rurais. São 75 pequenos criadores, com renda mensal inferior a 0,5 salário mínimo, com idades a partir de 20 anos atuando no projeto em 60 propriedades.

A ovinocaprinocultura em Serra Preta se apresenta de forma isolada não havendo nenhum esforço dos criadores, da prefeitura ou do sindicato do trabalhador rurais em criar mecanismos de fortalecimento desta atividade.

Em Pintadas são 2.999 caprinos e 12.516 ovinos, assim como em Serra Preta são animais criados basicamente por minifundiários, uma vez que os latifundiários dedicam-se exclusivamente a criação de gado. Em Pintadas há uma articulação em torno da ovinocaprinocultura que é o Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas – PROCAP é criado em 1999 sob a administração do Sicoob, mais tarde o PROCAP é anexada a Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP), os cooperados são agricultores(as), alguns(as) têm um pequeno negócio, outros trabalham para Prefeitura Municipal e a maioria moram na propriedade rural.

A COOAP tem se destacado na região por conta da implantação de um frigorífico, com potencial produtivo de abate de 100 animais/dia, e com a presença de câmaras frigoríficas de primeiro mundo, como também de animais

de qualidade, que vem sendo criados de modo ecologicamente correto em mananciais de caatinga.

Os principais fatores que influenciaram a criação da COOAP foram: produtores envolvidos e preocupados com a comercialização; necessidade de organizar os produtores através de um instrumento jurídico; melhorar a qualidade de vida dos agricultores (as); promover o desenvolvimento regional; garantir melhor preço para os produtos dos agricultores; melhorar a qualidade e agregar valor aos produtos; ampliação de mercado como fonte de geração de emprego e renda para a região; e parcerias estabelecidas com outras ONG's.

Outra iniciativa importante na área da ovinocaprinocultura é o **O Programa Sertão Produtivo**, lançado pelo Governo do Estado da Bahia, surge como um marco na promoção do desenvolvimento e inclusão social do semi-árido. Dentre as ações voltadas para o agricultor familiar da região, foi criado o Projeto de Fortalecimento da Agricultura Familiar através do Melhoramento Genético de Caprinos e Ovinos com a distribuição de matrizes e reprodutores, kits de ensilagem, dentre outras atividades.

Em Pintadas, o convênio visa desenvolver a cadeia de ovinocaprinocultura, bem como o desenvolvimento da atividade apícola. No município de Pintadas, serão inicialmente beneficiadas 60 famílias, abrangendo as comunidades de: Sapé, Santana, Sitio Pequeno, Raspador, São Pedro, Taboa, Laginhas, Pombas, Poço Capim, Mateus, Cajazeira, Penha, Caldeirão de Elias, Coração de Jesus, José Amâncio, Antonio Gomes, Morros, Bonina, São Domingos, Boa Sorte e Santana.

Cada família beneficiada, em Pintadas, receberá inicialmente 05 matrizes de ovinos, mestiços Santa Inês, e sendo 01 reprodutor para cada 06 famílias. O

Programa Sertão Produtivo em Pintadas será acompanhado por uma Comissão Municipal, representado por membros da Prefeitura Municipal de Pintadas, (Secretaria de Agricultura de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Infraestrutura), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas (STRP), Câmara de Vereadores e EBDA.

Tanto em Serra Preta como em Pintadas a avicultura e a suinocultura, tradicionalmente praticada em pequena escala e de sem importância comercial, a avicultura vem ganhando paulatinamente viés de atividade comercial de forma que pode se transformar em atividade mobilizadora nestes territórios.

Podemos neste capítulo constatar que em Serra Preta há uma subutilização dos recursos e que este não apresenta avanços, nem discussões novas em relação a utilização de novas tecnologias, porém em Pintadas alguns avanços são perceptíveis como o sistema da agricultura irrigada através do projeto Pintadas Solar, da articulação entre as entidades civis que viabilizaram a Cooperativa Agroindustrial e o Abatedouro e Frigorífico do Sertão, entre várias outras iniciativas, conforme foi discutido acima.

Pretendemos estabelecer uma ponte entre o terceiro e quarto capítulo no intuito de mostrar por que Serra Preta não avançou em termos de inovações tecnológicas enquanto Pintadas apresentou avanços significativos.

4 - SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PODER LOCAL.

A realidade é que somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o "Estado", ou aos poderosos interesses da especulação imobiliária. (DOWBOR, 1995, p. 1)

A ideia de Sociedade Civil trabalhada nesta pesquisa está estreitamente relacionada com o pensamento de Gramsciano, onde este descreve a “sociedade civil” da seguinte forma:

Podem-se ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à do domínio direto ou comando, que se expressa no Estado e no governo”(GRAMSCI, 1975, QC., p. 1518).

A “sociedade civil” aparece como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito e não apenas como a esfera das relações econômicas como asseguram alguns teóricos (BOBBIO, 1999). Ela deixa de ser vista como sendo a expressão dos interesses particulares e da iniciativa privada, conceito elaborado a partir da prática econômica como portadora em si mesmo de uma racionalidade e de uma subjetividade criada e

marcada por um ente meta-histórica, o mercado, para ser vista como o conjunto das instituições privadas, como elemento que cristaliza/articula as individualidades e nega as classes.

Assim, a sociedade civil organizada, é entendida como um conjunto de instituições sociais que desenvolve ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Ela comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. São compostas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos ativistas.

No que tange a participação cidadã no poder local, esta pode ocorrer de forma direta, com a iniciativa popular, como também pode ser proposta a partir de meios que, juntamente com a administração pública, pretendem cooperar para uma administração participativa, ou de forma indireta, com a participação de cidadãos em conselhos públicos municipais, ou ainda pelos chamados conselhos autônomos que, apesar de não pertencerem, não serem subordinados à administração pública, podem fiscalizar e até mesmo participar da administração nos assuntos que forem pertinentes a toda coletividade.

Portanto, o presente capítulo pretende abordar a participação da sociedade civil no poder local, bem como o seu exercício da cidadania nos espaços públicos municipais.

Quando falamos de sociedade civil e participação cidadã, estamos diretamente nos referindo ao conceito de Capital Social. Que para Putnam

(1995), refere-se as práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre cidadãos de uma dada sociedade. Sistema de participação que estimulam a cooperação. Onde, quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de capital social. Putnam (1995, p. 67).por exemplo, salienta que,

...em uma comunidade ou uma sociedade abençoada por estoques significativos de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua.

Assim, o presente capítulo, irá abordar a sociedade civil organizada e a participação cidadã partindo do ponto de vista do conceito de Capital Social que será abordado nesta pesquisa com base em Putnam (1995) entendendo-o como um conjunto de relações sociais e institucionais, que articuladas em torno de estratégias comuns podem ampliar o potencial de desenvolvimento econômico, valorizando as potencialidades, os valores e as normas locais, que são construídos no decorrer da organização sócio-espacial local.

Inicialmente trataremos da organização social e participação cidadã nos espaços públicos e nas esferas de decisão local no município de Serra Preta e em seguida analisaremos a mesma questão no município de Pintadas, visando comparar como estas lógicas de organização civil evoluíram ao longo do tempo nestes municípios.

Esta discussão é relevante, pois, como afirmar Dowbor (1995, págs. 12 – 13).

O espaço local está em plena transformação. Surge com a informática uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal. Pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter cadastros atualizados. As fotos de satélite nos permitem realizar seguimentos mais sofisticados, por exemplo, na área ambiental. O custo de terminais de computador, que tem caído vertiginosamente, permite sistemas de informação ao cidadão nos próprios bairros e uma nova transparência administrativa, com tudo o que isto pode representar em termos de democratização.

4.1 - O Município de Serra Preta: uma análise da sociedade civil e da participação cidadã nos governos municípios.

Segundo a Secretaria de Assistência Social do município de Serra Preta, existem 53 associações em atividade, estando divididas em comunitárias e esportivas, 2 sindicatos, um que congrega os trabalhadores rurais outro de funcionários públicos, uma agência do Bradesco e uma do Sicoob Brasil.

De acordo com as pesquisas de campo que foram realizadas no período de 20 (vinte) de Outubro de 2008 (dois mil e oito) à 23 (vinte e três) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove) (2º parte) onde as entrevistas consistiam em direcionar exclusivamente para os líderes comunitários, foram entrevistados 11 (onze) líderes de associações comunitárias¹⁰: 5(cinco) localizadas área urbana e 6 (seis) na área rural do município, sendo o critério adotado para a escolha destas associações, o grau de publicidade adquirido pelas associações ou pelos seus líderes, na aplicação dos questionários (específico para este grupo), entendemos

¹⁰ Urbanas: Associação Desportiva e Comunitária Bahia do Ponto, Associação Bravolândia, Associação Comunitária de Moradores de Serra Preta, Associação Nova Esperança e Associação Comunitária dos Moradores do Bravo.

Rurais: Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Ciriema – ACTRC, Associação Comunitária de Pé de Serra, Associação do Povoado das Cabaceiras, Associação do Brejo, Associação da Lagoa da Caiçara e Associação do Povoado do Bom Jesus.

que esta pesquisa qualitativa resume-se a um pequeno grupo, porem, apresenta indicativos relevantes sobre a realidade dos municípios de Pintadas e Serra Preta como se trata de uma pesquisa qualitativa outros fatores

fizemos as seguintes perguntas:

1. O senhor (a) considera a associação a qual o senhor (a) faz parte organizada? Por que.
2. A associação possui projetos em andamento? Qual (is).
3. Há um quadro permanente de sócios? Qual o motivo?
4. Eles participam ativamente das reuniões? Por quê?
5. Qual a relação da associação com o poder público e com os governos que se sucederam?
6. Quais os principais parceiros da associação? E como ela está articulada?

Em relação a primeira pergunta 8 (oito) associações, sendo 3 (três) urbanas e 5 (cinco) rurais responderam que não consideram a entidade a qual faz parte organizada e justificaram levantando os seguintes aspectos:

- Falta de interesse da população local;
- Dificuldade em manter a entidade burocraticamente legal;
- Falta de recursos financeiros;
- Dificuldade em desenvolver projetos que despertem o interesse dos moradores locais à participar e a contribuir com a entidade e;
- Falta de pessoas qualificadas para ajudarem na organização da associação.

E 3 (três) associações sendo 2 (duas) urbana e 1 (uma) rural responderam que sim, ou seja, consideram a entidade a qual faz parte organizada, dentre os motivos alencados destacamos:

- A existência de um grupo coeso que tem interesse em trabalhar em prol da associação;
- Parceria com prefeitura dando apoio;
- Os líderes fazem parte da equipe que compõem o governo municipal;
- Desenvolve projetos que beneficiam a população local;

Em relação a segunda pergunta, “a associação possui projetos em andamento? qual (is)?” obtivemos os seguintes resultados, das 11(onze) entidades entrevistadas 10 (dez) responderam que atualmente não desenvolvem nenhum projeto e apenas uma respondeu que atualmente está em curso um projeto de incentivo a ovinocaprinocultura, trata-se de uma entidade rural a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Ciriema – ACTRC, que promove o desenvolvimento auto-sustentável da ovinocultura em pequenas propriedades rurais. São 75 (setenta e cinco) pequenos criadores, com renda mensal inferior a 0,5 salário mínimo, com idades a partir de 20 anos atuando no projeto em 60 propriedades.

No terceiro questionamento, as entidades possuem um quadro permanente de sócios? Qual (is) o(s) motivo(s)? Obtivemos os seguintes resultados: De acordo com os líderes comunitários entrevistados, nenhuma das entidades possuem um quadro permanente de sócios, dentre os motivos alencados pelos mesmos, destacam-se:

- Falta de interesse da população em atuar conjuntamente;
- Ausência de projetos que venham a estimular a participação das pessoas;
- Falta de conhecimento e informação e;
- Descrédito das pessoas que pensam que a prefeitura é a única instituição que pode fazer algo por eles.

Fazendo uma ligação entre o terceiro questionamento e o quarto que refere-se a participação efetiva e ativa nas reuniões? E por quê? Todos os representantes das associações entrevistados responderam que não há participação efetiva e ativa, e acrescentaram que a participação ocorre esporadicamente quando há a possibilidade de implementação de algum projeto que tenha como objetivo o benefício destas pessoas. Avançando nos questionamentos interrogamos sobre a relação da associação com o poder público e com os governos que se sucederam? Inicialmente um ponto em comum entre todos os entrevistados foi a falta de parceria entre prefeitura e associações não havendo iniciativas por parte da prefeitura em fomentar projetos de desenvolvimento territorial, nem assistência as entidades comunitárias em relação a assessoria técnica. Dos onze líderes associados entrevistados todos afirmaram que já trabalharam na prefeitura na condição de prestador de serviço nos setores de transportes, educação e saúde, dois dos entrevistados responderam que trabalhavam diretamente com as entidades civis dentro da Secretaria de Ação Social, exercendo cargo de assessor do secretário onde tentaram programar uma política de parceria com as associações, apesar de ambos reconhecerem que conseguiram alguns avanços trabalhando na secretária, houveram empecilhos dentro da própria prefeitura, (referindo-se ao prefeito e ao secretário de ação Social) pois, segundo os mesmos, apesar de

terem sido convidados para trabalhar na Secretária por terem se destacado frente ao trabalho desenvolvido nas associações, uma parceria entre poder público e sociedade civil nunca foi prioridade do governo.

Segundo os líderes comunitários o interesse do poder público para com as instituições civis aparece apenas no momento da formação dos conselhos municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, onde a prefeitura através do clientelismo coopta os líderes de associações para atuarem de forma dependente e em consonância com os interesses da prefeitura nos conselhos, assim as lideranças da sociedade civil que compõem os poucos conselhos que funcionam deixam de fiscalizar e propor melhores formas de aplicação dos recursos destinados aos setores. Assim estabelece-se um vínculo vicioso entre líderes de associações e o poder público.

Outra questão levantada por (8) oito entrevistados refere-se a perseguição política por parte da prefeitura para com líderes comunitários que ousam questionar e/ou divergir da política do poder público local, afirmam que a perseguição política aos opositores é muito forte, tentando intimidar as lideranças e restringir ao máximo a participação das associações opositoras nas poucas esferas de participação cidadã nos espaços públicos (conselhos municipais).

Uma informação importante transmitida pelos líderes locais refere-se ao fato de todos terem afirmado que em algum momento sofreram retaliações por parte do poder público local. Os entrevistados denunciaram a existência de “*associações fantasmas*”, ou seja, são entidades civis criadas por lideranças políticas (prefeito e vereadores) para serem beneficiadas por projetos dos governos federal e estadual, tais associações possuem apenas a diretoria, não

há sócios, e o conhecimento da existência destas associações é restrito, ou seja, poucas pessoas da comunidade têm conhecimento da existência destas entidades civis, elas legalmente existem, mas poucos sabem.

Por fim a última interrogação feita aos entrevistados referiu-se aos principais parceiros da associação. E como ela está articulada? Das entidades entrevistadas 3(três) afirmaram que mantêm parceiros no desenvolvimento de ações, a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Ciriema que através da Secretaria Municipal de Assistência Social e da SETRAS – Secretária do Trabalho e Assistência Social do Governo do Estado da Bahia desenvolve um projeto de incentivo a ovinocaprinocultura com 75 (setenta e cinco) pequenos produtores. As outras duas associações têm suas ações ligadas o governo do Estado na Campanha “*Sua Nota é um Show de Solidariedade*” onde a arrecadação de notas fiscais gera uma pequena divisa semestral de 300 (trezentos) reais para cada associação participante. As outras 8 (oito) associações informaram que não possuem parceiros e que não mantêm relações com outras entidades.

Além das associações pesquisadas acima, merece destaque também nesta pesquisa o STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Preta, que tem 29 (vinte e nove) anos de existência, e teve um único presidente ao longo de sua existência, o Sindicato dos Funcionários Públicos e a Agencia do Bradesco.

O STR- Serra Preta desenvolve algumas ações tais como:

- Debates sobre políticas de convivência e desenvolvimento territorial;
- Políticas de microcréditos a trabalhadores rurais e auxilia na elaboração de projetos para financiamentos pelo PRONAF – programa Nacional da

Agricultura Familiar, sendo o Sicoob Brasil (Cooperativa de crédito do Vale do Subaé) a agência financeira destes projetos.

- Em parceria com o P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas) a construção de cisternas de placas atualmente o STR já construiu aproximadamente 200 cisternas de placas;

Quanto ao Sindicato dos funcionários públicos este ainda apresenta uma forte influência do poder público local, atua de acordo com os interesses dos gestores municipais e não em prol da categoria.

Com relação a agência bancária do Banco Bradesco, esta não participa, nem promove debates sobre as potencialidades do município, está apenas preocupada com a gestão e com a lucratividade de sua entidade.

O Poder Público municipal por sua vez procurar restringir ao máximo a participação da sociedade civil nas esferas de participação cidadã, centralizando suas decisões. As associações de acordo com o que verificamos nas pesquisas de campo apresentam algumas características que se constituem como indicativos de fraca mobilização social no sentido de promover o desenvolvimento do território, são eles:

- Incipiente Capital Social;
- Instrumento eleitoreiro para políticos que através da cooptação das suas lideranças locais, abdicaram do interesse comum;
- Ausência de discussão e elaboração de projetos de desenvolvimento autônomos;
- Submissão das associações ao poder público local, servindo como “*massa de manobra*” dos políticos para composição dos conselhos de Educação, Saúde, Assistência Social e;

- Desarticulação entre as associações;

Ainda sobre o resultado da pesquisa de campo realizada nos Municípios de Serra Preta e Pintadas (3º parte) no período de 20 (vinte) de Outubro de 2008 (dois mil e oito) à 23 (vinte e três) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove) onde foram entrevistadas 21 (vinte e uma) pessoas entre lideranças comunitárias, políticos e cidadãos comuns em cada município e responderam a 1 (um) questionário com 20 (vinte) perguntas, vale ressaltar que apesar do pequeno numero de entrevistados os resultados obtidos não podem ser ignorados, uma vez que este questionário vem acompanhado de uma pesquisa qualitativa onde outros aspectos foram levados em consideração, tais como observação participante, trabalho em campo, acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pelas instituições, enfim, vejamos os principais resultados desta pesquisa.

Inicialmente trabalharemos com os dados colhidos em Serra Preta e a posteriori trabalharemos com os dados de Pintadas.

Perguntamos aos entrevistados se “nas ultimas quatro gestões municipais o senhor (a) já foi convidado em algum momento pelo governo municipal para opinar sobre as decisões governamentais?” 9,7% dos entrevistados afirmaram que não tem opinião, 14,2% responderam que sim e 76,1% responderam que nunca foram convidados para participar das decisões municipais.

Como complemento desta pergunta foi solicitado aos entrevistados que justificassem sua resposta, e o resultado foi o seguinte:

As pessoas que responderam não ter opinião afirmaram que não entendem de política e que acompanham pouco ou quase não acompanham o

processo político, os que responderam sim, justificaram afirmando que foram convidados por que no período faziam parte do governo, pois, o candidato a prefeito que eles apoiaram ganhou a eleição, os que responderam nunca terem participado das decisões municipais elencaram as seguintes justificativas: 1º os governos municipais não estabelecem canais de discussão política com a comunidade; 2º perseguem as pessoas que tentam participar e/ou questionarem qualquer ação do governo e; 3º os prefeitos e secretários são competentes para tomar as decisões.

Perguntamos ainda aos entrevistados se eles consideram as quatro últimas gestões municipais participativas? 14,2% responderam que sim, 42,8%, responderam que não consideram as quatro últimas gestões participativas, 28,8% afirmaram que as vezes são participativas e 14,2% afirmam não ter opinião.

Novamente pedimos que os entrevistados justificassem sua opinião, e as respostas que obtivemos foram as seguintes:

Os que responderam sim, ou seja, consideram as gestões municipais participativas, justificaram afirmando que sempre participaram dos governos exercendo cargos de confiança na administração pública, e que os gestores sempre estiveram abertos à participação da comunidade, os entrevistados que responderam não, afirmaram: 1º as decisões ficam restritas aos gestores, e que estes em momento algum chamam a comunidade para participar; 2º as poucas entidades civis que tentam participar são impedidas e muitas vezes as lideranças dessas entidades sofrem perseguições políticas; 3º os gestores municipais não estabelecem canais de comunicação por que não há compromisso com a

comunidade e que é melhor centralizar para administrar os recursos de acordo com a conveniência dos gestores.

Podemos a partir do exposto acima evidenciar três questões centrais existentes no município de Serra Preta:

A primeira questão refere-se à desarticulação existente entre sociedade civil e poder público. Entendemos que uma sociedade mais justa, saudável e com coesão social deve basear-se num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade tanto das pessoas quanto das organizações civis, e do Estado que deve ser eficiente, justo e flexível, funcionando com fortes parcerias com a sociedade civil. Este desafio exige, entre outros aspectos, que se tenha a devida atenção para com a igualdade de oportunidades, nomeadamente a igualdade de gênero e dos grupos sociais mais desfavorecidos, como instrumento de mobilidade social.

A segunda questão está diretamente relacionada com a primeira, pois, se existisse uma articulação eficiente entre sociedade civil e poder público a presença do mandonismo estaria comprometida, porém, percebe-se uma presença muito forte do mandonismo, que se refere à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, onde, o chefe político e o coronel como indivíduo são a mesma pessoa, ou seja, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso a participação política. O mandonismo é uma característica da política tradicional, existente desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas, como é o caso do município de Serra Preta. A tendência é que

desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.

Outra característica muito comum em Serra Preta é o coronelismo que é um fenômeno social e político típico da República Velha, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando, mas que ainda está presente em muitos municípios do Brasil em pleno século XXI, inclusive no município de Serra Preta, onde as ações políticas de latifundiários (chamados de coronéis) em caráter local se aplicam ao domínio econômico e social para a manipulação eleitoral em causa própria ou de particulares.

Assim podemos perceber que Capital Social, Mandonismo e Coronelismo não podem e não conseguem ocupar o mesmo espaço, onde há o desenvolvimento do primeiro os outros dois vão se enfraquecendo, e onde há a presença forte dos dois últimos o capital social não consegue se estabelecer.

4.2 - O Município de Pintadas e a evolução da sua rede de solidariedade social.

Em relação ao município de Pintadas a perspectiva é diferente de Serra Preta, uma vez que pudemos perceber a consolidação de formas de organizações mais participativas e democráticas. Para entendermos como se desenvolveu e se desenvolve estas iniciativas de participação cidadã no espaço local, ou seja, no município de Pintadas abordaremos três momentos de transformações sociais: 1º momento da década de 1960 - gênese da organização civil no território - até 1985 - emancipação política de Pintadas -; 2º momento, 1985 - emancipação política de Pintadas - à 1996, - chegada ao

poder público pelos movimentos sociais -; 3º momento, 1996 - movimentos sociais no poder à 2008 - dias atuais.

O primeiro momento começa no final da década de 1960 com o movimento denominado de “O *mutirão*”, onde as famílias das localidades se reuniam para preparar o terreno para o plantio, realizavam a plantação de milho, feijão e voltavam a se reunir para efetuar a colheita, este *mutirão* também se reunia para ajudar a construir as casas das pessoas mais carentes da localidade e de acordo com entrevistas, estas mesmas pessoas também se reuniam para discutir a bíblia relacionando e problematizando-a com as questões sociais.

Baseando-se em tradições populares voltadas ao trabalho solidário e apoio mútuo tendo expressões significativas, como o “boi roubado” (lavrador beneficiado com a atividade coletiva oferece um almoço matando um boi, com festa ao longo do dia de trabalho) e a “Baleia” (em que durante um turno do dia se carpe a roça de um dos integrantes da comunidade) e o “boi comunitário” – a Igreja encontrou um terreno fértil para fortalecer a prática da solidariedade, gratuidade e partilha por parte dos trabalhadores rurais, fundamentos do espírito cristão, segundo a Teologia da Libertação. O *mutirão* convertia-se, assim, em um instrumento de trabalho a serviço da comunidade. (MOURA, 2001, p 123).

Este *mutirão* vai ganhar um caráter organizacional na década de 1970 com a participação de setores mais progressistas da Igreja Católica, a partir do início de uma campanha evangélica com preceitos teóricos baseados na Teologia da Libertação, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estas vão consolidar as bases de luta por melhores condições de vida e criar instrumentos de resistência coletiva, (como veremos no segundo momento). A partir dos anos de 1970, as CEBs começaram a influenciar fortemente a organização social local, incentivaram a formação do Conselho Pastoral das Comunidades e do Conselho Pastoral de Jovens. A presença da Pastoral da

Terra, a partir da década de 1980, fortalece as práticas solidárias entre os trabalhadores rurais, transformando o *mutirão* em uma atividade de cunho laboral e a serviço da população pintadense.

A fundamentação filosófica, humanista e religiosa das Comunidades Eclesiais de Base no município de Pintadas teve início na década de 70 e se consolidou a partir da chegada de três missionárias da Região Sul (mais especificamente do Estado de Santa Catarina) em 1984 dentre as quais, a ex-prefeita de Pintadas e a atual Deputada Estadual Neusa Cadore (do Partido dos Trabalhadores, PT) –, na década de 80 começaram a surgir as primeiras instituições civis fruto dos encontros e discussão sobre a realidade local e as necessidades dos trabalhadores rurais.

O segundo momento começa em 1985, quando Pintadas transforma-se em município, desvinculando-se do Município vizinho, Ipirá – a emancipação outorgou ao movimento social de Pintadas maior envergadura política local. No mesmo ano em que se transformou em município, Pintadas assistiu à expulsão de 16 famílias que habitavam a Comunidade do Lameiro. Depois de muitas negociações, debates, manifestações populares e confrontos, o governo federal desapropriou 250 hectares de terra para o assentamento dessas famílias.

A luta do Lameiro foi o movimento que despertou a consciência da comunidade do município de Pintadas para a necessidade a uma maior organização, Fischer e Nascimento (2002) relataram esse movimento da seguinte forma:

Em 1985, dezesseis famílias foram expulsas de suas terras na Comunidade do Lameiro por um grileiro, o que gerou forte solidariedade dos agricultores do município, às famílias, com decisivo apoio da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

De certa forma, a Luta do Lameiro foi a pedra angular dos movimentos sociais de Pintadas. Segundo Julita Trindade de Almeida, Secretária da Saúde de Pintadas e ex-integrante do JPL, a “luta da terra foi uma escola, durante dois anos”, com o surgimento de vários outros movimentos a partir desse acontecimento, que envolveu diretamente 16 famílias pela luta da posse de terras.

Depois de inúmeros mutirões, negociações políticas, debates, manifestações populares e confrontos, o então programa de reforma agrária do governo federal desapropriou 250 hectares de terra para que essas famílias fossem assentadas. No entanto, logo houve a percepção de que a terra era importante, mas sozinha não resolveria o problema da maioria dos produtores familiares da região, obrigados a emigrar parte do ano para São Paulo em busca da sobrevivência.

Desse modo, houve um grande intercâmbio entre as comunidades e uma aproximação de pessoas ligadas à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), ligada à Secretaria de Planejamento, do Governo do Estado da Bahia, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Ematerba), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura do Governo da Bahia, que se envolveram diretamente na resolução do conflito, deixando um saldo de conhecimentos técnicos que mais tarde seriam incorporados pelas comunidades. Perduram até hoje os vínculos, pessoais inclusive, entre esse grupo e o município de Pintadas. Resultou daquele momento a sensibilização a respeito da luta pela terra e de que isso não era uma problemática exclusiva daquelas 16 famílias, mas de grande parte das famílias do município. Afinal, suas demandas não poderiam ser tão diferentes das apresentadas pelo restante da população: terra, produção, renda, saúde, educação, apoio, participação popular, segurança, etc. Apesar dos anos conturbados, a Luta do Lameiro deixou um saldo positivo desproporcional à sua amplitude pontual. O capital social decorrente desse processo foi muito importante para a construção do que seria o Projeto Pintadas/BNDES. (FISCHER e NASCIMENTO 2002. p. 6-7).

A constatação motivou o surgimento do Projeto Pintadas/ BNDES, uma experiência de autogestão agrícola que beneficiaria 300 famílias. O Projeto contou com o apoio de técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), ligada à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, e recebeu um financiamento de US\$ 1,5 milhão do BNDES, a fundo perdido. A idéia consistia em organizar grupos de sete a dez famílias e formar

uma área que seria trabalhada coletivamente, a partir da doação de três hectares de terra por família, durante um período de 10 anos.

Antes do final do Projeto, porém, os grupos foram se desfazendo e hoje não há nenhum deles em funcionamento. Apesar do relativo fracasso, o Projeto Pintadas /BNDES colocou os produtores em contato com pessoas e instituições, inclusive estrangeiras, que apóiam até hoje o desenvolvimento do município. Outro legado positivo daquela experiência é que, embora o financiamento do BNDES fosse a “fundo perdido”, os grupos devolveram metade do dinheiro recebido, conforme estava previsto, para a formação de um fundo rotativo. Esse fundo continua beneficiando a comunidade, tendo viabilizado, por exemplo, a construção do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP). O Centro nasceu de uma ação conjunta da Paróquia de Pintadas, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Movimento de Jovens, além de diversas associações comunitárias. A entidade havia assumido a gestão do Projeto Pintadas /BNDES, capacitando e prestando assistência técnica aos pequenos produtores. Com o tempo, o Centro Comunitário transformou-se num fórum de desenvolvimento municipal e de discussão das ações de interesse público.

O Projeto Pintadas/BNDES, ligado diretamente à produção, suscitou o questionamento de que faltava um projeto político para o movimento, o que desencadeou a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, em 1988. Apesar da derrota enfrentada nas duas primeiras eleições, 1988 e 1992, um caminho sem volta no campo político-partidário (e da gestão pública) tinha se iniciado, com o engajamento de diversas lideranças no corpo do Partido. Nota-se, desde sempre, uma linha tênue que separa o que é político-partidário e o que é social e comunitário, numa espécie de comunhão dos interesses públicos e coletivos que se operacionaliza por meio e na Rede Pintadas. (FISCHER e NASCIMENTO, 2002, p. 9).

A interação com agentes da cooperação internacional é outro elemento mobilizador do desenvolvimento local em Pintadas. O Projeto TAPI – Projeto de Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação – é lançado em 1988, a partir de parceria com o governo francês, visando, sobretudo à melhoria da gestão dos recursos hídricos. O governo da Bahia traça uma parceria com Pintadas, também em 1988, para a organização de um assentamento de jovens agricultores – o Projeto AJUP (Associação de Jovens de Pintadas).

Em 1990, uma agência holandesa cria vínculos com a cidade para a formação de monitores locais, a fim de suprir a ausência de mão-de-obra escolarizada.

No ano de 1993, iniciam-se as atividades da Associação das Mulheres de Pintadas. Em 1995 a Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo é fundada com o propósito de prestar serviços de assistência social às crianças e jovens carentes. O Movimento Social de Pintadas consegue, em 1996, construir a Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP) com o intuito de evitar o êxodo dos jovens, salientando o trabalho no campo através da capacitação permanente de jovens.

O Terceiro e último momento se inicia com a eleição da missionária Neusa Cadore (originária de Santa Catarina, no sul do Brasil), em 1996, pode ser considerado como elemento político igualmente central na história das experiências de gestão participativa em Pintadas, pois, significa de fato a chegada ao poder público local da sociedade civil organizada.

Com a eleição de uma candidata do PT ao governo local, Pintadas não mais constitui prioridade dos sucessivos governos da Bahia, sob o comando do PFL, hoje DEM, (este de direita, representado na época pelo então Senador

Antônio Carlos Magalhães) para investimentos em infraestruturas sócio-econômicas, uma vez que ascendia ao poder local o movimento social organizado de Pintadas, tendo no Partido dos Trabalhadores (instituição política de esquerda com fortes bases no movimento social organizado), o instrumento político que viabilizou a chegada ao poder público local. Um exemplo típico se deu com o fechamento do único estabelecimento bancário, o BANEB, pouco antes do início da primeira administração petista em 1997, obrigando as pessoas a uma jornada de ida e volta de 50 km ao município vizinho de Ipirá para realizar transações bancárias.

Como reação, surgiu o CrediPintadas, em 1998, transformando-se depois na Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas (SICCOB Sertão), exercendo algumas funções bancárias e atuando no microcrédito. A adversidade virou o trunfo da Rede Pintadas como gestora financeira de grande parte dos recursos repassados pelas instituições internacionais de apoio e também do fundo rotativo formado a partir do Projeto Pintadas/BNDES.

Em 1997 a Rádio Comunitária – RADACOM – cria voz, tornando-se um instrumento de comunicação social eficiente, atuando na articulação entre sociedade civil e poder Público.

O Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas – PROCAP – é criado em 1999 sob a administração do Sicoob. A Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP), anexado mais tarde ao PROCAP, a Associação de Apicultores (ASA) e a Associação Arte Cênica Rheluz são fundadas nesse mesmo ano.

Em 2000 a reeleição foi inevitável, já que o movimento popular iniciado de maneira tão peculiar acabou por despertar na população local um desejo de melhorias comuns e de colaboração contínua.

Em agosto de 2002, a Associação das Mulheres Pintadenses passou a desenvolver o projeto - Delícias do Sertão -, constituído por uma padaria, um restaurante e uma lanchonete – com o intuito de favorecer a elevação de renda familiar e a independência financeira por meio de melhores oportunidades para as mulheres de Pintadas.

Nos anos subseqüentes de eleições municipais (2004 e 2008) o ex-presidente do SICOOB Valcyr Rios é indicado pelo movimento social para continuar o trabalho da antecessora (Neuza Cadore) e consegue consolidar de uma vez por todas a hegemonia dos movimentos sociais no município de Pintadas vencendo de forma esmagadora as eleições.

O Movimento de Pintadas ganha uma força ainda maior com a constituição da chamada *Rede Pintadas* (funcional desde 2000 e institucionalizada, sob a forma jurídica de associação, desde julho de 2003), representada na figura abaixo. A maior parte das decisões estratégicas para o desenvolvimento de Pintadas é discutida no âmbito da Rede, com a participação de representantes das entidades-membro. Prática inovadora no plano local, o Primeiro Congresso Popular é organizado em junho de 2002 com o apoio da Prefeitura, pautando-se por significativa participação popular: por exemplo, com a reunião de todos os membros da Rede, a apresentação de experiências e propostas de políticas públicas, a organização de grandes assembléias populares, bem como a eleição e designação de delegados para o Congresso (chegando a um total de 250 delegados presentes). Professores universitários e

técnicos voluntários, enquanto elementos externos ao conjunto de cidadãos de Pintadas, também participam dessa iniciativa.

4.2.1 – A Rede Pintadas

O Movimento de Pintadas ganha uma força ainda maior com a constituição da chamada *Rede Pintadas* (funcional desde 2000 e institucionalizada, sob a forma jurídica de associação, desde julho de 2003), mas afinal, o que é a Rede Pintadas?

A Rede Pintadas é uma experiência inovadora de gestão pública, que mobiliza atores sociais da comunidade local e regional e articula organizações de cooperação internacional e instituições federais de ensino e pesquisas. A Rede foi estimulada pelo Governo Municipal como espaço de articulação, formulação e potencialização de políticas públicas e projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. As entidades definem e executam projetos de interesse local e articulam apoios técnicos e financeiros, inclusive da cooperação internacional.

A Rede Pintadas envolve 11 entidades locais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Centro Comunitário Serviços Pintadas – CCSP,

Movimento de Mulheres, Paróquia, Cooperativa de Crédito e Agro-industrial, Projeto Renascer, Cine Rheluz, Escola Família Agrícola Pintadas – EFAP, Rádio Comunitária, Associação de Apicultores – ASA e Prefeitura.

A prática do planejamento participativo facilitou o processo de mobilização, reflexão e educação da população, dos dirigentes e servidores municipais, os quais entenderam que resolver os problemas da comunidade carente deveria ser o foco principal da rede.

Fischer e Nascimento (2002, págs. 12 – 13) expressaram-se da seguinte forma em relação a Rede Pintadas:

O principal papel da Rede é o de canalizar as discussões, lutas, pleitos e projetos para uma discussão mais ampla, representativa e democrática. Foge-se completamente do meios tradicionais de “planejamento de gabinete”, rumo a formas participativas de se pensar a coisa pública e planejar a gestão social, assim como a administração pública de forma integrada.

Dentro desse contexto, a Rede não constitui um projeto nos moldes tradicionais a que estamos acostumados. Trata-se mais de um desdobramento natural que emanou da comunidade como uma necessidade lógica de um grupo de instituições e pessoas com uma visão convergente: o desenvolvimento local de Pintadas. Segundo Welber Santos, coordenador da Rede Pintadas, remunerado por meio de um convênio com o Serviço Alemão de Cooperação Técnica (DED), a Rede Pintadas é uma “coisa que surgiu daqui, parida daqui, em um movimento endógeno”. Nesse sentido, difere completamente das estratégias do Comunidade Ativa, que na Bahia foi incorporado pelo programa do governo estadual com o incongruente nome de Faz Cidadão, de indução do desenvolvimento local e promoção da participação. Em Pintadas, não houve e nem há agente externo à comunidade induzindo o que quer que seja. “As discussões de assuntos de interesse geral, sob uma perspectiva mais ampla, dizem respeito a todos”, continua o coordenador da Rede, e “nossa função, como Rede, é evitar a sobreposição de idéias e a duplicidade de esforços, tendo um pensamento e um plano de ação que vise atender às diversas demandas sociais de Pintadas”.

A Rede, por outro lado, não significa perda de autonomia das instituições que a integram. No entanto, em assuntos mais complexos, que saem do micro-contexto de cada instituição e envolvem mais organizações sociais e a

necessidade de articulação, há um direcionamento estratégico para discussões colegiadas, que ordinariamente acontecem a cada dois meses.

FIGURA – 3 REDE PINTADAS, MUNICÍPIO DE PINTADAS.



A experiência baseia-se numa “nova espécie de relação das pessoas com o poder público local”, na qual os cidadãos, de fato e de direito, se apropriam da

gestão pública. Dentre os objetivos da Rede Pintadas, listados no Informativo nº1 da Rede, temos:

- a) promover maior articulação entre as entidades em torno de um projeto comum;
- b) integrar e fortalecer atividades de cada entidade;
- c) articular e dinamizar o Movimento (Social) de Pintadas;
- d) promover encontros para a troca de experiências (interna e externa)
- e) descobrir novos parceiros.

Fazendo uma análise do problema que se quer resolver ou, pelo menos, amenizar com o Projeto Rede Pintadas – apesar de não estar expresso em documentos – podemos inferir que a Rede Pintadas teria como objetivo mais amplo o desenvolvimento econômico e social do município, e, como objetivo específico, a articulação das instituições em prol de projetos de interesse da comunidade. (FISCHER e NASCIMENTO, 2002, p. 13).

A partir das visitas e das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo destacamos entre as principais inovações da Rede:

- Horizontalidade das relações;
- Autonomia de ação dentro da rede, na construção e estabelecimento de parcerias;
- Cada entidade, por meio de seus representantes, é um gestor de políticas públicas em potencial e;
- Rompimento do fluxo de fiscalização exclusiva dos conselhos municipais, diluindo o controle social entre mais pessoas;

Outro fato que chama a atenção na Rede Pintadas é a quantidade de projetos existentes que mobilizam parcerias com instituições nacionais ou estrangeiras. A Rede Pintadas canaliza,

atualmente, todo o capital de relações de cada uma das instituições que a integram. Há uma rede informal de parceiros europeus que apóiam as iniciativas e projetos da Rede e as parcerias podem ser articuladas a partir da Rede ou como iniciativa de uma das instituições isoladamente. A depender do caso, o benefício pode ser individual ou coletivo, não havendo normas nem regras definidas, sendo as interações dinâmicas, de acordo com o potencial parceiro, financiador, apoiador, patrocinador ou doador. (FISCHER e NASCIMENTO, 2002, p. 14).

No campo governamental, começou-se a estabelecer uma relação com o governo federal com a eleição de Presidente Lula em 2002 e governo estadual a partir de 2006 com a eleição do candidato do PT Jaques Wagner ao Governo do Estado da Bahia , mas há uma série de convênios com o governo federal, conforme pode ser constatado na Secretaria Federal de Controle. Surpreendentemente, entre as prefeituras municipais do Partido dos Trabalhadores na Bahia – total de sete, entre grandes e pequenas cidades – não há intercâmbio, apoio ou suporte de qualquer estrutura estadual ou nacional do Partido dos Trabalhadores. Na Tabela 1, foram listados todos os parceiros da Rede.

QUADRO – 4 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA REDE PINTADAS

| Instituições parceiras da Rede Pintadas | |
|---|------------------------|
| Instituição | País |
| Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) | Brasil (sede Salvador) |
| IL CANALE | Itália |
| DED – Deutscher Entwicklungsdienst (ou Serviço | Alemanha |

| | |
|--|------------------------|
| Alemão de Cooperação Técnica e Social) | |
| DISOP – Dienst voor Internationale Samenwerking aan Ontwikkelingsprojecten (ou Organização para a Cooperação Internacional a Projetos de Desenvolvimento) | Bélgica |
| Comunita Montana (13 cidades associadas em torno da Província de Régio Emília) | Itália |
| Peuples Solidaires | França |
| Fundação Clemente Mariani | Brasil (sede Salvador) |
| Universidade Federal da Bahia (Escola de Nutrição, Faculdade de Educação, Faculdade de Arquitetura, Fundação Politécnica – Departamento Hidráulica e Saneamento) | Brasil |
| Caritas Brasileira | Brasil |
| MIVA – MISSIONARY VEHICLE ASSOCIATION | Holanda |
| AVSI – Associazione Volontari per il Servizio Internationalle | Itália |
| Kindermissionswerk | Alemanha |
| CastelNovo Monti (Prefeitura italiana) | Itália |

| | |
|--|------------------|
| SIMFR – Solidarité Internationale des Mouvements Familiaux de Formation Rurale (ou Associação Internacional dos Movimentos de Formação Rural) | Bélgica |
| MOC - Movimento de Organização Comunitária | Feira de Santana |
| PMP - Prefeitura Municipal de Pintadas | Pintadas |
| APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. | Valente |

FONTE: Rede Pintadas 2008.

Como movimento endógeno da própria comunidade, há uma relativa independência da Prefeitura, o que, por outro lado, não minimiza a importância da administração petista no andamento e na evolução da Rede. As trocas e complementaridades são inúmeras e em diversos projetos. Fica difícil, nesse contexto, diferenciar exatamente o que é sociedade civil organizada, apoio da Prefeitura e voluntariado. As fronteiras fundem-se dentro da Rede.

No âmbito mais operacional, destacam-se como elementos de dinamização do funcionamento da Rede as funções exercidas pelo coordenador específico, com formação em nível de 3º grau, cursando especialização e remunerado por meio de um convênio com o Serviço de Cooperação Técnica Alemã (DED).

O Projeto Rede Pintadas corresponde, assim, a uma nova validação prática da importância da ação coletiva no âmbito da gestão social em nível municipal. Integrando em forma de rede a gestão pública municipal a uma estrutura de poder colegiada da sociedade civil organizada, a experiência mostra que é possível romper com a inércia do isolacionismo político e geográfico,

superar e conviver com adversidades climáticas e naturais, empreender articulações com organizações complexas e integrar diferentes interesses pessoas e institucionais em torno do bem comum: o desenvolvimento social e econômico do município da forma mais participativa e democrática.

4.3 – Implicações territoriais nos municípios de Pintadas e Serra Preta.

Com a contextualização feita acima, foi possível perceber avanços na ótica do desenvolvimento territorial em Pintadas a partir da organização da sociedade civil que ao longo do tempo passou a disputar e a ocupar cargos na prefeitura, a estabelecer novos modelos de gestão municipal de forma participativa e descentralizada, através da Rede Pintadas. Já em Serra Preta percebemos a persistência de tradicionais constrangimentos oriundos do processo de formação histórica das instituições, a ausência de uma sociedade civil organizada, e uma excessiva centralização política por parte do poder público.

Através da pesquisa de campo, onde foram feitas observações participantes, questionamentos e questionários aos envolvidos no processo, podemos tecer algumas considerações no tocante as gestões municipais de 1988 a 2008 e ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios envolvidos na pesquisa.

O nível de participação da sociedade civil nos municípios de Pintadas e Serra Preta ocorreram de forma diferenciada, enquanto no primeiro, as pessoas houvistas durante a pesquisa responderam que há espaços públicos de

participação constante, seja através das reuniões da Rede Pintadas (que envolve a prefeitura), seja através da discussão do Orçamento Participativo, e acrescentaram que são constantemente convidados para participar de debates públicos, já em relação ao segundo município, ficou evidente a ausência de espaços públicos de participação, o que evidencia uma centralização de poder.

Numa análise específica sobre as gestões municipais, que ocorreram nos municípios de Pintadas e Serra Preta de 1988 a 2008, foram promovidas reuniões nos municípios da pesquisa com o intuito de discutir e avaliar as gestões, o que podemos perceber durante estas reuniões foram o seguinte:

No município de Pintadas percebemos:

1. Dois momentos políticos diferentes: de 1988 à 1995 a política local era dominada por grupos políticos de direita ligados ao Carlismo: e a partir de 1996 à 2008 o governo municipal é gerido pela esquerda, mais especificamente pelo Partido dos Trabalhadores e outros ligados a esquerda.
2. A partir de 1996 a sociedade civil organizada aumenta sua atuação nos espaços públicos, elegendo uma representante do movimento social como prefeita.
3. Cultura de participação, laços de solidariedade e ajuda mútua.
4. Existência de projeto político municipal, com metas bem estabelecidas.
5. Gestões municipais bem avaliadas no tocante a busca constante de soluções para resolver problemas locais.
6. A população avalia de forma positiva o esforço da prefeitura em buscar soluções para oferecer serviços básicos a população.

No município de Serra Preta percebemos:

1. Há uma permanência política local desde 1988 à 2008, onde as gestões sempre foram ligadas ao Carlismo.
2. Os movimentos sociais não apresentam organização capaz de ocupar espaços públicos.
3. A participação é incipiente e bastante tímida.
4. Inexistência de projeto político para o município.
5. Gestões municipais avaliadas com críticas no que tange a inoperância em buscar soluções para os problemas locais.
6. Em Serra Preta há uma crítica muito forte por parte da população local em relação a prefeitura, diante do imobilismo em resolver os problemas relacionados a oferta de serviços.

No tocante ao desenvolvimento socioeconômico nos municípios da pesquisa, percebemos que em Pintadas a população afirma que houve uma melhora no desenvolvimento humano das pessoas nos últimos vinte anos. Já em Serra Preta as pessoas que participaram das reuniões foram mais cautelosas em avaliar a melhoria na qualidade de vida da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: [riqueza](#), [educação](#) e [esperança média de vida](#). É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

O IBGE mediu o PIB (Produto Interno Bruto) de Pintadas no ano de 2005, que foi de 22.114 mil, enquanto que o de Serra Preta no mesmo ano foi de

33.064 mil. O PIB per capita em Pintadas em 2005, foi de 1.965,00 mil, e em Serra Preta o PIB per capita foi de 1.861,00.

TABELA 10 - DESENVOLVIMENTO HUMANO EM PINTADAS E SERRA PRETA

| Município | IDHM, 1991 | IDHM, 2000 | IDHM-Renda, 1991 | IDHM-Renda, 2000 |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| Pintadas | 0.502 | 0.625 | 0.461 | 0.511 |
| Serra Preta | 0.486 | 0.604 | 0.423 | 0.487 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

| Município | IDHM-Longevidade, 1991 | IDHM-Longevidade, 2000 | IDHM-Educação, 1991 | IDHM-Educação, 2000 |
|------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Pintadas | 0.552 | 0.641 | 0.493 | 0.724 |
| Serra Preta | 0.522 | 0.617 | 0.513 | 0.709 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A partir da análise dos dados podemos perceber que Pintadas apresenta melhores indicadores sociais que Serra Preta, isso é um indicativo de que a organização social de Pintadas tem apresentado avanços importantes no que tange os indicadores sociais.

Para concluir este tópico sobre o desenvolvimento socioeconômico podemos afirmar que há um aproveitamento de recursos deficiente em Serra Preta, enquanto em Pintadas os índices indicam o melhor aproveitamento de recursos. Uma questão em comum em ambos os municípios diz respeito à falta de recursos e/ou escassez.

Outro ponto refere-se aos programas de desenvolvimento implementado pelas prefeituras de Serra Preta e Pintadas onde a população de Serra Preta demonstra um equilíbrio entre os beneficiados e os não beneficiados por programas de desenvolvimento implementado por parte do poder público, em relação a Pintadas um grande número de entrevistados afirmaram já terem sido em algum momento beneficiado por programas de desenvolvimento territorial. Outro aspecto que chamou a atenção refere-se ao fato da população do município de Pintadas conhecer mais projetos de desenvolvimento territorial implementados neste município, já em Serra Preta são poucas as pessoas que tem conhecimento destes projetos.

Por fim, podemos tratar da condição socioeconômica da população dos municípios de Serra Preta e Pintadas, onde o último gráfico mostra em todos os números que a situação evoluiu de maneira mais positiva em Pintadas que em Serra Preta, chamando a atenção para o grande número de pessoas no município de Serra Preta que afirmaram ter sua situação social estagnada nos últimos vinte anos.

4.4 – Pintadas e Serra Preta, dinâmicas diferentes: Por que?

O desenvolvimento de um tecido social articulado foi enfraquecendo significativamente a prática do mandonismo e do coronelismo no município de Pintadas, fenômeno oposto ao que ocorreu em Serra Preta.

Diante da diferença de organização social verificada entre Serra Preta e Pintadas, uma pergunta básica deve ser feita. Porque dois municípios localizados na mesma sub-região climática o semi-árido, próximos geograficamente, com dimensões territoriais semelhantes e populações equivalentes, apresentaram lógicas diferentes de organização social?

Esta pergunta não é fácil de responder, porém algumas colocações devem ser feitas no sentido de avançar nesta discussão. Os municípios de Pintadas e Serra Preta mesmo localizando-se próximos, devemos considerar suas especificidades locais, a disposição da população em lutar pelos seus direitos e/ou sua passividade em aceitar o jogo político controlado pelos latifundiários.

Outra questão importante refere-se a grande influência da Igreja Católica nos municípios de Serra Preta e Pintadas em meados do século XX e podemos afirmar que esta atuou de forma distinta em ambos os municípios e talvez esteja

aí o motivo das diferentes formas de organização política e social entre eles. Vejamos.

Antes de abordarmos sobre a influência da igreja Católica nestes municípios, vale ressaltar que durante as pesquisas de campo, através das entrevistas, muitos relatos dos entrevistados no município de Serra Preta afirmaram que haviam nas décadas de 1950, 1960 e 1970, assim como em Pintadas mutirões de solidariedade e ajuda mutua, porém, por um motivo que eles não souberam explicar com o passar do tempo foram se enfraquecendo? Mas por que em Serra Preta houve um enfraquecimento destes mutirões de Solidariedade, enquanto que em Pintadas eles se fortaleceram, chegando ao nível de organização social atual?

Em Serra Preta a organização católica finca-se através da paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho, padroeira do município, que está diretamente subordinada a diocese de Feira de Santana que foi criada a 21 de julho de 1962, e em 16 de janeiro de 2002, o Papa João Paulo II elevou a Diocese de Feira de Santana a categoria de Arquidiocese.

A diocese de Feira de Santana sempre desenvolveu um trabalho nas suas paróquias tendo como corrente religiosa o movimento denominado de Renovação Carismática Católica, que surgiu depois de uma declaração do Papa João XXIII durante o Concílio Vaticano II (1962). Nesta declaração, ele diz que a Igreja deveria ser renovada pelo Espírito Santo. Prega e vive a fé em Jesus (entendido como Senhor e único Salvador de todos) e busca promover uma experiência pessoal com o Deus vivo para renovar os valores morais dos cristãos. Em suas reuniões de Oração utiliza músicas de louvor, adoração que

tornam os momentos carregados de ação de graças à Deus, com pregações e evocando o poder do Espírito Santo.

Prega que o pecado - definido como um ato ou desejo contrário a vontade de Deus - é a fonte dos males vividos na sociedade atual. Ganância, egoísmo, soberba, vícios, mau uso da liberdade, etc, são conseqüências dos pecados do homem. A não observação dos mandamentos da Lei Eterna afastam o homem de Deus e são obstáculos a vida Santa.

No que tange à Renovação Carismática esta enfoca um engajamento religioso entre o individuo e Deus, e não desenvolve trabalhos na área social. A Renovação Carismática Católica é um tipo de prática religiosa que esquece a dimensão social, alienando os pobres que participam dela e reforçando os ideais dos ricos. A catarse experimentada nos grupos de oração através dos transes conforta e, de certa forma, isola dos problemas.

No momento em que as pessoas estão naquele encontro, não há nada além da conexão que elas estabelecem com Deus, através do Espírito Santo. E essa prática acaba sendo incorporada ao cotidiano. Portanto, não haveria um questionamento sobre as diferenças sociais. Ou seja, a Renovação Carismática é um movimento conservador, que visa garantir a manutenção do *status quo*, e ao mesmo tempo promove um enfraquecimento dos engajamentos sociais.

Foi esse movimento desenvolvido em Serra Preta pela igreja católica na segunda metade do século XX, que **em parte (grifo nosso)** criou uma apatia nos mutirões de solidariedade e movimentos sociais, e fortaleceu as heranças do coronelismo, e que subsistem até dias atuais.

Já em Pintadas a organização da Igreja Católica se deu através da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, diretamente vinculada a Diocese de

Ruy Barbosa, que é uma circunscrição eclesiástica, ou seja, são divisões territoriais e administrativas cujo objetivo é organizar e tornar mais eficaz a administração da igreja católica. Seu atual bispo é dom André de Witte, na função desde 18 de setembro de 1994, é um sacerdote católico belga, radicado no Brasil.

A atuação da Diocese de Ruy Barbosa sempre esteve vinculada com o intercâmbio com missionários da região sul e europeus, o seu princípio doutrinário é a teologia da libertação, que consiste em uma corrente teológica desenvolvida no terceiro mundo ou nas periferias pobres do primeiro mundo a partir dos anos 70 do século XX, baseadas na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina.

Esta teologia utiliza como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Esta situação é interpretada como produto de *estruturas econômicas e sociais injustas* e na América Latina, que possui inspiração marxista.

A situação de pobreza é denunciada como *pecado estrutural* e esta teologia propõe o engajamento político dos cristãos na *construção de uma sociedade mais justa e solidária*, cujo projeto identifica-se com ideais da esquerda. Uma característica da Teologia da Libertação é considerar o pobre, não um objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação. Assim, seus teólogos propõem uma pastoral baseada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas quais os cristãos das classes populares se reúnem para articular fé e vida, e juntos se organizam em busca de melhorias de suas condições sociais, através da militância no movimento social ou através da política, tornando-se protagonistas do processo de libertação. Além disto, apresentam as CEBs como

uma nova forma de ser igreja, com forte vivência comunitária, solidária e participativa.

Foram estes princípios que nortearam a organização social e política dos pequenos agricultores do município de Pintadas e **explicam em Parte** (grifo nosso) o atual nível de organização do Capital Social neste município.

Desta forma, acreditamos que a atuação diferenciada da Igreja Católica nos municípios de Serra Preta e Pintadas, contribuiu para as diferentes formas de organização política. Enquanto no primeiro, foi e continua sendo um instrumento de enfraquecimento dos mutirões de solidariedade, de fortalecimento do individualismo, legitimação do coronelismo e clientelismo e desestímulo as outras entidades sociais na luta contra as injustiças. No segundo, fortaleceu e articulou os movimentos de solidariedade, contribuiu para o enfraquecimento do coronelismo e do clientelismo e assumiu uma luta em favor dos excluídos e desfavorecidos e é uma das principais entidades sociais engajadas na luta social.

5 - COMPARANDO AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DAS AÇÕES LOCAIS NOS MUNICÍPIOS DE PINTADAS E SERRA PRETA.

Com a contextualização feita no capítulo anterior, foi possível perceber avanços na ótica do desenvolvimento territorial em Pintadas a partir da organização da sociedade civil que ao longo do tempo passou a disputar a ocupar cargos na prefeitura, e a estabelecer novos modelos de gestão municipal de forma participativa e descentralizada, através da Rede Pintadas, como vimos no capítulo anterior. Já em Serra Preta percebemos a persistência atual de tradicionais constrangimentos oriundos do processo de formação histórica das instituições, a ausência de uma sociedade civil organizada e uma centralização política excessiva pelo poder público.

Portanto, após a análise do contexto histórico e social acima referido, o objetivo deste capítulo está voltado para a avaliação do desempenho das gestões

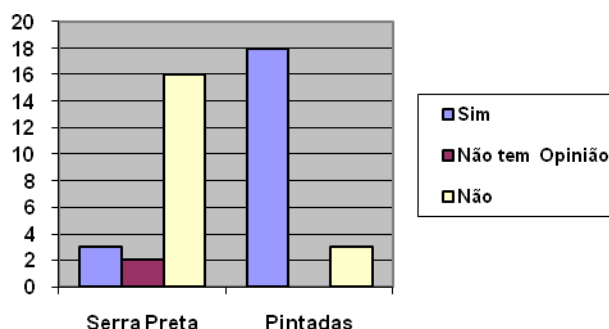
municipais a partir de 1988 até dias atuais e para o desempenho socioeconômico dos municípios.

Para a construção deste capítulo foi necessário um intenso trabalho de campo com 21 (vinte e um) entrevistados em cada município.

5. 1 - O desempenho da gestão municipal.

Inicialmente começamos nossa entrevista querendo saber sobre o nível de participação da sociedade no poder local, então fizemos a seguinte pergunta: O senhor (a) já foi convidado em algum momento pelo governo municipal para opinar sobre as decisões governamentais?

GRÁFICO – 1 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PODER LOCAL.

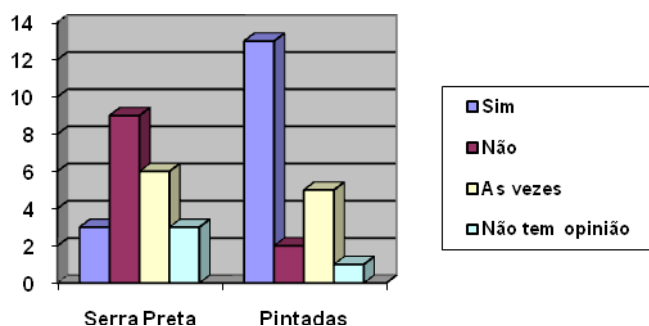


A partir da análise do gráfico podemos afirmar que em Serra Preta 14,2% dos entrevistados responderam que são chamados a opinar, enquanto 76,1% dos entrevistados afirmaram que não, ou seja, não são chamados a opinar sobre as

decisões governamentais. Já em Pintadas a situação é diferente de Serra Preta, 85,7% dos entrevistados em Pintadas responderam que são convidados a opinar, enquanto 14,2% dos entrevistados afirmaram que não são chamados a participar.

Em seguida perguntamos: O Senhor (a) considera as gestões municipais participativas?

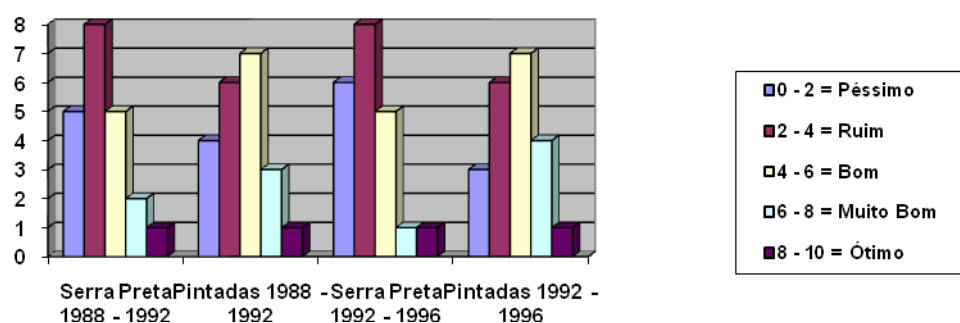
GRÁFICO – 2 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DAS GESTÕES MUNICIPAIS



Em Serra Preta 14,2% das pessoas responderam sim, enquanto em Pintadas foram 61,9% que afirmaram positivamente, responderam não em Serra Preta 42,8% e em Pintadas foram 9,5%, os que afirmaram as vezes foram 28,5% em Serra Preta e em Pintadas foram 23,8%, os que responderam não ter opinião foram 14,2% e 4,7% em Serra Preta e Pintadas respectivamente.

Em relação à avaliação das gestões municipais perguntamos aos entrevistados: Que nota o senhor (a) atribui às gestões municipais a partir de 1988?

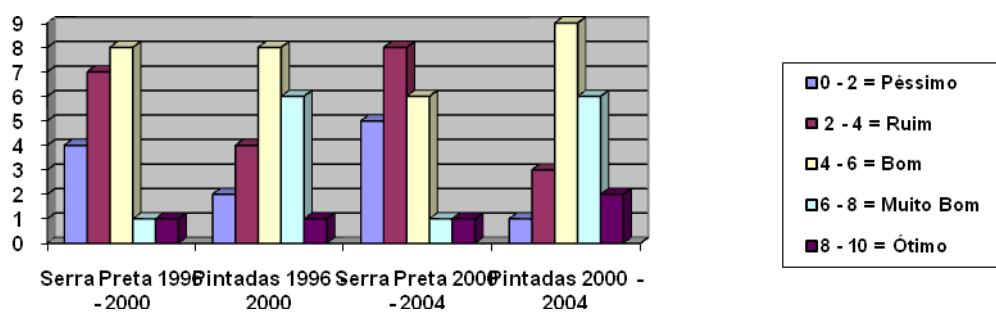
GRÁFICO – 3 AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 1988 A 1996.



Neste gráfico analisaremos as gestões de 1989 á 1992 e de 1993 á 1996. Na primeira gestão de 1989 á 1992 podemos perceber que 23,8% dos entrevistados em Serra Preta consideraram esta gestão péssima contra 19,% em Pintadas. Em relação á nota ruim em Serra Preta foram 38% dos entrevistados, contra 28,5% em Pintadas, na nota considerada boa foram 23,8% dos entrevistados em Serra Preta contra 33,3% em Pintadas, no quesito muito bom tivemos 9,5% dos entrevistados em Serra Preta contra 14,2% em Pintadas e por fim 4,7% dos entrevistados em cada município avaliou esta gestão como ótima.

Na avaliação da gestão do período de 1993 á 1996, obtivemos os seguintes resultados: 2,5% dos entrevistados em Serra Preta e 14,2% em Pintadas avaliaram esta gestão como péssima, em relação a avaliação ruim foram 38% em Serra Preta e 28,5% em Pintadas, no que tange a avaliação boa, esta foi indicada por 23,8% pessoas em Serra Preta e 33,3% em Pintadas, na avaliação muito boa foi 4,7% em Serra Preta e em Pintadas 19%, e 4,7% dos entrevistados em cada município avaliaram como ótimo.

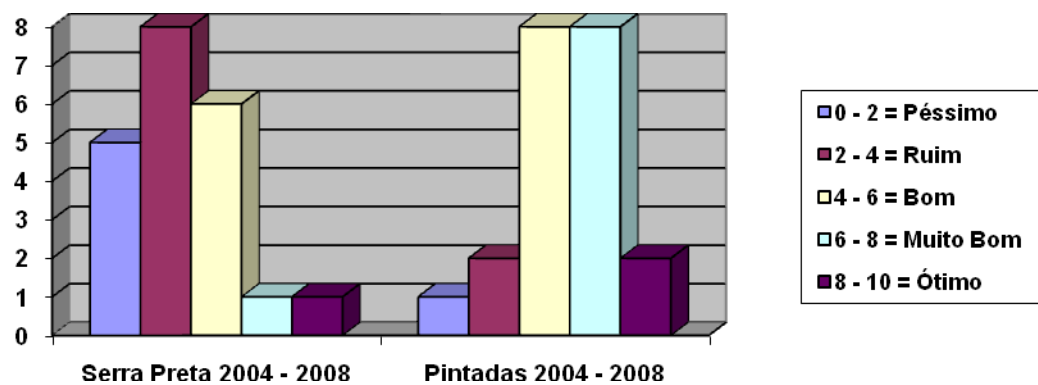
GRÁFICOS – 4 AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 1996 A 2004.



Neste gráfico iremos analisar as gestões municipais de 1997 á 2000 e a de 2001 á 2004. Em relação à gestão municipal do período de 1997 á 2000, podemos perceber com base na tabela que a avaliação da nota péssima é colocada por 19% dos entrevistados em Serra Preta e 9,5% em Pintadas, com relação a nota ruim, esta foi apontada por 33,3% dos entrevistados em Serra Preta e 19% em Pintadas, já em relação a nota boa em ambos os municípios foram 38% dos entrevistados, com relação a nota muito boa houve uma oscilação, em Serra Preta foi 4,7% dos entrevistados e em Pintadas foram 28,5% dos entrevistados, no que tange a nota ótima foi 4,7% dos entrevistados em Serra Preta e 9,5% em Pintadas.

Na avaliação da gestão municipal de 2001 á 2004, podemos perceber algumas diferenças bem nítidas, primeiro em relação ao conceito péssimo que em Serra Preta foi apontado por 23,8% das pessoas entrevistadas e em Pintadas por 4,7%, em relação ao conceito ruim, este foi apontado por 38% em Serra Preta e por 14,2% em Pintadas, já no conceito bom foram 28,5% dos entrevistados que atribuíram esse conceito em Serra Preta contra 42,8% dos entrevistados em Pintadas, partindo para o conceito muito bom este foi indicado por 4,7% dos entrevistados em Serra Preta e por 28,5% em Pintadas, por fim o conceito ótimo em Serra Preta foi apontado por 4,7% e em Pintadas por 9,5% dos entrevistados.

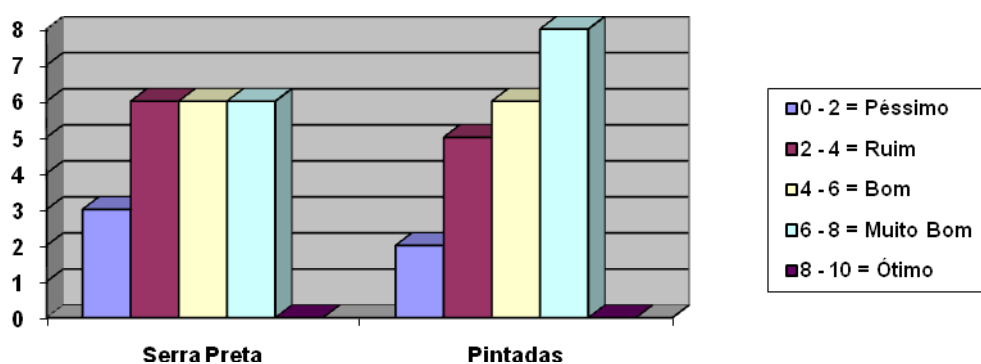
GRÁFICO – 5 AVALIANDO AS GESTÕES MUNICIPAIS DE 2004 A 2008.



Na última avaliação da gestão municipal referente ao período de 2005 a 2008 as diferenças de avaliações entre os municípios tornam-se mais nítidas, enquanto em Serra Preta 23,8% dos entrevistados atribuíram o conceito péssimo a esta gestão, em Pintadas foi apenas 4,7%, em relação ao conceito ruim foram 38% dos entrevistados em Serra Preta contra 9,5% em Pintadas, já referente ao conceito bom, este foi apontado por 28,5% dos entrevistados em Serra Preta e 38% em Pintadas, mas a diferença que chama a atenção é em relação ao conceito muito bom, que em Serra Preta foi apontado por apenas 4,7% e em Pintadas foi apontado por 38% das pessoas entrevistadas, já o conceito ótimo foi apontado por 4,7% em Serra Preta e por 9,5% das pessoas em Pintadas.

Ainda em relação ao desempenho da gestão municipal perguntamos aos entrevistados o seguinte: Que nota deve ser atribuída ao município com relação ao oferecimento de serviços básicos para a população?

GRÁFICO – 6 AVALIANDO O NÍVEL DE OFERECIMENTO DE SERVIÇOS BÁSICOS À POPULAÇÃO?



Os dados acima mostram que em Serra Preta 14,2% dos 21 (vinte e um) entrevistados consideram péssimo o oferecimento de serviços básicos, enquanto em Pintadas foram 9,5% dos entrevistados que atribuíram esta nota, no que tange a nota ruim foram 28,5% em Serra Preta que apontaram esta nota, contra 23,8% em Pintadas, já em relação a nota boa, Serra Preta e Pintadas ficaram com 28,5% dos entrevistados apontando esta avaliação para cada município, a diferença surge na avaliação de muito bom, enquanto em Serra Preta esta nota foi apontada por 28,5% das pessoas, em Pintadas foi apontada por 38% das pessoas, e nenhum entrevistado apontou a nota ótima para esta pergunta.

Com base nas respostas acima podemos fazer uma conclusão da avaliação do desempenho das gestões municipais. Percebemos que em Serra Preta há uma

pouca participação da sociedade sobre as decisões governamentais, as gestões municipais são pouco participativas e muito centralizadas, em Serra Preta a avaliação das gestões municipais sempre ficaram abaixo das avaliações do município de Pintadas fato observado também na questão do oferecimento de serviços.

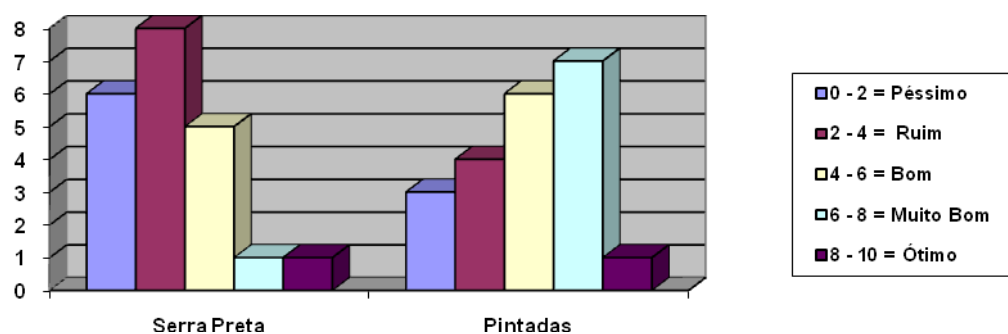
Em relação ao município de Pintadas podemos perceber que as avaliações negativas vieram decaindo ao longo do tempo, enquanto que as avaliações positivas foram subindo, os níveis de participação da sociedade nas decisões municipais são bons, as gestões municipais são participativas e Pintadas oferece respostas mais eficientes em relação ao oferecimento de serviços.

5.2 – Desenvolvimento socioeconômico.

A questão do desenvolvimento socioeconômico nos municípios de Pintadas e Serra Preta não poderia deixar de ser abordado uma vez que este é o principal objetivo das gestões municipais e das entidades da sociedade civil organizada, por isso dedicamos uma parte do questionário para nos dedicarmos a este tópico.

Assim, perguntamos aos 21 (vinte e um) entrevistados: Que nota deve ser atribuída ao aproveitamento dos recursos econômicos do seu município?

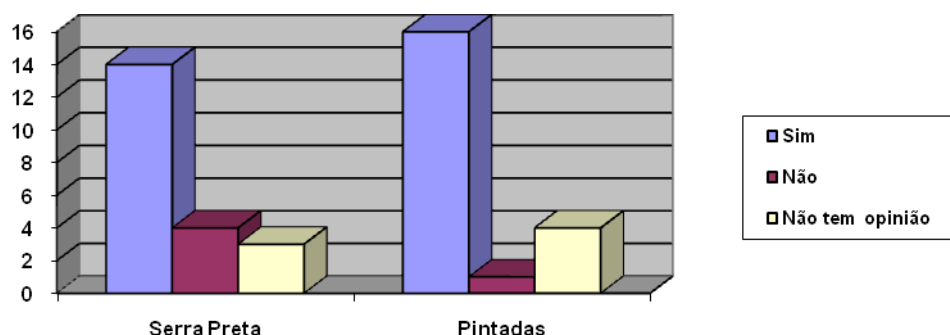
GRÁFICO – 7 AVALIANDO O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS.



Como mostra o gráfico acima a avaliação de péssimo em Serra Preta foi de 28,5% dos entrevistados, enquanto em Pintadas foi de 14,2%, já em relação a nota ruim o desempenho foi o seguinte, 38,0% e 19,0% em Serra Preta e Pintadas respectivamente, em relação ao desempenho bom Serra Preta obteve 23,8% na avaliação, enquanto Pintadas obteve 28,5%, já em relação ao desempenho muito bom podemos perceber que houve uma disparidade muito grande entre os municípios, enquanto Serra Preta obteve 4,7% neste quesito, Pintadas obteve 33,3%, e por fim, em relação ao desempenho ótimo ambos os municípios ficaram com 4,7%.

Fizemos a seguinte pergunta aos entrevistados: existe falta de recursos econômicos para o governo local do seu município?

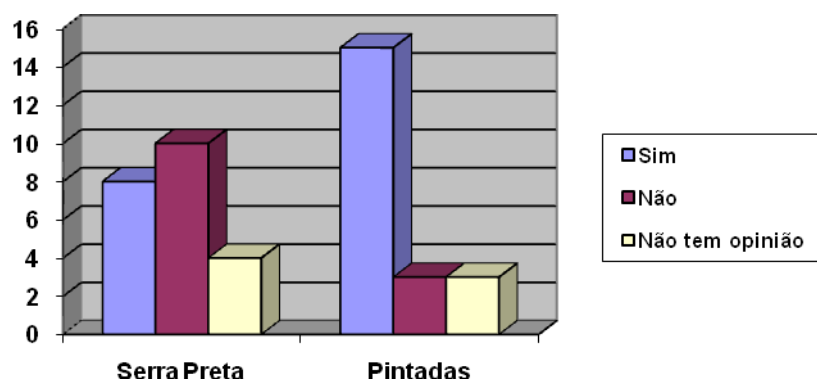
**GRÁFICO – 8 AVALIANDO A EXISTÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS
PARA O MUNICÍPIO.**



Os resultados obtidos foram os seguintes: em Serra Preta 66,6% afirmaram que sim, enquanto em Pintadas foram 76,1% dos entrevistados, responderam não respectivamente em Serra Preta e Pintadas 19,0% e 4,7%, os que não tem opinião foram 14,2% em Serra Preta e 19,0% em Pintadas.

Perguntamos também aos entrevistados se eles já foram beneficiados por algum programa de Desenvolvimento socioeconômico da prefeitura?

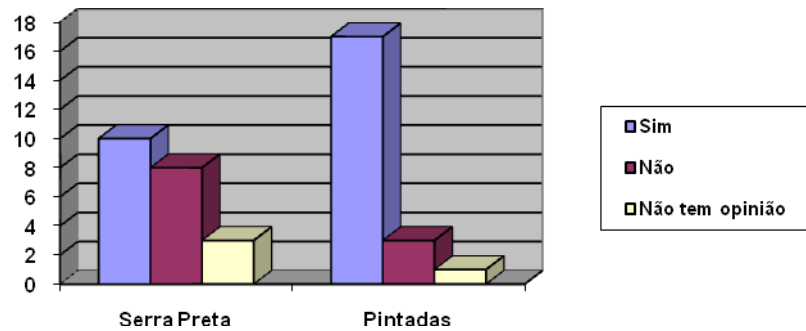
GRÁFICO – 9 VERIFICANDO A QUANTIDADE DE BENEFICIADOS POR ALGUM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA PREFEITURA.



Em Serra Preta 38,0% dos entrevistados responderam que sim, contra 71,4% em Pintadas, os não beneficiados foram 47,6% em Serra Preta e 14,2% em Pintadas, os que não tem opinião são 19,0% em Serra Preta e 14,2% em Pintadas.

Tentando avaliar o nível de participação cidadã nas esferas públicas e a quantidade de programas de desenvolvimento, perguntamos o seguinte aos entrevistados: O senhor conhece algum programa de desenvolvimento socioeconômico no município?

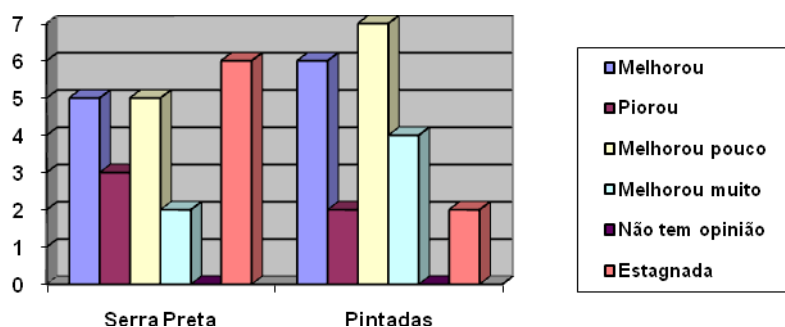
GRÁFICO – 10 AVALIANDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO A RESPEITO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO.



O resultado obtido foi o seguinte: 47,6% dos entrevistados em Serra Preta responderam que sim, contra 80,9% em Pintadas, responderam não em Serra Preta 38,0% contra 14,2% em Pintadas, e não tem opinião são 14,2% em Serra Preta e em Pintadas foi 4,7%.

Por fim perguntamos aos entrevistados se a sua condição socioeconômica melhorou nos últimos vinte anos?

GRÁFICO – 11 AVALIANDO SE A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO CARENTE MELHOROU NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS.



O resultado que obtivemos com os trabalhos de campo foram os seguintes: Em Serra Preta 23,8% dos entrevistados responderam que suas vidas melhoraram ao longo dos 20 anos, enquanto em Pintadas foram 28,5%, em relação à degradação da vida ao longo deste período, esta situação foi confirmada por 14,2% em Serra Preta e por 9,5% em Pintadas, avançando no questionário 23,8% em Serra Preta e 33,3% em Pintadas responderam que a sua vida melhorou pouco, ao mesmo tempo 9,5% em Serra Preta e 19,0% em Pintadas que responderam que sua vida melhorou muito, em ambos os municípios 0% dos entrevistados não tem opinião e por fim 28,5% em Serra Preta e 9,5% em Pintadas afirmaram que sua situação encontra-se estagnada ao longo dos últimos 20 (vinte) anos.

Para concluir este tópico sobre o desenvolvimento socioeconômico podemos afirmar que há um aproveitamento de recursos deficiente em Serra Preta, enquanto em Pintadas os índices indicam o melhor aproveitamento de recursos. Uma questão

em comum em ambos os municípios diz respeito à falta de recursos e/ou escassez para a governo municipal.

Outro ponto refere-se aos programas de desenvolvimento implementado pelas prefeituras de Serra Preta e Pintadas onde a população de Serra Preta demonstra um equilíbrio entre os beneficiados e os não beneficiados por programas de desenvolvimento implementado por parte do poder público, em relação a Pintadas um grande número de entrevistados afirmaram já terem sido em algum momento beneficiado por programas de desenvolvimento territorial. Outro aspecto que chamou a atenção refere-se ao fato da população do município de Pintadas conhecerem mais projetos de desenvolvimento territorial desenvolvido neste município, já em Serra Preta são poucas as pessoas que tem conhecimento destes projetos.

Por fim, podemos tratar da condição socioeconômica da população dos municípios de Serra Preta e Pintadas, onde o último gráfico mostra em todos os números que a situação evoluiu de maneira mais positiva em Pintadas que em Serra Preta, chamando a atenção para o grande numero de pessoas no município de Serra preta que afirmaram ter sua situação social estagnada nos últimos vinte anos.

5. CONCLUSÃO.

Mudanças e Permanências nos territórios municipais de Serra Preta e Pintadas.

Diante do exposto nesta pesquisa sobre limites e possibilidades para o desenvolvimento territorial algumas questões abordadas ao longo dos capítulos desta pesquisa merecem uma reflexão conclusiva, porém, sabemos que tal discussão não se finda com o término desta dissertação, mas inicia-se a partir desta conclusão um novo processo de debate e amadurecimento de idéias.

Inicialmente discutimos a questão do território e suas categorias de análise, percebemos o seu papel ativo como agente promotor de desenvolvimento, dotado de recursos naturais, que auxiliam no desenvolvimento de projetos, vimos a sua multidimensionalidade (política, institucional, cultural, social, econômica etc.) na atuação dos agentes sociais, bem como sua transformação e evolução longo do tempo.

Expusemos um debate sobre a evolução do município brasileiro, onde estes ao longo dos períodos históricos passaram por várias transformações institucionais, em alguns momentos o poder centralizava-se no governo federal, o que comprometia a autonomia da instituição municipal (município) em outros períodos históricos era atribuída ao município maior autonomia, como a verificada nas constituições de 1946 e 1988, nesta última os municípios passaram a gozar de autonomia política, administrativa e financeira em um contexto de redemocratização política, onde foram ampliadas as esferas de participação cidadã no poder local.

Analisamos os conteúdos territoriais dos municípios de Pintadas e Serra Preta e percebemos a diferente utilização destes recursos para a promoção do desenvolvimento do território, verificamos que todo território é dotado de recursos endógenos e a efetivação de um projeto de desenvolvimento social perpassa pela utilização eficiente dos mesmos. Verificamos também ao longo da pesquisa no município de Serra Preta a negligência de recursos endógenos como potencialidades para o desenvolvimento local e mostramos que Pintadas apesar de utilizar os recursos endógenos como potencial para o desenvolvimento ainda precisa avançar nesta questão em busca de uma maior eficiência.

Como vimos ao longo da pesquisa o município de Pintadas apresenta uma articulação social eficiente e desenvolve com êxito ações de desenvolvimento territorial a partir da utilização dos recursos endógenos, com isso possibilita uma melhoria na qualidade de vida da população mais carente, enquanto em Serra Preta verifica-se uma total negligência dos recursos endógenos, ausência de laços de solidariedade e de projetos de desenvolvimento.

No capítulo quatro desta pesquisa que trata da sociedade civil e da participação cidadã no poder local, verificamos que a gênese da organização da sociedade civil no município de Pintadas remota ao final da década de 1960 – período em que estava em vigor no Brasil uma Ditadura Militar, onde as liberdades de expressão eram restringidas, porém, podemos afirmar que mesmo havendo uma organização social em Pintadas durante a ditadura militar, esta organização civil passará a ocupar os espaços públicos de participação a partir da década de 1980 durante o processo de redemocratização, ampliando solidamente sua atuação em 1996, com a vitória dos movimentos sociais organizados na disputa pela prefeitura derrotando políticos tradicionais de vínculos coronelistas e reafirmam sua força a

partir de 2000 (dois mil) com a criação da Rede Pintadas, uma entidade que comporta a sociedade civil organizada do município a prefeitura e atua em parceria com agentes externos ao município.

Verificamos através dos resultados obtidos pela pesquisa de campo, que os índices socioeconômicos de Pintadas tem melhorado, em quanto que em Serra Preta encontra-se estagnados, observou-se também uma maior participação cidadã em Pintadas, enquanto que em Serra Preta os laços de autoritarismos, clientelismos e autoritarismos em pleno século XXI estão muito fortes.

Enfim, para concluir podemos afirmar que os municípios de Serra Preta e Pintadas apresentam diferentes lógicas de articulação o que promove diferenças e/ou desigualdades territoriais. Mas, afinal de contas, quais fatores promoveram estas diferentes formas de articulação? Tentaremos responder a esta pergunta por parte.

Primeiro podemos afirmar que no município de Serra Preta, como verificamos nas entrevistas, os traços culturais característicos da forma de pensar e de fazer política da República Velha, têm permanecido inalterados ou sofreram mínimas modificações ao longo dos tempos, persistindo no comportamento político institucional do município de Serra Preta ainda nos dias de hoje.

Estes traços reproduzem práticas políticas tradicionais que podem funcionar como freio ou limites para possíveis avanços em prol do aprimoramento e aperfeiçoamento institucional na direção da consolidação de uma vida democrática, mas que traços são estes? "*privatismo*" e "*personalismo*", que segundo Viana (1976), são formadores de uma psicologia política, parte das heranças coloniais e da tradição do subconsciente coletivo do país desde os primórdios da nossa história e que subsistem nas estruturas locais, envolvendo as "elites superiores", interferindo

na formação e no funcionamento dos governos provinciais e do Império. Outro traço é a *ausência ou carência de “motivações coletivas”* ou a *falta do “espírito público”* nas instituições políticas. Dificuldades para a implantação das instituições democráticas em virtude da forte presença do *autoritarismo* e do *ranço coronelista* no município de Serra Preta. Limitação e restrição das esferas de participação cidadã no poder municipal.

Em Serra Preta a disputa pela conquista do poder municipal repousa em anseios privados ou privatistas, onde o interesse pessoal dos *“caciques políticos locais”*, fazem com que estes formem partidos políticos, vistos como simples organizações de interesse privado com funções no campo político. Viana (1974, p. 4) afirma: *“Não para que realizassem qualquer interesse geral e público das localidades (municípios); mas, apenas como meio de prestígio, de orgulho, de realce pessoal, ou de defesa contra os adversários locais”*.

Ainda como traços característicos do município de Serra Preta não podemos deixar de destacar a existência de uma elite política tradicional, denominada por Faoro (1976, p. 10) de *“Estamento burocrático”* onde o *“quadro administrativo e estado-maior de domínio característico do patrimonialismo, em que uma minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos”*. Em Serra Preta este tipo de domínio se apropria das oportunidades econômicas geradas pelo poder público, se apropria de desfrute dos bens públicos em benefício próprio, das concessões, dos cargos políticos, confundindo o setor público com o privado.

Por fim, não podemos deixar de destacar um traço fundamental para entender a realidade do município de Serra Preta, que é o *Coronelismo*, entendido por Leal (1986, p. 17) como: *“um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público,*

progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, dos senhores de terras”.

Para concluir nossa análise sobre o município de Serra Preta podemos elencar algumas características do coronelismo presentes neste município tais como: a) utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos, como processo usual de ação partidária; b) prática de falseamento do voto, influenciada pela precariedade das garantias da magistratura e do ministério público (ou sua ausência) e a livre disponibilidade do aparelhamento policial; c) submissão do município frente à preponderância da situação estadual em seus entendimentos com os chefes locais; d) favoritismo em relação aos amigos do governo e forte cobrança ou retaliações em relação aos adversários.

Os traços que caracterizam a atual cultura política em Serra Preta já foram muito fortes também no outro município de estudo da nossa pesquisa, Pintadas, porém, hoje podemos afirmar que estes laços que simbolizam o atraso, a centralização política local e o autoritarismo encontram-se bastante enfraquecidos. Mas qual o motivo para o enfraquecimento destes traços da cultura política tradicional no município de Pintadas?

A explicação para o enfraquecimento destes traços da cultura política tradicional reside na formação de um Capital Social bastante forte e consistente, vale ressaltar que tais enfraquecimentos dos traços da cultura política tradicional no município de Pintadas não ocorreram do dia para a noite, mas, é resultado de um longo processo de evolução histórica dos movimentos sociais em Pintadas, que se iniciou na década de 1960 trata-se de um movimento social, de caráter popular e organizado com base nas necessidades dos produtores rurais, sob a liderança da Igreja Católica. Redes de solidariedades existentes em Pintadas conhecidas

localmente em Pintadas como “boi roubado” e “baleia”, já se constitui, então, em instrumentos de resistência coletiva.

A participação de setores mais progressistas da Igreja Católica desde os anos 1970, com a instalação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), influencia fortemente a organização social local. As CEBs incentivaram a formação do Conselho Pastoral das Comunidades e do Conselho Pastoral de Jovens. A presença da Pastoral da Terra, a partir da década de 1980, fortalece as práticas solidárias entre os trabalhadores rurais, transformando o *mutirão* em uma atividade de cunho laboral e a serviço da população pintadense.

A fundamentação filosófica, humanista e religiosa desse movimento parte da teologia da libertação. Quando em 1984 chegam ao município três religiosas – dentre as quais, a atual prefeita Neusa Cadore (do Partido dos Trabalhadores, PT) –, dá-se continuidade e ao mesmo tempo intensifica-se a ação dos grupos de encontro e discussão sobre a realidade local e as necessidades dos trabalhadores rurais.

Em 1985, Pintadas transforma-se em município, desvinculando-se do Município vizinho de Ipirá – o que outorgará ao movimento social maior envergadura política local. A atuação conjunta com agentes da cooperação internacional é outro elemento mobilizador do desenvolvimento local em Pintadas. O Projeto TAPI – Projeto de Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação – é lançado em 1988, a partir de parceria com o governo francês, visando sobretudo à melhoria da gestão dos recursos hídricos. Dois anos depois, uma agência holandesa cria vínculos com a cidade para a formação de monitores locais, a fim de suprir a ausência de mão-de-obra escolarizada. Atualmente, as ONGs internacionais mais presentes em Pintadas são a DISOP (ONG belga: micro-finança), *Peuples Solidaires* (França, que presta

apoio, essencialmente, em matéria de recursos hídricos), *Il Canale* (Itália: projetos na área de formação) e o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social: enviando cooperantes para o monitoramento de atividades sócio-produtivas).

O Movimento de Pintadas ganha uma força ainda maior com a constituição da chamada *Rede Pintadas* (funcional desde 2000 e institucionalizada sob a forma jurídica de associação desde julho de 2003). A maior parte das decisões estratégicas para o desenvolvimento de Pintadas são discutidas no âmbito da Rede, com a participação de representantes das entidades-membro. Prática inovadora no plano local, esta rede realiza sucessivos congressos populares, sendo o Primeiro Congresso Popular realizado em junho de 2002 com o apoio da Prefeitura, pautando-se por significativa participação popular: por exemplo, com a reunião de todos os membros da Rede, a apresentação de experiências e propostas de políticas públicas, a organização de grandes assembleias populares, bem como a eleição e designação de delegados para o Congresso (chegando a um total 250 delegados presentes). Professores universitários e técnicos voluntários, enquanto elementos externos ao conjunto de cidadãos de Pintadas, também participam dessa iniciativa

A eleição da missionária Neusa Cadore (originária de Santa Catarina, no sul do Brasil), em 1996, pode ser considerada como elemento político igualmente central na história das experiências de gestão participativa em Pintadas. Em 2000, a reeleição foi inevitável, já que o movimento popular iniciado de maneira tão peculiar acabou por despertar na população local um desejo de melhorias comuns e de transformação mais profunda das estruturas políticas locais.

Assim podemos afirmar que o fortalecimento do Capital Social em Pintadas constitui-se em um novo enfoque que procura fortalecer a capacidade dos pobres

para melhorar sua situação através do associativismo e do desenvolvimento da confiança. Este enfoque considera que o trabalho social das pessoas pode possibilitar a resolução de problemas comuns. Putnam, por exemplo, salienta que, em uma comunidade ou uma sociedade *abençoada* por estoques *significativos* de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua, o município de Pintadas apresenta uma estrutura social articulada, (diferentemente do município de Serra Preta) o que influencia o grau de desenvolvimento de sua comunidade.

Assim, podemos afirmar que a existência ou não do Capital Social constitui-se num fator explicativo para as diferentes formas de articulação entre os municípios de Pintadas e Serra Preta, no caso do primeiro, o Capital Social foi o fator que promoveu sistematicamente o enfraquecimento dos laços da cultura política tradicional neste município, conseqüentemente ampliou-se os espaços de participação cidadã no poder local, enquanto em Serra Preta em virtude da ausência de Capital Social, os traços culturais da política tradicional permanecem inalterados.

Assim, no município de Serra Preta em pleno século XXI, convive-se com heranças políticas do período colonial que permaneçam e persistam de maneira inequívoca, no contexto atual, frente ao novo quadro político vigente de democratização e de ampliação das esferas de participação cidadã no poder municipal. Dessa forma o município de Serra Preta não consegue responder aos anseios das coletividades locais para suprir as deficiências sociais, assim com base em tudo que abordamos nesta pesquisa, podemos concluir que não há desenvolvimento territorial neste município.

Já em Pintadas diante da constatação da existência de um articulado Capital Social e das respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários da pesquisa

de campo, podemos concluir que há desenvolvimento territorial no município de Pintadas, conforme foi abordado no primeiro capítulo desta pesquisa, tendo Souza (2001 e 2008), como referência teórica. Porém, devemos reconhecer que no caso do município de Pintadas, este precisa continuar avançando na ótica do desenvolvimento territorial, pois, o mesmo não constitui um fim em si, mas, o início da melhoria da qualidade de vida e da justiça social da população mais carente do município.

Estamos conscientes de que esta pesquisa não se finda aqui, muitas lacunas ficaram abertas em virtude do pouco tempo disponível, a fim de obedecer ao cronograma acadêmico, esperamos retornar a este estudo de forma mais aprofundada em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Deolindo. Da evolução do município no Brasil. Revista Brasileira dos municípios, Riode Janeiro, nº 7, p 459 – 464, jul./set., 1949.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo – Recife: Editora Hucitec/ IPIESP, 1995.

AGNEW, John. Making Political Geography, Londres, Arnold, 2002.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Editoras S.A. 1988.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

BOBBIO, N., Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. SP., Paz e Terra, 1999.

CALDAS, Alcides Santos. Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional. Revista Análise & Dados, Salvador, v. 14, 2004.

_____.CALDAS, Alcides Santos. Globalização e periferia: os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galícia. Salvador: Unifacs, 2006. v. 300. 274 p.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio de . Planos de Desenvolvimento Municipal. 1999.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, Roberto Lobato. (ORGS). *Geografia: conceitos e temas*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Ilhas de tecnologia no Nordeste Brasileiro e a reinvenção da natureza. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n.9, v.5, p. 45-63, jul./dez. 2000.

_____. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATAIA, Márcio Antonio. Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro, São Paulo, 2001.

COSTA, Wanderley Mesias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

DOWBOR, Ladislav. O que é Poder Local? Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo 1995.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. ver. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Revista NERA*, ano VI n 16, p.273 – 283, mar. – abril. 2005.

FISCHER, Fernando e NASCIMENTO, Antonio. Projeto Rede Pintadas. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania/ Organizadores: Gabriela Spanghero Lotta, Hélio Batista Barboza, Marco Antonio Carvalho Teixeira e Verena Pinto. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

FRANCO, Augusto de. Pobreza & Desenvolvimento Local. Agência de Educação para o Desenvolvimento. 2002.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003.

_____. Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização. – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

FOUCAULT, Michael. História da sexualidade. Vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro. Graal, 1977.

GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere. Einaudi, Torino, 1975

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR. n. 7.: Associação dos Geógrafos Brasileiros. p. 6774-6792. mar. 2005.

_____. 2002. A Multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra livre*, São Paulo, ano 18, n 18. p. 37-46, jan.-jun. 2002.

_____. O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Descaminhos e perspectivas do território. In RIBAS, Alexandre D. ; SPOSITO, E. S. SAQUET, M. A. (Org.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.

_____. Territórios Alternativos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ISNARD, H. O espaço geográfico. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

FLEIUSS, Mas. História Administrativa do Brasil. São Paulo. Ed. Melhoramentos, 1923.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.

Organização Mundial de Saúde. Site: <http://www.who.int/en/>.

PRADO, Junior Caio. Evolução política do Brasil. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PROVA BRASIL E CENSO ESCOLAR. Site do Ministério da Educação. http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=179.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna / Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo; Ática, 1993.

SACK, R. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil”, in Caderno de texto 001, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental do Depto. de geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1992.

_____. Pensando o espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Modo de produção Técnico-Científico e Diferencial Espacial, in revista Território, nº. 6, jan/jun, Laget/ UFRG, p. 5-20.

_____ . O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. Territorialidade da indústria Parmalat em Feira de Santana – Bahia. Dissertação de Mestrado UFBA – Salvador, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo, Loyola:1993.

SILVA, Silvio Bandeira de Melo. e ;Silva, Bárbara - Christine Nentwig. N. Estudos sobre globalização, território e Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

SOBRINHO, B. L. Prefácio a segunda edição. In Leal, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997. p. 13 – 19.

SOJA, Eduard. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cezar da Costa. ; Correa, Roberto Lobato. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____ . Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas / Marcelo Lopes de Souza. – 5º ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: Contribuição: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2006.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais de Bahia. Site: www.sei.ba.gov.br/.

TAVARES, Mauro Calixta. A força da marca - Como construir e manter marcas fortes. São Paulo: Harbra, 1998.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de (Org.) ; Silva, Maria Auxiliadora da (Org.) . Encontro com o pensamento de Milton Santos: a interdisciplinaridade de sua obra. 01. ed. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006. v. 01. 207 p.

_____, Rubens de ; Souza, Maria Adélia Aparecida de ; Cataia, Márcio Antonio . Território Lugar e Poder: A Expressão Territorial do Voto no Ceará. Sobral - CE: Edições UVA, 2002. v. 01. 244 p.

_____, Rubens de . O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. Geotextos (UFBA), v. 03, p. 171-183, 2007.

MOURA at alli. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. RAP. Jul-Ago 2002.

VARGAS, Milton. História da Técnica e da tecnologia no Brasil. São Paulo Ed. UNESP, 1994.

VIANNA, Oliveira. Instituições políticas brasileira – Fundamentos sociais do Estado: Direito Público e cultura. 3ª ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1974.